PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

AMAPÁ

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

BASES PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO E
INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA

AMAPÁ

2026

2026 - Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total deste manual, desde que citada a fonte e que não seja utilizado para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1. Edição - 2026 - 1.000 exemplares
Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR
Coordenação Geral de Gestão do Território - CGGT
Coordenador geral: Vitarque Lucas Paes Coêlho

Empresa contratada: **Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM**
Coordenadores do Projeto: Henrique Barandier e Jessica Ojana

Ficha Catalográfica

Fronteiras da Amazônia: Arco Norte e Rondônia

Bases para o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Amapá/ Henrique Barandier (coord.), Jessica Ojana (coord), IBAM, MIDR – Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 2026.

180 f. : il. col.
ISBN: 9786552785923

1. Faixa de Fronteira 2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional 3. Programa Fronteira Integrada 4. Região Norte - Amapá I. Instituto Brasileiro de Administração Municipal II. Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional III. Barandier, Henrique IV. Ojana, Jessica V. Título.

CDU
502+352(811)

Ficha Catalográfica elaborada por
Amanda de Chiara dos Santos Neto – Bibliotecária – CRB: 07798

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA
(Contratante)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
(Entidade Executora Nacional do Projeto de Cooperação Técnica)

Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/23/002 - MIDR_GOVERNANÇA REGIONAL E TERRITORIAL / Edital n. 099/2024

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional
Antonio Waldez Góes da Silva

Secretário executivo
Valder Ribeiro de Moura

Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - Substituto
Edgar Batista de Azevedo Caetano

Chefe de Gabinete
Lucas Arantes Miotti

Coordenador-Geral de Gestão do Território
Vitarque Lucas Paes Coêlho

Equipe Técnica
Rodolfo Calmon de Castro - Economista / Coordenador de Projeto
Raquel Martins Rego – Analista Executiva
Rodrigo Martins dos Santos - Analista de Infraestrutura
Wallace Vitor Leão Feitosa - Consultor IICA
Larissa Andreza Costa Peniche - Consultora IICA
Luciana Chagas Uchoa de Mendonça - Consultora IICA
Marcelo Burguez Pires - Consultor IICA
Daniel Santiago Chaves Ribeiro - Consultor IICA
Alex Rosa Campani – Assessor Técnico
Victor Rodrigues Pereira - Assessor Técnico

Apoio Administrativo
Patrícia Sousa Silva Maria - Secretária Executiva
Gabryella Mateus de Oliveira Mascarenhas – Assessora Administrativa
Antonia Moreira Silva – Assessora Administrativa

Consultoria | Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Superintendente Geral do IBAM
Claudia Ferraz

Supervisão Institucional
Paulo Timm
Alexandre Santos

Coordenação Geral e Coordenação Técnica
Henrique Barandier
Jessica Ojana

Coordenação de Geoprocessamento
Eduardo Rodrigues Marins

Coordenação de Mobilização e Articulação
Louise Storni

Coordenação de Comunicação
Ewerton Antunes

Equipe técnica
Alberto Costa Lopes - Especialista Arquitetura e Urbanismo
Fernanda Ferreira - Especialista Geografia
Bernardo Mercante Marques - Especialista Ciências Sociais
Clarice Antoun - Especialista Economia
Paulo Timm - Especialista Administração Pública
Marcus Alonso Ribeiro Neves - Especialista Direito
Luciana Hamada - Especialista Gestão Climática e Infraestrutura
Rosimere de Souza - Especialista Migração e Segurança
Karin Segala - Especialista Desenvolvimento Social e Infraestrutura
Ricardo Moraes – Especialista Planejamento Urbano
Priscila Oquioni - Consultora Jurídica
Marcella Meireles - Consultora Jurídica
Alessandra Bizoni - Jornalista
Edjales Brito – Consultor local Rondônia
Maria Emília Coelho – Consultora local Acre
Luiz Castro – Consultor local Amazonas
Solange Aparecida - Consultora local Pará
Katia Vizzoni – Consultora local Roraima

Apoio
Flávia Lopes - Apoio Administrativo
Roberto Gonçalves - Programação Web
Pedro Predes – Estagiário de Comunicação
Jenifer Castro – Estagiária de Geografia
Juliana Kreitlon – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Mensagem do MIDR

É com grande satisfação que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) apresenta os resultados do Projeto Fronteiras da Amazônia. Esta iniciativa nasce do nosso profundo compromisso em construir as bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, além de fortalecer os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs).

Esse esforço só foi possível graças a uma valiosa rede de cooperação. Caminhamos lado a lado com importantes parceiros do Governo Federal – como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) –, além de contar com a dedicação fundamental dos Governos Estaduais e Municipais. O que vemos aqui é a prova de que o diálogo federativo é o melhor caminho para garantir a soberania nacional e promover o progresso social onde o Brasil mais precisa.

Guiados pela estratégia do Programa Fronteira Integrada (PFI), desenhamos agendas transversais que olham para o futuro. Nosso foco está em conciliar sustentabilidade, inovação, bioeconomia, economia circular e tecnologia da informação e comunicação. Para que o plano refletisse a realidade real de cada localidade, adotamos o conceito da sêxtupla hélice: ouvimos quem faz a região acontecer. Unimos governo, academia, setor produtivo, sociedade civil, investidores e as nossas comunidades tradicionais em oficinas colaborativas e plataformas digitais para construir, de forma transparente, uma verdadeira carteira de projetos.

Este conjunto de publicações não é apenas um diagnóstico; é um convite à ação. Ao consolidar as potencialidades e os desafios de cada estado, alinhados às Diretrizes das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Fronteiras, oferecemos uma base de informações rica e atual para subsidiar os planejamentos dos estados fronteiriços. Mais do que isso, este material se consolida como uma ponte diplomática para estreitarmos laços, parcerias e projetos de interesse comum com os nossos países vizinhos visando à integração e desenvolvimento das nossas fronteiras.

Dedicamos este caderno especial ao Estado do Amapá, território marcado por sua rica diversidade socioambiental e por sua posição estratégica na fronteira com a Guiana Francesa. No extremo norte do Brasil, o estado assume relevância geopolítica singular para o fortalecimento das relações com o Platô das Guianas e com a União Europeia, por meio do território ultramarino francês. A condição fronteiriça do Amapá demanda políticas públicas articuladas, capazes de fortalecer a cooperação internacional, ampliar a presença institucional e promover desenvolvimento sustentável associado à proteção territorial e ambiental. Este documento representa o compromisso com um planejamento integrado, atento às especificidades e potencialidades do povo amapaense.

Com compromisso, esperança e a certeza de que o futuro da Amazônia se constrói com união para o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Waldez Góes
Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

Mensagem do IBAM

A publicação das bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) marca a conclusão de um processo de trabalho intenso, em torno de um tema tão complexo quanto essencial como é o do planejamento e gestão do território na extensa faixa de fronteira brasileira.

Participar de um projeto dessa envergadura, envolvendo seis estados da federação, com foco sobre uma região que engloba 97 municípios, onde vivem mais de 3 milhões de pessoas, foi, sem dúvida, desafiador e estimulante para o IBAM. Ao longo de cerca de um e ano meio de trabalho se buscou compreender as dinâmicas presentes na faixa de fronteira da Amazônia, reconhecendo diferenças locais, para se chegar à proposição de uma carteira de projetos para cada estado.

Sob a coordenação geral do MIDR, o projeto se desenvolveu na interlocução direta com os estados, municípios e atores sociais atuantes na faixa de fronteira. Para além conectar o trabalho com a realidade do território, o esforço de articulação empreendido buscou estimular os estados a pensarem a gestão da região fronteiriça como prioritária. Dessa forma, o próprio processo de trabalho se constituiu como contribuição para o fortalecimento dos Núcleos Estaduais de Fronteira existentes e como incentivo para a formação onde ainda não existem, pois são fundamentais para a consolidação dos PDIFFs e acompanhamento de sua implementação.

Cabe destacar também o empenho das equipes envolvidas em buscar convergências entre diferentes políticas públicas que incidem nos territórios da fronteira na Amazônia, numa visão integrada de desafios e potencialidades. Espera-se que os PDIFFs possam se consolidar como referência comum na definição de prioridades de ação e de investimentos, para as diferentes esferas de governo, para o setor privado e para as organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, podem desempenhar importante papel na interlocução com países vizinhos, uma vez que pensar a faixa de fronteira exige também a construção dialogada sobre propostas para lidar com os desafios comuns.

Agradecemos a todas colaborações ao longo do processo de trabalho, nas visitas de campo, nas reuniões técnicas, nas oficinas territoriais, na plataforma online de consulta, que permitiram qualificar os resultados obtidos e sistematizados na publicação de cada estado.

Saudações,

Claudia Ferraz
Superintendente Geral do IBAM

Foto: Fecomércio/AP

Lista de siglas

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Acre
AEIS	Áreas de Interesse Social
AFAP	Agência de Fomento do Amapá
ALCs	Áreas de livre comércio
ALFV	Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas
ALFVM	Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL
AM	Amazonas
AMBIPAR	Ambipar Group
AMIM	Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANPO	Agência Nacional de Portos e Obras
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
AP	Amapá
APIs	Arranjos Populacionais Internacionais
APs	Áreas Privadas
AssRs	Assentamentos Rurais
ATHIS	Assistência Técnica e Habitação de Interesse Social
BEN	Balanço Energético Nacional
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CAL	Consórcio Interestadual da Amazônia Legal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CEPAJOB	Centro de Educação Profissional do Amapá Joel Magalhães
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças

CIRAD	Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento
CMC	Conselho do Mercado Comum
CMT	Comissão Mista Transfronteiriça Brasil–França
CNFron	Comitê Nacional de Fronteiras
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
COOPCAP	Cooperativa de Produtores do Amapá
COOPERA	Cooperativa de Trabalho
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSA	Companhia de Saneamento do Amapá
CV	Comando Vermelho
DACREDEN	Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DIAGRO/AP	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amapá
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPAC Fronteiras	Desenvolvimento, Prevenção, Acompanhamento e Cooperação de Fronteiras
DPU	Defensoria Pública da União
EAF	Entidade Administradora de Faixa
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENaFron	Estratégia Nacional de Fronteira
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ESD	Escola Superior de Defesa
FAPEAP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá
FECOMÉRCIO/AP	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amapá
FETTAGRAP	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Amapá
FJP	Fundação João Pinheiro

FLOE	Floresta Estadual
FNE	Fundo Nacional de Educação
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GDR	Gestão de Riscos e Desastres
GEE	Gases de Efeito Estufa
GGIF	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira
GSI–PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI	Governos Locais pela Sustentabilidade
ICM	Indicador de Capacidade Municipal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEMA	Instituto de Energia e Meio Ambiente
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRBr	Instituto Rio Branco
IRD	Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária

MCid	Ministério das Cidades
MCOM	Ministério das Comunicações
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério da Fazenda
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MME	Ministério de Minas de Energia
MPF	Ministério Público Federal
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MTUR	Ministério do Turismo
MVCI	Mortes Violentas por Causa Indeterminada
MW	Megawatt
NEFs	Núcleos Estaduais de Fronteira
NEIFRO	Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia
NI	Não Informado
NIFFAM	Núcleo Estadual de Fronteira do Estado do Amazonas
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OC	Observatório do Clima
ONGs	Organizações Não Governamentais
OPIMO	Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OTS	Outras Terras
PA	Pará

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativista
PAM	Produção Agrícola Municipal
PAS	Programa Aventura Segura
PC	Polícia Civil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PDIFF	Plano de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PFI	Programa Fronteira Integrada
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PM	Polícia Militar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAP	Plano Nacional da Pesca Artesanal
PNDBio	Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNFron	Política Nacional de Fronteiras
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPA	Plano Plurianual
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RESEX	Reservas Extrativistas
RFB	Receita Federal do Brasil
RO	Rondônia
RR	Roraima
RT	Região Turística
RURAP	Instituto de Extensão de Assistência Técnica e Rural do Amapá

SAGAE	Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos
SDR/AP	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá
SEAS/AP	Secretaria de Estado da Assistência Social do Amapá
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SECULT/AP	Secretaria de Estado da Cultura do Amapá
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEDECTI	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas
SEED/AP	Secretaria de Estado da Educação do Amapá
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SEHAB	Secretaria de Habitação
SEINF/AP	Secretaria de Estado da Infraestrutura do Amapá
SEJUSP/AP	Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Amapá
SEJUV/AP	Secretaria de Estado da Juventude do Amapá
SEMA/AP	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá
SEMHOU	Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
SENAR/AP	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Amapá
SEPI	Secretaria de Estado dos Povos Indígenas
SEPLAN/AP	Secretaria de Estado do Planejamento do Amapá
SEPOG/RO	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia
SETEC/AP	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Amapá
SETUR/AP	Secretaria de Estado do Turismo do Amapá
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
SINISA	Sistema Nacional de Informações em Saneamento
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SM	Salário Mínimo
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STI	Sistema de Tráfego Internacional

SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TED	Termo de Execução Descentralizada
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIs	Terras Indígenas
TPs	Terras Privadas
TQs	Territórios Quilombolas
UCs	Unidades de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino–Americana
USP	Universidade de São Paulo
ZFV	Zona Franca Verde

Foto: Márcia do Carmo/MTur

Sumário

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 19

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 21

Política Nacional de Desenvolvimento Regional 23

Política Nacional de Fronteira 24

Governança da Faixa de Fronteira 27

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia 31

Caracterização Geral 33

Caracterização Sociodemográfica 44

Análise por eixos temáticos 51

Panorama Amapá 59

Apresentação 61

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática 71

Infraestrutura para o Desenvolvimento 83

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social 91

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais 101

Integração Regional, Migrações e Segurança 109

Oficinas de Planejamento territorial 117

Diretrizes e Carteira de projetos 121

Subsídios do Ipea ao debate 161

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira

Foto: Fecomércio/AP

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira

A Faixa de Fronteira Terrestre do Brasil foi estabelecida em 1979, pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e, em 1991, coube ao Conselho de Defesa Nacional (CDN) a competência de definir *"critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira"* (art. 1, parágrafo único).

Nas últimas décadas, a estratégia brasileira de segurança nacional aplicada à faixa de fronteira passou por uma mudança substantiva, abandonando gradualmente a lógica predominantemente militar e defensiva, para adotar uma abordagem integrada que reconhece o desenvolvimento social, econômico e ambiental como elementos centrais da própria segurança do Estado.

No marco do Estado Democrático de Direito, a fronteira passou a ser concebida não apenas como zona de contenção de ameaças externas, mas como território habitado, dinâmico e estratégico para a integração regional, no qual a presença efetiva do poder público, a garantia de direitos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a cooperação transfronteiriça são instrumentos de fortalecimento da soberania.

Essa inflexão se expressa no arcabouço legal e nas políticas públicas contemporâneas, que articulam defesa, desenvolvimento e integração, ao estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos, proteção ambiental e arranjos econômicos locais, bem como a cooperação com países vizinhos, partindo do entendimento de que desigualdade, isolamento e fragilidade institucional representam riscos tão relevantes à segurança nacional quanto ameaças militares convencionais.

A partir dessa estratégia uma série de estudos, leis e decretos que tratam sobre as fronteiras foram instituídos. Em 2011, também se buscou alinhamento junto aos estados para elaboração de Planos de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e instalação de Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), que resultaram na edição de alguns planos, a exemplo dos Estados do Amazonas e Rio Grande do Sul, e institucionalização de alguns núcleos, a exemplo do NIFFAM, no Estado do Amazonas e NEIFRO, em Rondônia[1].

15.719 km de extensão **11 estados**

588 municípios **11,7 milhões de habitantes**

ARCO NORTE

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre.

ARCO CENTRAL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

ARCO SUL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

1. Criada por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM) está sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI). Já o Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO) foi criado pelo decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020 e está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG/RO).

Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), disciplinada pelo decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

A PNDR, sob responsabilidade do MIDR, fundamenta-se na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual, distrital e municipal, pública e privada, por meio das quais programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento.

A PNDR possui abordagem territorial, abrangência nacional e atuação nas seguintes escalas geográficas:

Macrorregional: Correspondente ao recorte geográfico das grandes regiões brasileiras, com prioridade para Amazônia Legal, Região Nordeste e Região Centro-Oeste, com vistas a reduzir as desigualdades inter-regionais.

Sub-regional: Correspondente ao recorte territorial em áreas prioritárias da PNDR, estabelecido para a atuação estatal coordenada, com vistas a reduzir as desigualdades intrarregionais.

São objetivos da PNDR:

> *I - promover* ***a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida intrarregional e inter-regional no País*** *e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;*
>
> *II - consolidar uma* ***rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do País****, de forma a considerar as especificidades de cada região;*
>
> *III - estimular* ***ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional****, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;*
>
> *IV - fomentar a* ***agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional****, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.*

Nesse sentido, a faixa de fronteira é considerada uma sub-região prioritária para a política regional, em função dos seus aspectos de vulnerabilidade socioeconômica e integração regional.

Política Nacional de Fronteira

Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) por meio do Decreto 12.038/2024. A PNFron se destina a nortear as ações do Poder Executivo Federal, promovendo uma atuação articulada e coordenada entre os entes federativos e as instituições do setor privado, sendo organizada a partir de quatro eixos interdependentes: segurança nacional, integração regional, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, cidadania e proteção social nas regiões fronteiriças brasileiras.

PNFron

Eixo 1 – Segurança
Coordenado pelo Ministério da Defesa

Proteção das fronteiras, combate aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais e fortalecimento da atuação integrada das forças de segurança

Eixo 2 – Integração Regional
Coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores

Atuação sistêmica, integrada e coordenada com os entes federativos, facilitando o fluxo de pessoas, bens e serviços

Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável
Coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Foco nas suas dimensões social, econômica e ambiental, a partir da valorização das potencialidades econômicas e das diversidades socioculturais, com a redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais

Eixo 4 – Direitos Humanos, Cidadania e Proteção Social
Coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Respeito aos direitos fundamentais, fortalecendo a inclusão social e o acolhimento humanitário de migrantes, refugiados, apátridas e pessoas em situação de vulnerabilidade, além de promover a proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Conforme art. 5º do decreto, são objetivos da PNFron:

> *I - assegurar a **presença do Estado nas fronteiras**, respeitadas as especificidades e necessidades de cada arco de fronteira;*
>
> *II - estimular a **aproximação entre o Poder Executivo federal, os Estados e os Municípios** nas fronteiras, e aproveitar as iniciativas locais, incluídos o **setor privado e a sociedade civil**;*
>
> *III - assegurar a **inter-relação e a complementariedade entre políticas nacionais e setoriais** afetas às fronteiras;*
>
> *IV - coordenar as **ações entre os eixos - segurança, integração regional, desenvolvimento sustentável, e direitos humanos, cidadania e proteção social**;*
>
> *V - contribuir para a **garantia da soberania nacional, da integridade territorial e da proteção do patrimônio nacional** nas fronteiras;*
>
> *VI - fortalecer e aprimorar as **estruturas de prevenção, de controle, de fiscalização e de repressão aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais** nas fronteiras;*
>
> *VII - contribuir para o **desenvolvimento sustentável do território nacional nas fronteiras**, respeitar o meio ambiente e valorizar as potencialidades econômicas e as diversidades socioculturais, com a **redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais**;*
>
> *VIII - contribuir com a **integração regional com os Estados limítrofes**;*
>
> *IX - fortalecer o **direito à saúde em sua integralidade** e as ações de preparação, vigilância e resposta às potenciais emergências em saúde pública nas fronteiras;*
>
> *X - promover os **direitos humanos e a cidadania nas fronteiras, o acolhimento humanitário** de migrantes, de refugiados, de apátridas, de populações transfronteiriças, e de pessoas em situação de vulnerabilidade, respeitadas as diferenças entre os povos; e*
>
> *XI - promover a **proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais** nas fronteiras.*

A Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron) é o principal desdobramento da PNFron e busca identificar os objetivos e as ações estratégicas nos quatro eixos, identificando os papéis e as responsabilidades dos órgãos e das entidades envolvidos na implementação da política.

A seguir, apresenta-se o quadro normativo brasileiro relacionado às fronteiras:

Quadro 1 - Legislação relacionada à Faixa de Fronteira

Norma	Conteúdo
Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970	Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979	Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980	Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.
Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências.
Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012	Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas.
Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016	Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016	Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.
Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018	Estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.
Portaria nº 1.080, de 24 de abril de 2019	Inclui o Município de Cáceres/MT no Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por Estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019	Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.
Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021	Revoga o Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012 e Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM).
Portaria MDR nº 2.499, de 4 de outubro de 2021	Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.
Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021	Atualiza conceito e lista de "cidades-gêmeas" nacionais.
Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
Decreto Nº 12.038, de 29 de maio de 2024	Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional.
Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024	Estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI).

Governança da Faixa de Fronteira

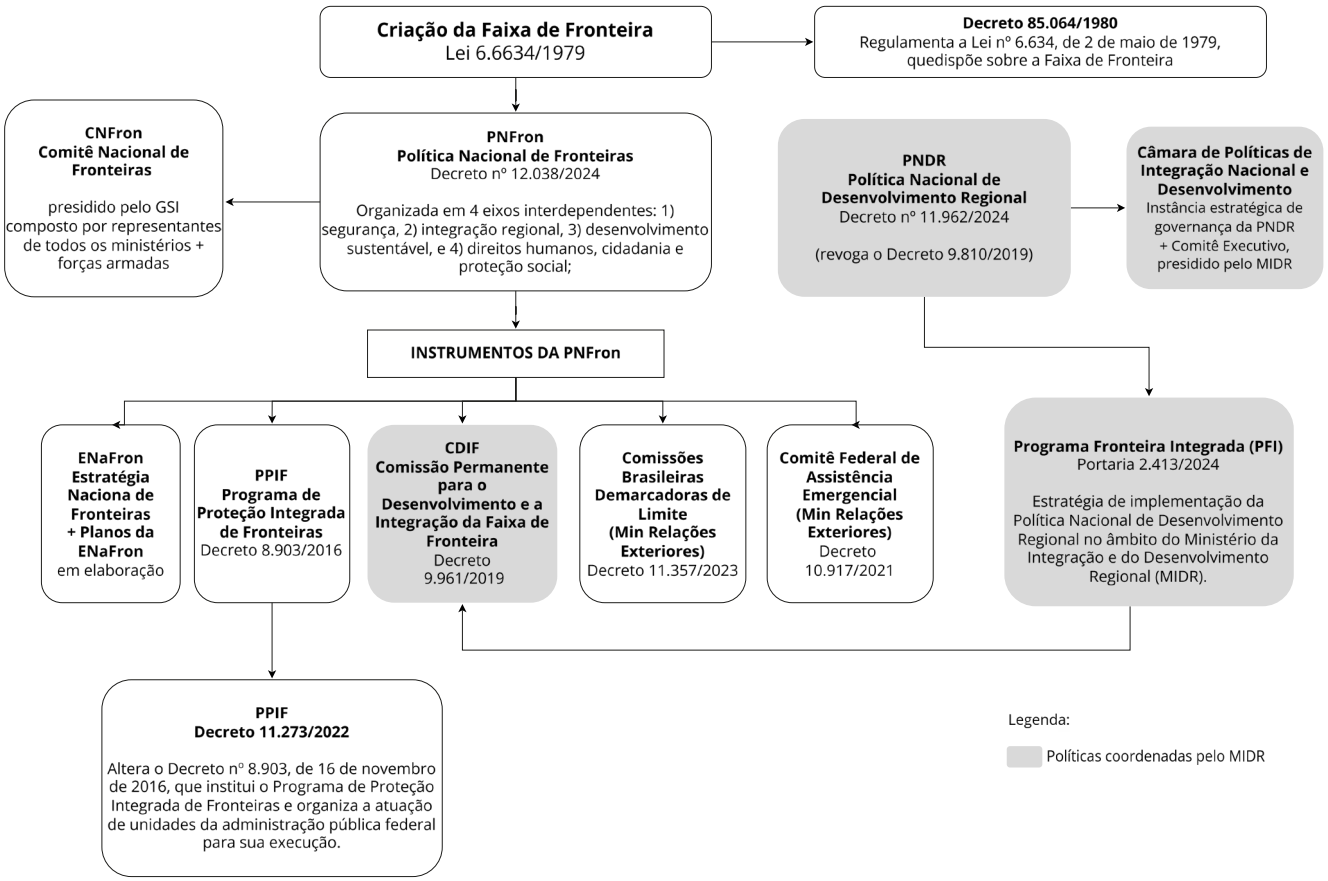
Juntamente com a PNFron, foi instituído como instância de governança o Comitê Nacional de Fronteiras (CNFron), presidido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e composto por 28 ministérios, além dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica e Agência de Nacional de Vigilância Sanitária.

Cabe ao CNFron coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron), além de sugerir a elaboração de planos dela decorrentes, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFron compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

No que se refere à questão da segurança, destaca-se o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016, que tem o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repreensão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança deste programa foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto por 18 órgãos de oito ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN). No nível estadual, o PPIF definiu que a participação dos Estados deve se dar mediante instrumentos de cooperação entre os ministérios e os órgãos federais integrantes do Programa. Tal medida incluiu a criação dos respectivos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), reconhecendo-se a necessidade e importância da coordenação entre as esferas federal, estadual e municipal dos órgãos de segurança para a efetivação de um trabalho integrado.

Já no âmbito do MIDR, foi instituída em 2019 a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), dialogando com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Entre as competências dessa Comissão, destaca-se a proposição de ações voltadas ao desenvolvimento regional que considerem a relevância de programas destinados à integração fronteiriça e à integração sul-americana, bem como a apresentação de planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. Assim, essa Comissão visa estabelecer interação dos núcleos estaduais constituídos com ministérios e órgãos estratégicos setoriais especificamente para debater questões relacionadas ao desenvolvimento e à integração nas fronteiras.

Figura 1 - Interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema das Fronteiras



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Na sequência dos fatos, o MIDR lançou o Programa Fronteira Integrada (PFI), como estratégia de implementação da PNDR e da PNFron.

O **PFI** é uma estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tem como finalidade incentivar o desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, além da geração de trabalho e renda.

O público-alvo do PFI são organizações de interesse público, empreendedores rurais e urbanos, associações e cooperativas de agricultores familiares e agroextrativistas, povos indígenas e comunidades tradicionais, com destaque para jovens e mulheres. O Programa estabelece que o MIDR deva atuar de forma coordenada com os Núcleos Estaduais de Fronteira visando à articulação de ações com os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Assim, com os esforços em andamento para incentivar os Estados a instituírem seus Núcleos Estaduais de Fronteira pretende-se incluir os coordenadores dos NEFs como membros convidados permanentes da CDIF. Dessa forma, busca-se reforçar o papel institucional dos NEFs na governança da Faixa de Fronteira. Compreende-se que os NEFs são instâncias essenciais para promoção da integração entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil da Faixa de Fronteira ao proporcionar um diálogo ininterrupto com a CDIF para a garantia da promoção do desenvolvimento regional e urbano, tendo como referência os PDIFFs.

Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - PDIFFs

Os PDIFFs são os instrumentos de planejamento territorial voltados à promoção do desenvolvimento sustentável e da integração das áreas fronteiriças brasileiras. Os PDIFFs devem ser institucionalizados pelos Estados, a partir de processos de elaboração baseados na cooperação entre as três esferas de governo e com a participação de atores locais, incluindo Setores Públicos; Instituições de Ciência e Tecnologia; Terceiro Setor; Lideranças Locais e Movimentos Sociais; Empresas e Investidores; e Instituições de Cooperação Internacional.

A Faixa de Fronteira é objeto de políticas e instrumentos de planejamento concebidos em diferentes escalas, que abordam tanto as questões mais estratégicas de integração sul-americana, como programas e projetos de desenvolvimento regional ou aquelas mais diretamente vinculadas aos territórios e aos atores locais. Por isso, é importante que os PDIFFs considerem e dialoguem com essas diferentes iniciativas, mas com o objetivo de englobar estratégias, princípios e diretrizes para a Faixa de Fronteira com base nas particularidades de cada Estado.

No âmbito do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, os PDIFFs também devem se consolidar como carteiras de projetos que possam indicar investimentos prioritários para o desenvolvimento de cadeias produtivas prioritárias para a região, em especial nas áreas de bioeconomia, TICs, economia circular, turismo sustentável, inclusão socioprodutiva de grupos vulneráveis, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Além de se constituir como referência para a integração de ações na Faixa de Fronteira, os PDIFFs devem também ser utilizados como referência para interlocução com os países vizinhos em torno de questões de interesse comum nas fronteiras, em especial nas cidades-gêmeas.

CONSIDERE

O planejamento deve ser compreendido como processo, do qual o PDIFF é parte e resultado do momento em que foi elaborado, fundamentado em dados, diagnósticos e estudos disponíveis. Assim, vale reforçar, o PDIFF não se configura como um instrumento estanque ou definitivo, mas como base orientadora passível de aperfeiçoamento e atualizações à medida em que novas informações são produzidas e que as instâncias de governança avancem em seus processos de tomada de decisão.

Núcleos Estaduais de Fronteira - NEFs

Os NEFs são órgãos colegiados de assessoramento instituídos por decreto do Chefe do Executivo de cada Estado e visam garantir a continuidade administrativa para a agenda da PNFron e seus instrumentos de planejamento, em especial os PDIFFs, integrando a governança da Faixa de Fronteira.

Uma vez consolidado o PDIFF de um Estado, ao NEF cumpre o papel essencial de mobilizar esforços de articulação institucional para viabilizar a implementação das ações previstas, acompanhar a execução e monitorar resultados. Considerando o processo de planejamento como algo contínuo, a atuação do NEF poderá orientar de modo mais consistente a definição de prioridades na implementação do PDIFF, considerando possibilidades de financiamento de ações e a própria dinâmica da Faixa de Fronteira.

Os NEFs também devem favorecer o diálogo contínuo com os municípios da Faixa de Fronteira, em especial com as cidades-gêmeas, e com os segmentos sociais presentes no território.

O acompanhamento da implementação dos PDIFFs, bem como sua atualização periódica, tende a fortalecer a governança e aderência às demandas reais da Faixa de Fronteira. Convergir pautas dos NEFs com as competências da CDIF representa um esforço de articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais com o foco no desenvolvimento sustentável da Faixa de Fronteira sob a égide do Pacto Federativo Brasileiro, a exemplo do que acontece nas esferas da saúde, educação e assistência social.

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia

Foto: Fecomércio/AP

Caracterização Geral

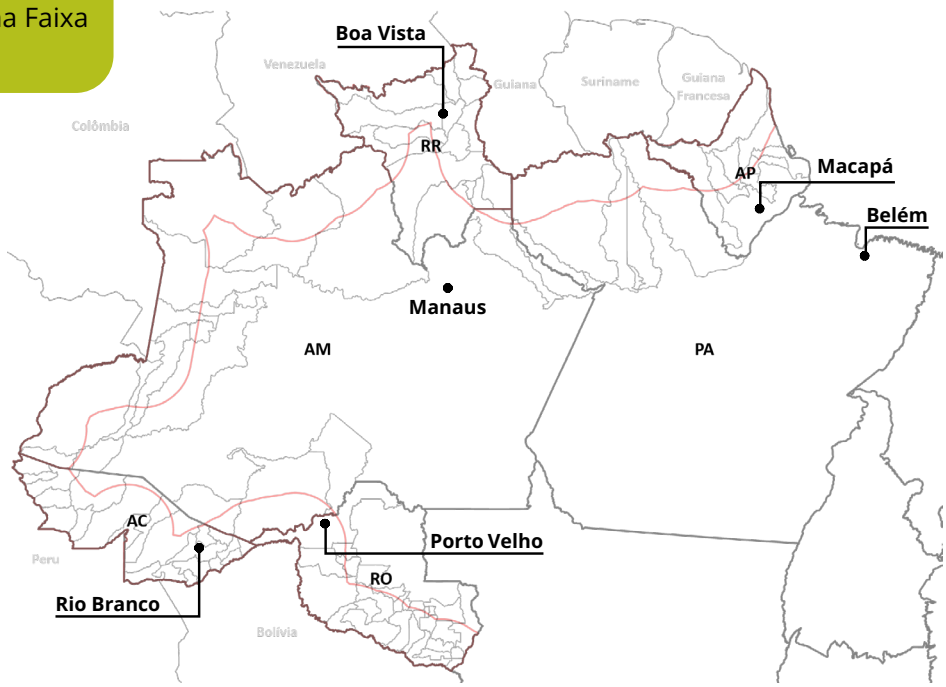
A Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia[2] abrange seis estados e 97 municípios, distribuídos da seguinte forma: 22 municípios no Acre, oito municípios no Amapá, 19 municípios no Amazonas, cinco municípios no Pará, 28 municípios em Rondônia e 15 municípios em Roraima. A abrangência deste estudo compreende uma área total de, aproximadamente, 949.716 Km².

6 estados

97 municípios

3.227.578 habitantes

Acre e **Roraima** possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira amazônica.



2. Apesar de fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar o Estado de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso). No entanto, no escopo deste trabalho, o Estado de Rondônia é analisado junto ao Arco Norte, em função de maior relevância do bioma amazônico em seu território e potencial sinergia em ações de apoio à bioeconomia e gestão ambiental.

Recortes e escalas de análise da Faixa de Fronteira amazônica

A divisão da faixa de fronteira brasileira em arcos de fronteira — Norte, Central e Sul — foi concebida como uma estratégia analítica e operacional para reconhecer a profunda heterogeneidade territorial, social, econômica e ambiental, evitando a aplicação de políticas uniformes a realidades profundamente distintas[3].

Em continuidade a essa lógica, os municípios também foram organizados em sub-regiões, estabelecendo um recorte territorial mais detalhado no interior de cada arco[4]. Essa escala intermediária permite captar dinâmicas locais e proximidades funcionais entre municípios que não se restringem aos limites administrativos dos Estados[5]. A fronteira amazônica do Arco Norte e Rondônia abriga 9 dessas sub-regiões. São elas:

1. Sub-região Oiapoque-Tumucumaque
2. Sub-região Campos do Rio Branco
3. Sub-região Parima-Alto Rio Negro
4. Sub-região Alto Solimões
5. Sub-região Alto Juruá
6. Sub-região Vale do Acre-Alto Purus
7. Sub-região Madeira-Mamoré
8. Sub-região Fronteira do Guaporé
9. Sub-região Chapada dos Parecis

Ao integrar as especificidades locais e regionais, torna-se possível articular estratégias de ordenamento territorial que considerem as particularidades culturais, econômicas e ambientais de cada sub-região. Essa perspectiva reforça o papel do território como espaço dinâmico de interações, onde coexistem desafios como a conservação de ecossistemas sensíveis, a inclusão de comunidades tradicionais e indígenas e a promoção de atividades produtivas sustentáveis.

3. BRASIL, Ministério de Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, 2005.
4. Conforme os estudos de 2005, os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo Sub-regiões utilizando critérios como localização geográfica, características socioambientais e base produtiva.
5. Apesar da estruturação do presente estudo ser feita via organização por Estado, uma análise combinada entre as divisões estaduais e sub-regiões proporciona uma abordagem complementar que parece facilitar a gestão territorial e a articulação de políticas públicas.

Organização da Faixa de Fronteira por Estados, Sub-regiões e Municípios

Campos de Rio Branco

Roraima

Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã

Oiapoque-Tumucumaque

Amazonas

Nhamundá e Urucará

Amapá

Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio

Roraima

Caroebe, São João da Baliza e São Luiz

Pará

Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos, Oriximiná

Parima-Alto Rio Negro

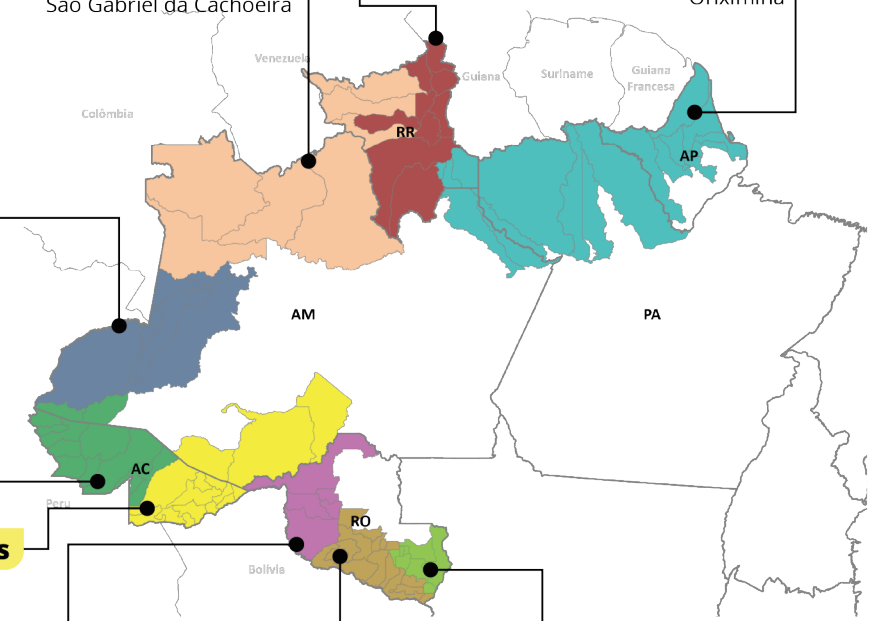
Amazonas

Barcelos, Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira

Alto Solimões

Amazonas

Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins



Alto Juruá

Acre

Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus e Tarauacá

Vale do Acre-Alto Purus

Acre

Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Senador Guiomard e Xapuri

Amazonas

Boca do Acre, Canutama e Lábrea

Madeira-Mamoré

Rondônia

Buritis, Campo Novo de Rondônia, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho

Fronteira do Guaporé

Rondônia

Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Pimenteiras do Oeste, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras

Chapada dos Parecis

Rondônia

Chupinguaia, Colorado do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste e Vilhena

Destacam-se sub-regiões com intensa interação transfronteiriça, como Alto Solimões, Campos de Rio Branco e Vale do Acre-Alto Purus, onde dinâmicas migratórias, comerciais e culturais moldam a relação com os países vizinhos. A Sub-região do Alto Solimões é um território de contrastes. Apesar de sua riqueza cultural e ecológica, enfrenta desafios complexos que demandam ações integradas e políticas públicas urgentes para garantir o desenvolvimento, a segurança, o respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade ambiental.

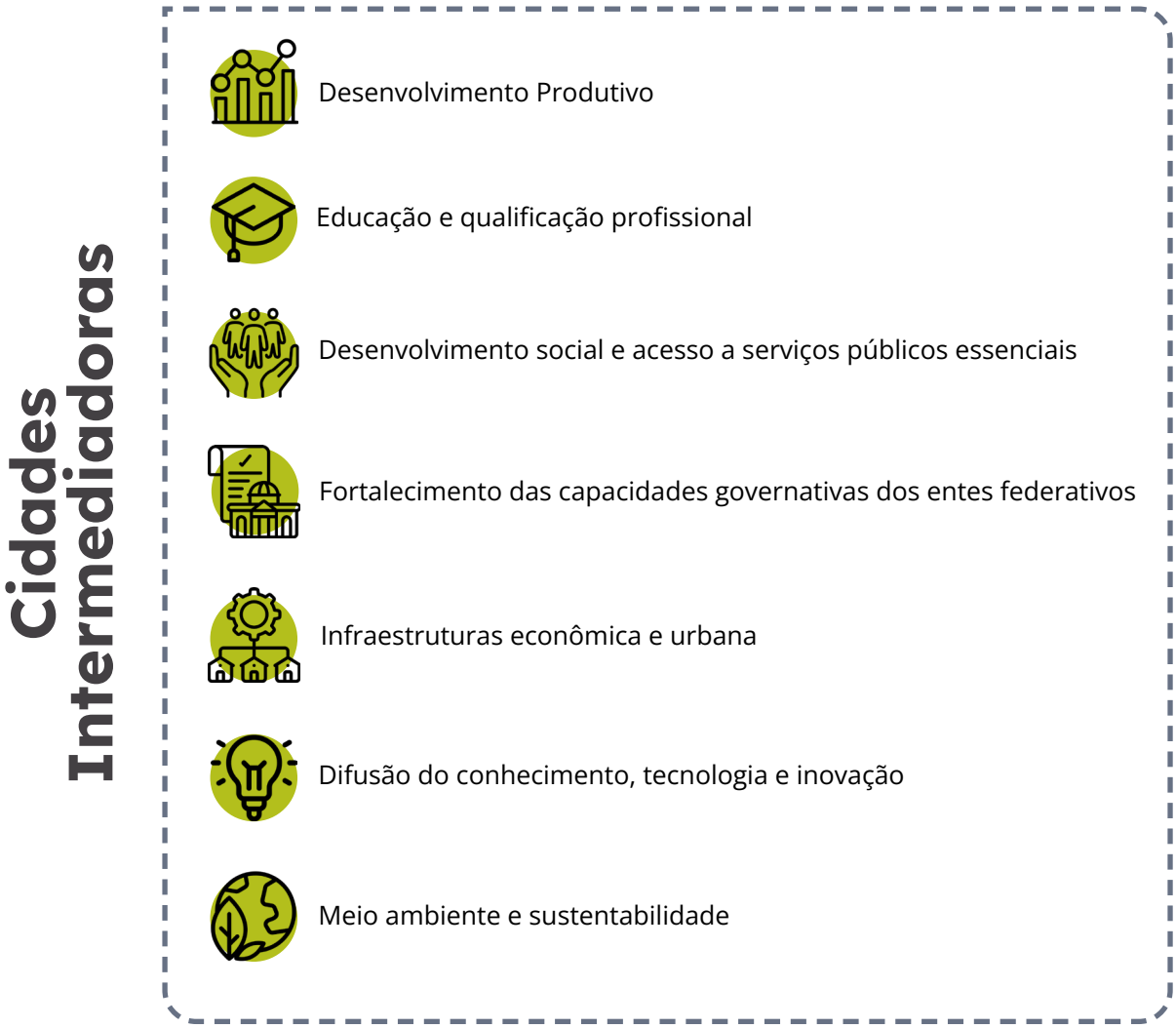
A Sub-região dos Campos de Rio Branco é marcada pela paisagem do "lavrado", a maior extensão contínua de savanas do bioma Amazônia, cobrindo cerca de 61 mil km^2. Com biodiversidade única, A conservação do lavrado é estratégica não apenas para a preservação ambiental, mas também para a segurança hídrica, o equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável.

Sub-regiões como Parima-Alto Rio Negro e também Alto Solimões destacam-se pelas populações indígenas e os instrumentos de ordenamento da paisagem, que desempenham papéis fundamentais na preservação cultural e na proteção dos ecossistemas locais. A Sub-região Parima-Alto Rio Negro abrange a faixa de fronteira que vai das Serras de Pacaraima e Parima, no Nordeste, até os vales dos rios Negro e Japurá, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, na divisa com a Colômbia. A paisagem, composta por serras e vales cobertos por densa floresta equatorial, caracteriza a área como uma das mais isoladas do Brasil.

Nas Sub-regiões Madeira-Mamoré e Chapada dos Parecis em Rondônia evidenciam-se uma forte presença de atividades agroindustriais e infraestrutura de transporte integrada, consolidando-se como um estratégico eixo econômico na Faixa de Fronteira. Enquanto Madeira-Mamoré é marcada pela predominância urbana, com Porto Velho como polo de transporte e integração regional, a Sub-região de Fronteira do Guaporé destaca-se por seu perfil rural, resultado de projetos de colonização oficial que estruturaram pequenas e médias propriedades ao longo da BR-364. Já a Chapada dos Parecis evidencia uma forte vocação agroindustrial, articulando áreas urbanas e rurais para a produção de grãos voltados à exportação.

Ainda no âmbito das regionalizações, vale destacar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR 2024), além de definir sub-regiões especiais, dentre as quais se encontra a Faixa de Fronteira, estabeleceu microrregiões, classificadas com base em tipologias referenciais, que enquadram os municípios numa análise de desigualdades regionais calcadas em informações de renda e dinamismo, de modo a definir espaços elegíveis e áreas prioritárias para a atuação da PNDR.

Com base nesse enquadramento, foi lançado o *Programa Cidades Intermediadoras*[6] que tem por objetivo descentralizar bens e serviços públicos, promovendo o desenvolvimento regional e reduzindo a pressão sobre as metrópoles e capitais estaduais. Os municípios elegíveis ao programa são aqueles que fazem parte das Regiões Imediatas do IBGE e os municípios-polo de Sub-regiões que não estejam classificados na tipologia sub-regional da PNDR como de alta renda. A implementação do programa está fundamentada em eixos estratégicos da PNDR, que incluem:



6. Resolução nº 4 de 2024 do MIDR. O Programa busca ampliar o acesso a oportunidades de trabalho e renda, além de melhorar a infraestrutura econômica e urbana das cidades, incentivando o crescimento econômico das áreas mais afastadas do país.

As cidades da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia que fazem parte deste programa são:

Quadro 2 - Cidades intermediadoras na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

	Microrregião	Municípios	Tipologia Sub-regional (PNDR)
AC	Cruzeiro do Sul	Marechal Thaumaturgo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Rodrigues Alves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Porto Walter	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Mâncio Lima	Média Renda e Alto Dinamismo
		Cruzeiro do Sul	Média Renda e Médio Dinamismo
AM	Alto Solimões	Jutaí	Baixa Renda e Alto Dinamismo
	Japurá	Japurá	Baixa Renda e Alto Dinamismo
AP	Amapá	Pracuúba	Baixa Renda e Médio Dinamismo
		Amapá	Média Renda e Alto Dinamismo
	Oiapoque	Calçoene	Média Renda e Alto Dinamismo
		Oiapoque	Média Renda e Baixo Dinamismo
RO	Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Médio Dinamismo
		Seringueiras	Média Renda e Médio Dinamismo
	Guajará-Mirim	Costa Marques	Média Renda e Baixo Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Baixo Dinamismo
RR	Sudeste de Roraima	Rorainópolis	Baixa Renda e Alto Dinamismo
		Caroebe	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Luiz	Média Renda e Médio Dinamismo
		São João da Baliza	Média Renda e Médio Dinamismo

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PNDR, 2024.

Integrações Transfronteiriças

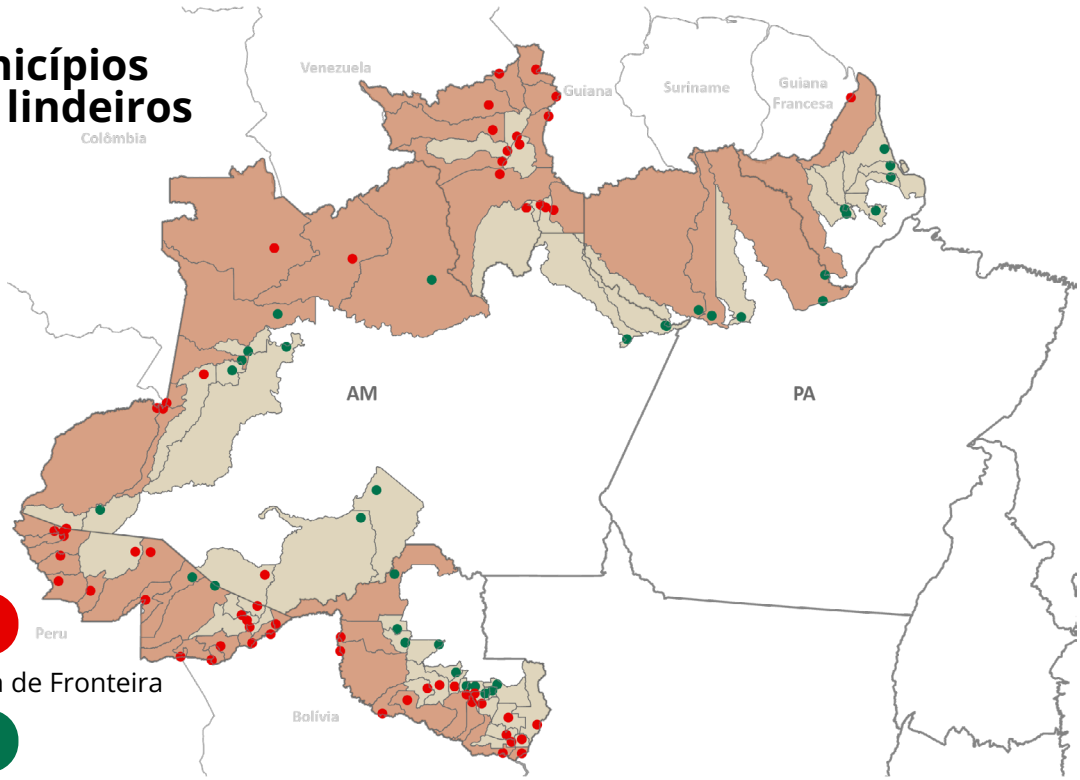
Os municípios situados na Faixa de Fronteira podem ser classificados ainda segundo sua relação territorial e urbana com a linha internacional, orientando-se pelo nível de interação dos municípios com a fronteira.

Nesse sentido há os chamados municípios lindeiros, aqueles que possuem limites que coincidem com a linha de fronteira internacional, e os não lindeiros, que, embora mais afastados, ainda estão inseridos na Faixa de Fronteira. Os municípios podem ser subdivididos também entre aqueles que tem a sede municipal dentro da Faixa de Fronteira e aqueles que tem a sede municipal fora da Faixa de Fronteira. Enquanto os municípios lindeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle de fronteira, os não lindeiros, por sua localização remota e baixa densidade demográfica, enfrentam dificuldades de integração e acesso às políticas públicas.

Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

48 municípios lindeiros

49 municípios não lindeiros



32 Cidades
Com sede na Faixa de Fronteira

65 Cidades
Com sede fora da Faixa de Fronteira

Se a Faixa de Fronteira é brasileira, a zona de fronteira é, em cada trecho, pelo menos binacional, envolvendo jurisdições e contextos dos países vizinhos. Zonas de fronteira são as áreas territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, perceptível na escala local/regional das relações transfronteiriças, exemplificadas pelas cidades-gêmeas. Embora o Brasil não exerça jurisdição sobre o lado externo da zona de fronteira, as relações com países vizinhos demandam cooperação diplomática e iniciativas integradoras para tratar de questões como comércio, migração, segurança e turismo (MACHADO *et al*., 2007)[7].

Conforme a última atualização da Portaria MIDR nº 2.507, de 5 de outubro de 2021:

> *Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial deintegração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.*
> *Art. 2º Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a dois mil habitantes*

Devido às condições da fronteira amazônica, caracterizada pela presença massiva de áreas de preservação e comunidades indígenas possuindo baixo grau de povoamento, a fronteira do Arco Norte e Rondônia possui apenas nove cidades-gêmeas com outras de países vizinhos[8], com as quais mantém trocas e interações cotidianas[9]. A maioria está localizada no Acre, que possui quatro cidades-gêmeas sendo, Pará é o único Estado que não possui nenhuma.

As cidades vizinhas dos países fronteiriços do Brasil possuem populações diversas e culturalmente ricas. Essa diversidade populacional gera desafios e oportunidades para a integração e o desenvolvimento das cidades-gêmeas. Aspectos como bilinguismo, práticas culturais e cooperação econômica são fundamentais para a convivência harmoniosa e o crescimento conjunto das regiões fronteiriças.

---

7. MACHADO, L. O. *et al*. "O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual metodológica". In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). Território sem Limites. Estudos sobre Fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
8. Atualmente, o país possui 33 cidades-gêmeas. Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul são os Estados que concentram o maior número. No entanto, a maior cidade-gêmea é Foz do Iguaçu, que está localizada no Paraná.
9. De acordo com as classificações de Regiões de Influência das Cidades - REGIC - do IBGE (2018), "*arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais*". Na Faixa de Fronteira amazônica, há seis Arranjos Populacionais Internacionais (APIs) identificados: APIs de Guajará-Mirim/Brasil - Guayaramerín/ Bolívia, Assis Brasil/Brasil, Cobija/Bolívia - Brasiléia/ Brasil, Tabatinga/Brasil - Letícia/Colômbia, Bonfim/Brasil - Ireng/Guiana, Oiapoque/Brasil.

Sobre as dinâmicas ocorrentes no lado externo da zona de fronteira, o Brasil não tem jurisdição. Mas, sobre essas dinâmicas o país deve buscar cooperação diplomática e posicionamento programático e produtivo. Além de atributos comuns a outras frações do território nacional como, por exemplo, nas questões socioambientais, uma das particularidades da fronteira são as questões de defesa nacional e a exposição tênue e vulnerável a crimes transfronteiriços. Tudo isso exige políticas, estratégias e estruturas de governança que favoreçam o desenvolvimento sustentável e ampliem a integração regional, garantindo qualidade de vida para as populações que compartilham essas regiões fronteiriças, ao mesmo tempo sem fragilizar o interesse nacional.

Foto: Fecomércio/AP

Os municípios acreanos de **Brasiléia** e **Epitaciolândia (AC)** integram um contínuo urbano binacional com **Cobija (Bolívia)**, consolidando uma dinâmica territorial, econômica e social peculiar. São classificadas pela Regic (IBGE, 2018) como Centros Sub-regionais B (3B) e desempenham funções de articulação regional, enquanto a capital Rio Branco concentra atividades administrativas e econômicas de maior complexidade. Brasiléia e Epitaciolândia integram o Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional.

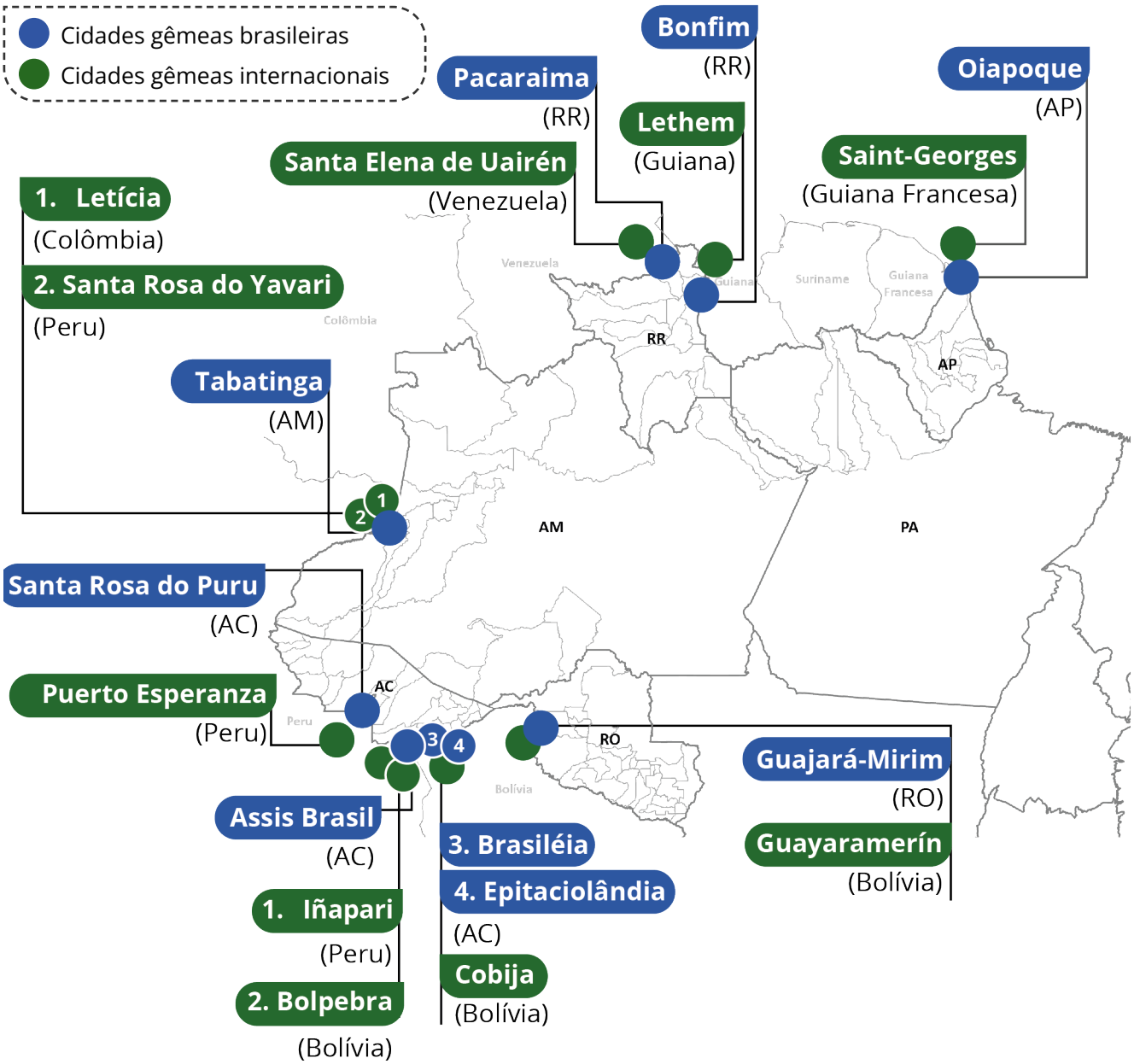
Assis Brasil (AC), que forma uma conurbação com **Iñapari (Peru)** e **Bolpebra (Bolívia)**, ocupa posição estratégica na BR-317, conectando o Brasil ao Peru. **Santa Rosa do Purus (AC)** forma cidade-gêmea com o povoado de **Palestina (Peru)**, que faz parte do distrito de Puerto Esperanza, no departamento de Ucayali.

Pacaraima (RR) possui localização estratégica na fronteira com a Venezuela, com a cidade de **Santa Helena de Uairén (Venezuela).** Essa posição confere ao município um papel central nos fluxos migratórios, no comércio transfronteiriço e na prestação de serviços, fortalecendo sua relevância regional. **Bonfim (RR)**, por outro lado, mantém interações importantes com **Lethem (Guiana)**, embora em escala mais discreta, refletindo um padrão de conectividade transfronteiriça menos intenso (Silva, 2017).

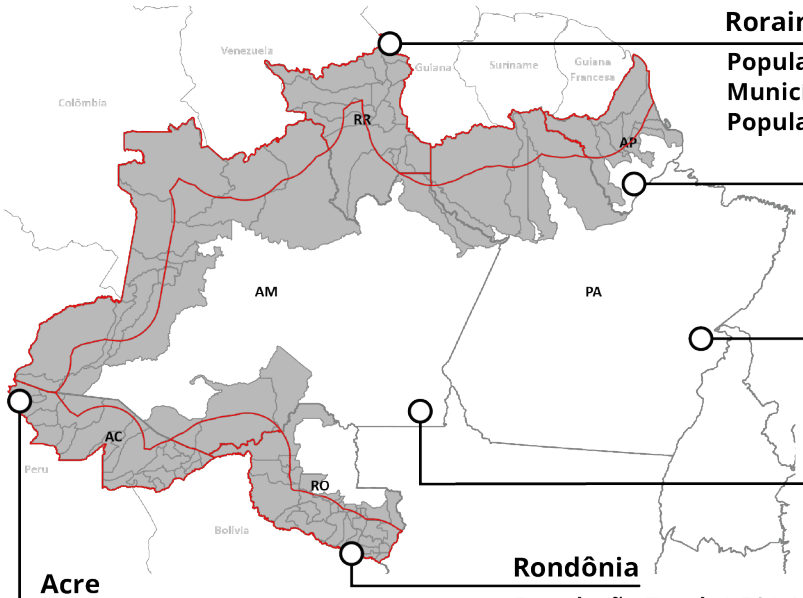
Tabatinga (AM) está inserida em uma rede única de interações transnacionais, marcada por trocas culturais, econômicas e sociais numa localização estratégica na tríplice fronteira entre Brasil, **Colômbia (Letícia)** e **Peru (Santa Rosa de Yavari)**. Nesse contexto, o Rio Solimões desempenha um papel fundamental como principal corredor de integração, conectando comunidades indígenas, centros urbanos e países vizinhos, além de viabilizar o fluxo de bens, serviços e pessoas, consolidando a relevância da sub-região no coração da Amazônia. As cidades de Tabatinga e Letícia possuem um acordo de Zona Regime Especial Fronteiriço, criado em 2008, com decreto de regulamentação em 2015, que estabelece um regime especial aplicado ao comércio de mercadorias para consumo ou comercialização na área fronteiriça.

Guajará-Mirim (RO) forma uma cidade-gêmea com **Guayaramerín (Bolívia)** . Essa relação binacional é marcada por intensos fluxos comerciais, culturais e sociais, que reforçam a integração entre os dois países. A cidade concentra seus equipamentos urbanos em torno da Avenida 15 de Novembro, que conecta a zona portuária ao rio Madeira-Mamoré, consolidando seu papel como ponto estratégico de integração transfronteiriça com o departamento boliviano de Beni. A despeito de sua relevância histórica e estratégica, Guajará-Mirim, é classificada pela Regic (IBGE, 2018) como Centro Local. Essa classificação reflete uma influência limitada, com forte dependência estrutural da capital estadual para acesso a serviços, mercados e infraestrutura.

Oiapoque (AP) tem como cidade-gêmea **Saint-Georges-de-l'Oyapock (Guiana Francesa)**. Ligadas pelo Rio Oiapoque, essas cidades expressam dinâmicas sociais, econômicas e culturais fortemente interdependentes, marcadas por fluxos cotidianos e por desafios comuns relacionados à infraestrutura, à integração territorial e à provisão de serviços públicos.



Caracterização Sociodemográfica



Roraima
População Total: 636.707
Municípios Fronteiriços: 15
População Fronteiriça: 636.707 | 100%

Amapá
População Total: 733.759
Municípios Fronteiriços: 8
População Fronteiriça: 109.140 | 14,87%

Pará
População Total: 8.120.131
Municípios Fronteiriços: 5
População Fronteiriça: 232.908 | 2,87%

Amazonas
População Total: 3.941.613
Municípios Fronteiriços: 19
População Fronteiriça: 504.450 | 12,79%

Rondônia
População Total: 1.581.196
Municípios Fronteiriços: 28
População Fronteiriça: 964.355 | 60,99%

Acre
População Total: 830.018
Municípios Fronteiriços: 22
População Fronteiriça: 830.018 | 100%

CONSIDERE

Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior à faixa de fronteira brasileira. Exemplo disso é o Estado do Pará que conta com apenas cinco municípios na Faixa de Fronteira, sendo que nenhum deles possui sua sede municipal dentro desta. A distância das sedes desses municípios até a faixa é, inclusive, mais distante que a própria largura da faixa, com seus 150 km.

A partir da tabela, é possível observar que dos 97 municípios, apenas 15 possuem sede na linha de fronteira e outros 47 possuem sede na Faixa de Fronteira, sendo que destes 24 são em municípios não lindeiros. Se olharmos os dados populacionais por setor censitário, isso significa que, da população total dos municípios da Faixa de Fronteira, somente 2.115.203 habitantes estariam de fato nesta inseridos, o que corresponde a 64,5% do total.

Tabela 1 - População municípios lindeiros e não-lindeiros da Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia

Estados	Municípios Lindeiros						Municípios Não Lindeiros			
	Com sede na Linha de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira	
	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.
Acre	5	76.140	10	241.252	2	53.339	5	459.287	0	0
Amapá	1	27.482	0	0	1	35.114	0	0	6	46.544
Amazonas	3	119.726	2	65.959	3	55.903	3	82.229	8	180.633
Roraima	3	47.214	6	90.410	0	0	6	499.083	0	0
Pará	0	0	0	0	3	154.803	0	0	2	78.105
Rondônia	3	54.170	5	80.054	1	460.434	10	204.257	9	165.440
Total	**15**	**324.732**	**23**	**477.675**	**10**	**759.593**	**24**	**1.244.856**	**25**	**470.722**

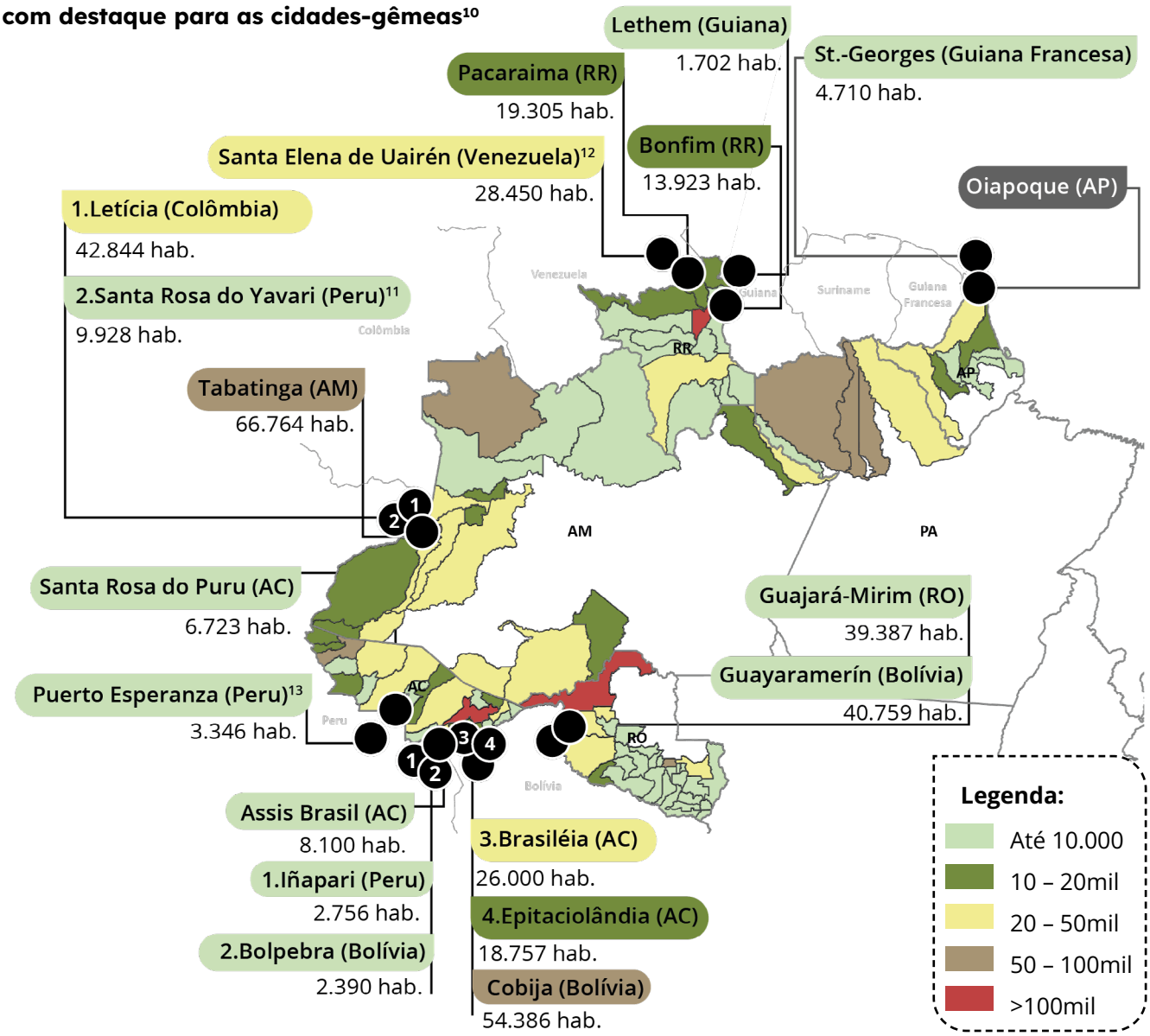
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Quando analisamos os dados populacionais dos municípios, observa-se que apenas as Capitais - Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) - possuem população acima de 100.000 habitantes. Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Vilhena (RO) são as cidades fronteiriças que possuem mais de 50.000 habitantes. No Pará, apesar de Óbidos, Oriximiná e Alenquer possuírem mais de 50.000 habitantes, apenas 2.624 habitantes se inscrevem em setores censitários que integram a Faixa de Fronteira.

Nas cidades-gêmeas, além de considerar a população fronteiriça brasileira, buscou-se analisar também dados populacionais das cidades internacionais. A partir dos dados mais recentes de Censo dos países vizinhos, Cobija, na Bolívia, aparece como a maior cidade-gêmea internacional, possuindo mais de 50.000 habitantes. As cidades-gêmeas de Brasiléia e Epitaciolândia, que fazem fronteira com Cobija, nesse cenário de estimativas, totalizariam 44.757 pessoas.

Outro destaque é para o caso de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerin (Bolívia) que apresentam certo equilíbrio populacional. Juntas as cidades somam 80.146 habitantes. Lethem (Guiana) aparece como a menor cidade-gêmea internacional. Vale destacar, no entanto, que o dado mais recente disponibilizado pela Guiana é de 2012, o que impossibilita compreender a situação populacional atual pelos dados secundários.

População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas[10]



10. Segundo dados do Censo: Brasil, 2022; Bolívia, 2024; França, 2022; Colômbia,2018; Peru, 2017; Guiana, 2012; Venezuela, 2011.
11. Santa Rosa é uma pequena ilha sobre o rio Solimões, localizada no distrito de Yavari, na província de Ramón Castilha, circunscrita ao departamento de Loreto.
12. Santa Elena de Uairén é uma localidade dentro do distrito chamado Gran Sabana, que pertence ao Estado de Bolívar, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.
13. Puerto Esperanza é uma localidade do distrito de Purus. O dado disponibilizado do Censo refere-se à população total do distrito, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.

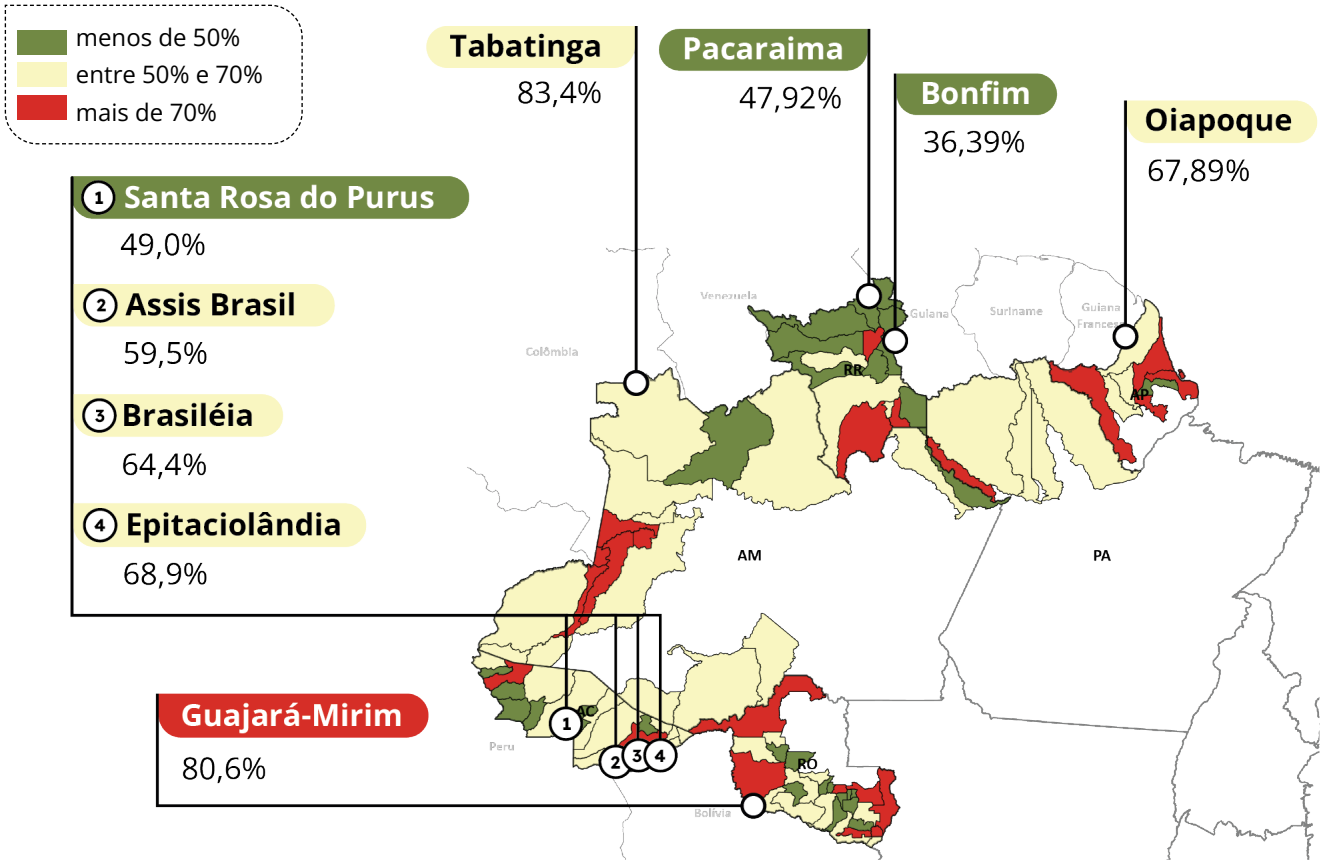
Grau de Urbanização

As Capitais incluídas na Faixa de Fronteira amazônica que apresentam o maior grau de urbanização são:

Boa Vista com 97,3% | **Rio Branco com 95,3%** | **Porto Velho com 92,6%**

Dentre as cidades-gêmeas, Tabatinga/AM é aquela que apresenta maior taxa de urbanização (83,4%) e, junto com Letícia (Colômbia), exerce influência de alcance regional. Guajará-Mirim/RO detém a segunda posição (80,6%), mantendo com Guayaramerín, na Bolívia, importante área de integração comercial e cultural com intensa troca de mercadorias e fluxo de pessoas. Isso porque, apesar das características predominantemente naturais e pouco urbanizadas do território, a concentração dos serviços essenciais, infraestrutura e atividades econômicas na Sede municipal a tornam o principal polo de desenvolvimento local.

Grau de urbanização dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



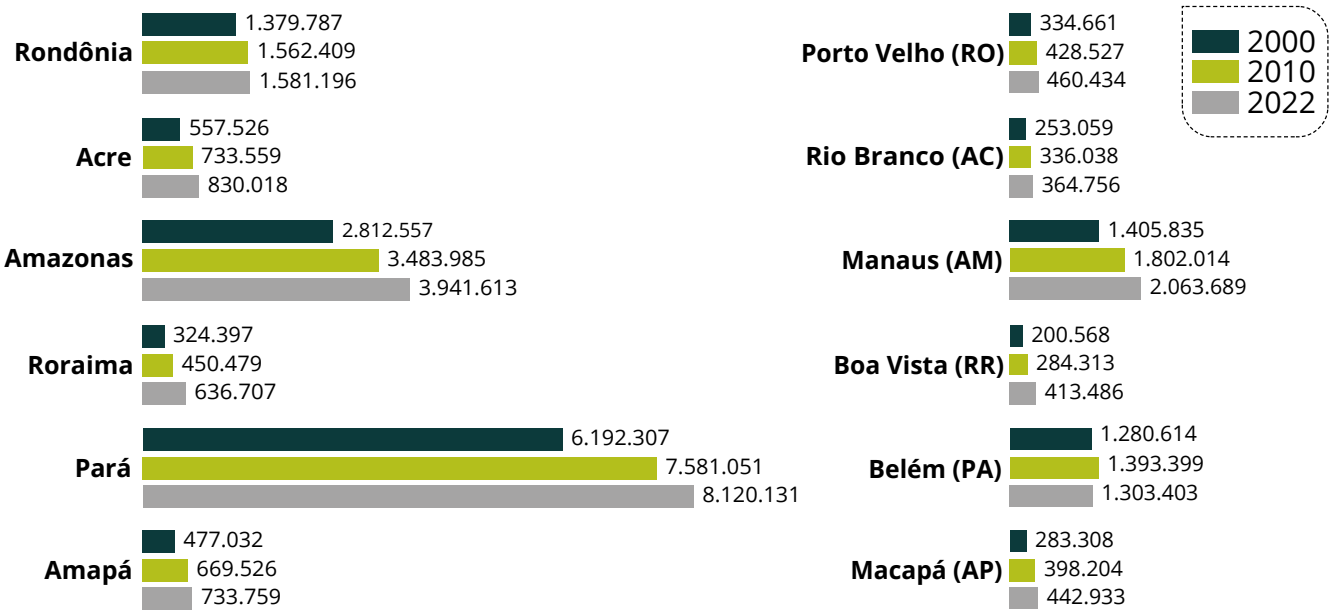
Dinâmicas demográficas

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária e a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais.

Numa avaliação por Estado, é possível verificar que aquele com maior crescimento absoluto nas últimas décadas é o Pará, que passou de 6.192.307 hab em 2000 para 8.120.131 hab em 2024. Já em termos percentuais, os maiores crescimentos se deram no Amapá entre 2000 e 2010 (40%) e em Roraima entre 2010 e 2022 (41%).

Nas capitais que se encontram na Faixa de Fronteira, Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) apresentaram aumento considerável entre as décadas 2000-2010 e Boa Vista (RR) cresceu 45% no período 2010-2022, na contramão das tendências demográficas do país, em parte por conta da migração venezuelana.

Gráfico 1 - Crescimento populacional Estados e Capitais da Fronteira do Arco Norte e Rondônia (habitantes)

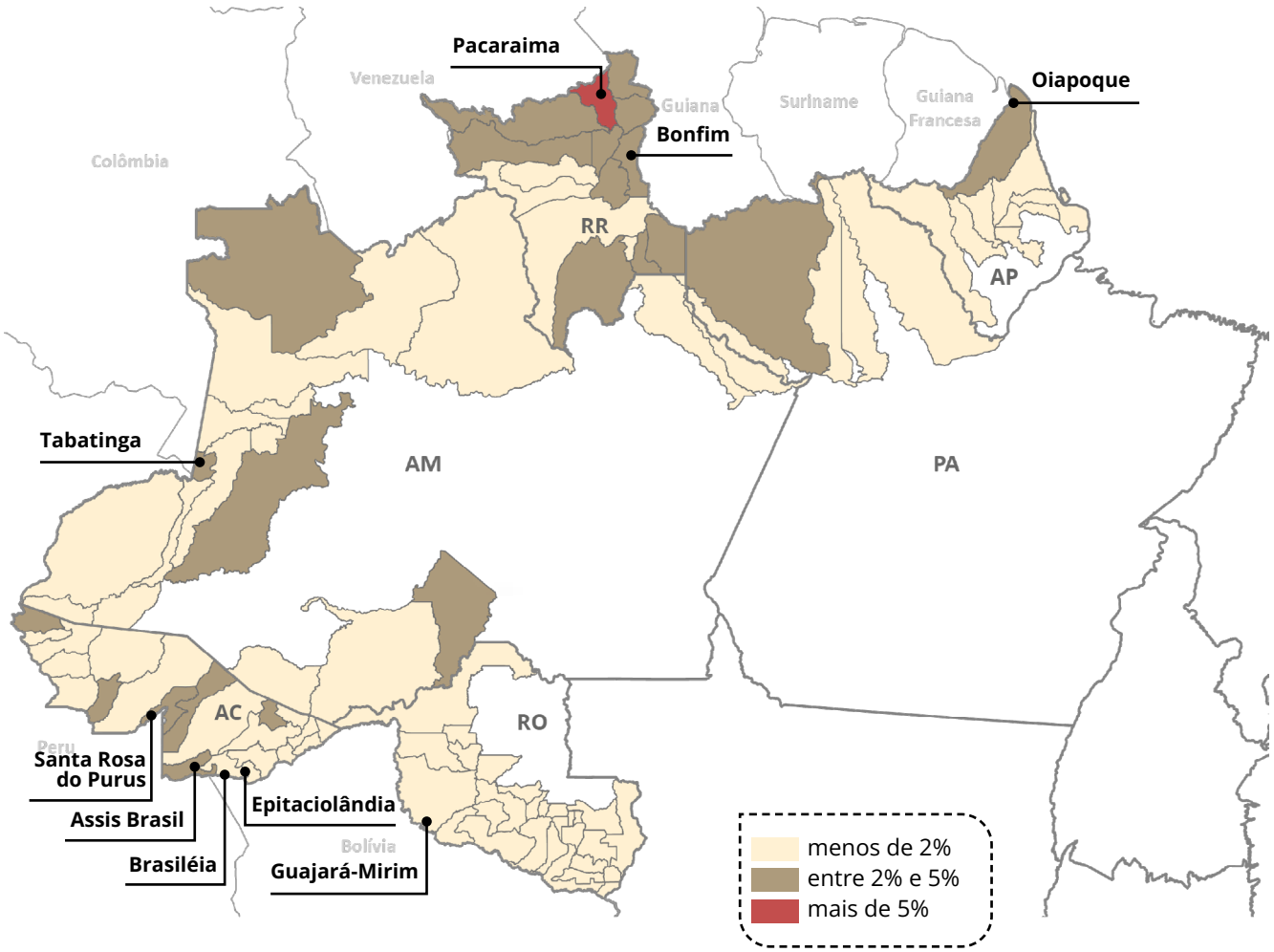


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir do Censo IBGE, 2022.

Em geral, os municípios brasileiros da fronteira ganharam, em maior ou menor grau, população nas últimas décadas. A exceção se dá no Estado de Rondônia, pela considerável perda de população em diversos municípios. O maior decréscimo é observado em Campo Novo de Rondônia, que em termos percentuais perdeu 30% da população no período de 2010 a 2022.

Em Roraima, chama atenção o crescimento expressivo de 85% da população entre 2010-2022 em Pacaraima, ainda que em números absolutos o crescimento não passe de 20 mil habitantes. Porta de entrada de imigrantes venezuelanos no país, o Município passou de 10.433 hab em 2010 para 19.305 hab em 2022, com taxa de crescimento anual de 5,26% ao ano, o maior crescimento anual da área estudada.

Taxa de crescimento anual da população dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas (2010-2022)



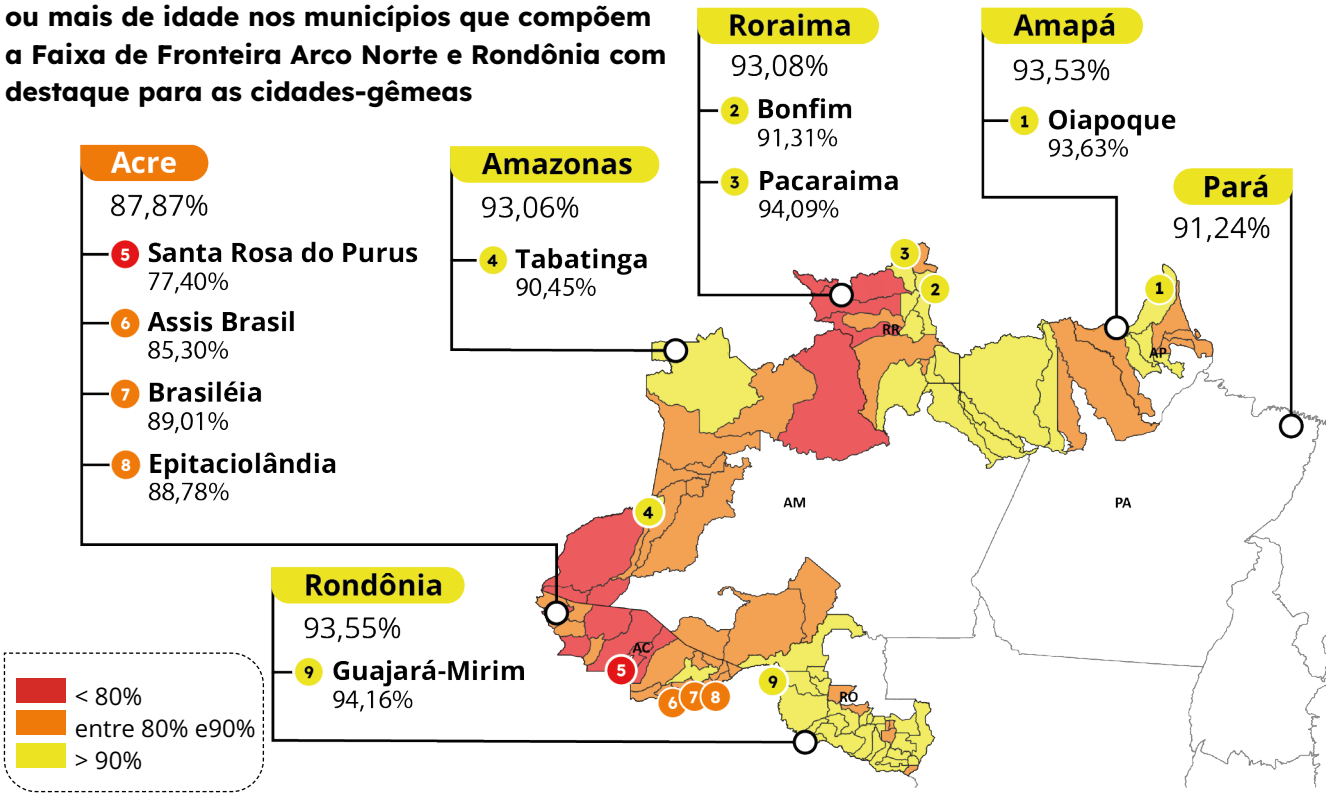
Alfabetização

De acordo com os dados do Censo Demográfico IBGE 2022, as taxas de alfabetização para a população com 15 anos ou mais nos estados da Faixa de Fronteira amazônica atingem a média brasileira de 93% da população alfabetizada. No Acre, porém, os dados mostram que 73.835 pessoas (12,1%) nessa faixa etária no Estado não sabem ler ou escrever.

Embora tenha havido redução em relação ao Censo de 2010 (16,6%), o Acre ainda apresenta a maior taxa de analfabetismo da região. Municípios como Marechal Thaumaturgo, Feijó, Manoela Urbano, Tarauacá e Rodrigues Alves apresentam menos de 80% da população alfabetizada. Vale destacar que, numa análise por municípios, Alto Alegre e Amaraji em Roraima são os que apresentam as menores taxas de alfabetização, com 63,19% e 68,17%, respectivamente.

Com relação às cidades-gêmeas, também no Acre é onde se observa as menores taxas de alfabetização. Santa Rosa do Purus (AC) tem o menor percentual de alfabetização (77,4%) enquanto em Guajará-Mirim, 94,16% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



Análise por Eixos Temáticos

O processo de elaboração das bases dos PDIFFs pretende contribuir para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos), conforme orientação do Programa Fronteira Integrada do MIDR. Desta forma, para organização deste trabalho, a análise dos territórios de fronteira se deu a partir de cinco grandes eixos temáticos: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social; Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Integração Regional, Migrações e Segurança.

Esta organização permite uma abordagem quali-quantitativa que considera diferentes dinâmicas socioeconômicas e condicionantes ambientais. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

Exatamente pelo seu caráter de subsídio, o diagnóstico por eixos temáticos foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos. Buscou-se operar em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas a investimentos estruturantes que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território. No âmbito regional, alguns aspectos merecem destaque e são a seguir relacionados.

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

A predominância de espaços territoriais especialmente protegidos, os entraves na regularização fundiária, as inconsistências no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a crescente pressão agropecuária criam um cenário de disputa pelo território da fronteira amazônica. Um dos desafios centrais está na gestão dos territórios protegidos, especialmente nas Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), que ocupam parcelas expressivas da Faixa de Fronteira e estão sob constante pressão de atividades ilegais, incluindo grilagem de terras, garimpo, exploração madeireira e limitações político-institucionais que comprometem a fiscalização e o monitoramento efetivo desses territórios.

A heterogeneidade na regularização ambiental e a falta de articulação entre marcos regulatórios agravam esse cenário. A persistência das sobreposições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que, em alguns casos, ultrapassam a própria extensão territorial dos municípios, ressaltam a necessidade de maior rigor na verificação das informações declaradas. Essas sobreposições podem revelar conflitos fundiários latentes e, em alguns casos, indícios de grilagem de terras. Nesse sentido, o CAR desempenha um papel relevante ao expor essas inconsistências, reforçando a importância do aprimoramento nos processos de validação e integração com outras bases de dados fundiários e ambientais.

Pode-se dizer, ainda, que os dados sugerem forte correlação entre a expansão agropecuária, o avanço da fronteira agrícola e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A conversão de áreas florestais em pastagens e monoculturas contribui diretamente para o desmatamento e a intensificação das emissões de carbono, tornando necessária a adoção de estratégias que conciliem produção agropecuária e preservação ambiental. Esse vínculo reforça a importância de integrar políticas de ordenamento territorial com ações de gestão climática, garantindo que o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentável e alinhada aos compromissos ambientais internacionais do país. Os Municípios em estudo têm capacidade muito baixa para a implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos dos fenômenos climáticos.

Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)

A **PNOT** tem como objetivo promover a resiliência territorial, que envolve a adaptação dos territórios a mudanças sociais, econômicas e ambientais. Também busca incentivar a contratualização territorial, uma abordagem inovadora que impulsiona pactos e acordos entre diferentes agentes para alinhar interesses e estratégias de atuação. A PNOT está em processo de elaboração por um Grupo Interministerial, instituído em 2024 pelo Decreto no 11.920, de 14 de fevereiro de 2024, que tem o prazo de dois anos para elaborar a proposta e propor o modelo de governança para a implementação dessa política.

Saiba mais:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

A implantação de infraestruturas na Faixa de Fronteira amazônica abre oportunidades para dinamizar a economia local, impulsionar o escoamento da produção da região e promover maior integração com os países vizinhos. No entanto, o planejamento e os investimentos em infraestrutura devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. Deve-se considerar que a Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

A infraestrutura de transportes e logística desempenha importante atribuição na integração da região com o restante do Brasil e com os mercados internacionais. Para além do transporte rodoviário, os modais fluvial e aéreo assumem função central na conectividade da região, viabilizando o deslocamento de pessoas e o escoamento de mercadorias em áreas de difícil acesso, marcadas por grandes distâncias e baixa densidade, além de garantirem maior agilidade no acesso a serviços essenciais e na integração com centros urbanos mais dinâmicos.

No que se refere à infraestrutura energética, apesar dos avanços na Região Norte, ainda persistem assimetrias territoriais, especialmente em áreas remotas, onde predominam sistemas isolados e soluções de menor escala. As infraestruturas de comunicação também enfrentam limitações, sobretudo quanto à cobertura e à qualidade dos serviços em regiões rurais e de difícil acesso, o que restringe a conectividade e o acesso a oportunidades.

No campo do saneamento, os desafios são ainda mais estruturais, com déficits significativos na oferta de água tratada, esgotamento sanitário e a predominância de lixões como forma de destinação final dos resíduos sólidos. Esse cenário evidencia a necessidade de maior articulação entre políticas públicas, planejamento integrado e investimentos direcionados, considerando, sobretudo, a natureza transfronteiriça de parte desses problemas, que demandam soluções coordenadas entre estados e países vizinhos.

Rotas de Integração Sul-Americana

As Rotas são um projeto do Governo Federal, desenhado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), para conectar o Brasil aos vizinhos, reduzir custos logísticos e facilitar o acesso à Ásia pelo Pacífico. Aprovadas no Consenso de Brasília (2023), visam integrar a infraestrutura física e digital, impulsionando o comércio e desenvolvimento regional. São elas:

- **Rota 1 - Ilha das Guianas:** compõe-se de rodovias e hidrovias. Inclui os estados de Roraima e Amapá, no total, além de parte dos estados Amazonas e Pará. Abarca Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.
- **Rota 2 - Amazônica:** Integra o estado do Amazonas ao Peru, Colômbia e Equador, utilizando rodovias e hidrovias (Rios Amazonas e Solimões).
- **Rota 3 - Quadrante Rondon:** Liga Acre, Rondônia e parte dos estados do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul à Bolívia, Peru e norte do Chile.
- **Rota 4 - Bioceânica Centro-Oeste:** Conecta Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, via Paraguai e Argentina, ao Chile, facilitando o acesso ao Pacífico.
- **Rota 5 - Bioceânica do Sul:** Conecta Rio Grande do Sul e alguns trechos do sudeste de Santa Catarina ao Uruguai, Argentina e Chile.

Saiba mais:

Programa Norte Conectado

O Programa Norte Conectado tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial, visando atender à população e às políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e do judiciário. A implantação é baseada em uma infraestrutura de telecomunicações que interligará diversos municípios e localidades na Região Norte do país. Com isso, o Programa propõe ampliar o acesso à internet na região, com possibilidade de integração aos países vizinhos que compõem a Pan Amazônia.

Saiba mais:

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Pode-se considerar ainda o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e o etnoturismo.

A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Assim, o fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)

O PNDBio é o principal mecanismo de implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, que visa coordenar políticas públicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em recursos biológicos, promovendo sustentabilidade, descarbonização e valorização da biodiversidade. A bioeconomia, conforme definida no decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024, é um modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em justiça, ética e inclusão, que utiliza recursos naturais de forma sustentável, regenerativa e conservacionista, integrando conhecimentos científicos e tradicionais. O PNDBio está organizado em três eixos: Sociobioeconomia e ativos ambientais; Bioindustrialização competitiva e Produção sustentável de biomassa.

Saiba mais:

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil são reconhecidos por suas formas próprias de organização social e cultural, intimamente ligadas ao território e à natureza. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007) define esses grupos como culturalmente diferenciados, com modos específicos de organização e uso dos recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica.

Distribuídos por toda a região amazônica, essas populações compõem a sociobiodiversidade da floresta e são agentes essenciais para sua manutenção em pé. Entretanto, não raramente, estão sob pressão de dinâmicas de desenvolvimento, atividades criminais e disputas fundiárias que avançam sobre seus territórios. A proteção de seus modos de morar e de viver, suas práticas culturais e seus saberes, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável.

Sobre os povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades extrativistas há diversas informações sistematizadas, inclusive a delimitação de territórios reconhecidos e o contingente populacional. No entanto, quanto aos segmentos de comunidades tradicionais, não há registros mais consistentes em bases de dados oficiais que permitam uma visão abrangente, ao menos, de localização dos mesmos.

A proteção de Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia. No entanto, essas populações vêm enfrentando ameaças como o avanço do garimpo ilegal, desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais e a presença do narcotráfico em suas terras, intensificando os conflitos e a violência na região. Apesar dessas garantias legais, as comunidades também enfrentam dificuldades na regularização de suas terras e na defesa de seus direitos.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto no 6.040, de 2007, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

A PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747/2012, visa proteger, recuperar e conservar os ecossistemas, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. Ela fortalece a autonomia indígena, integra povos tradicionais e o Estado, e é essencial para o combate às mudanças climáticas. São sete eixos que estruturam os objetivos específicos da política: I – proteção territorial e dos recursos naturais; II- governança e participação indígena; III- áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; IV-prevenção e recuperação de danos ambientais; V- uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; VI- propriedade intelectual e patrimônio genético e VII- capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Saiba mais:

Integração Regional, Migrações e Segurança

Interações entre países fronteiriços, ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

A análise dos fluxos migratórios revela dinâmicas complexas impulsionadas por fatores econômicos, políticos e humanitários. Na última década, observou-se uma intensificação dos movimentos migratórios, especialmente relacionados à crise humanitária na Venezuela e ao impacto das políticas migratórias brasileiras. Roraima continua a ser a principal porta de entrada de migrantes venezuelanos, enquanto estados como Amapá e Pará apresentam padrões diferenciados, com um aumento da presença de

imigrantes de outros países da América Latina e de outras regiões do mundo, como Filipinas e Haiti. A predominância masculina, a diversidade de nacionalidades e o crescimento dos residentes temporários são tendências-chave que moldam a dinâmica migratória da região amazônica.

Há ainda desafios enfrentados na gestão das migrações, incluindo a necessidade de ampliação de políticas de acolhimento, interiorização e regularização migratória. O fortalecimento de redes de apoio interinstitucionais e a implementação de programas que garantam o acesso a serviços essenciais, como moradia, saúde, educação e trabalho, são medidas fundamentais para a promoção dos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

Já os dados e indicadores analisados sobre a violência nos estados da Região Norte e seus municípios fronteiriços evidenciam um cenário marcado pela interdependência entre violência, migração e vulnerabilidade socioeconômica. A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. A violência é potencializada pela atuação de facções criminosas, pela exploração de recursos naturais e pela fragilidade das políticas públicas de segurança.

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)

O PPIF foi instituído pelo decreto federal 8.903, de 16 de novembro de 2016, para promover o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. É coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) que articula as ações conjuntas entre os órgãos do PPIF, promove o compartilhamento de informações, incentiva a implementação de projetos estruturantes e a cooperação internacional com países vizinhos, colaborando para o aprimoramento da governança das políticas públicas e as ações entre os entes da Federação, além de aprimorar a presença do Estado nas fronteiras.

O mesmo decreto que instituiu o PPIF também ressaltou a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de trabalho integrado visando à proteção de nossas fronteiras. Nesse contexto, ficou estabelecido que a participação dos Estados nas ações relacionadas ao PPIF deve ser baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) instituídos pelos Estados, que representam a vanguarda do PPIF na região de fronteira, atuando como representantes legítimos do Estado brasileiro para a governança local da prevenção, controle, monitoramento e repressão de crimes transfronteiriços.

Saiba mais:

PANORAMA

Amapá

Foto: Fecomércio/AP

Apresentação

O Estado do Amapá faz fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa, sendo o único do Arco Norte que possui saída para mar. Metade dos 16 municípios que compõem o Amapá se situam na faixa de fronteira, no entanto apenas a cidade-gêmea Oiapoque possui sede dentro da faixa.

A sub-região fronteiriça da qual Oiapoque faz parte é a Oiapoque-Tumucumaque, atravessada pelos rios Oiapoque, Jarí e Trombetas, abrangendo uma vasta extensão de floresta equatorial amazônica, que se estende desde a foz do Rio Oiapoque até o sul de Roraima e o noroeste do Estado do Amazonas.

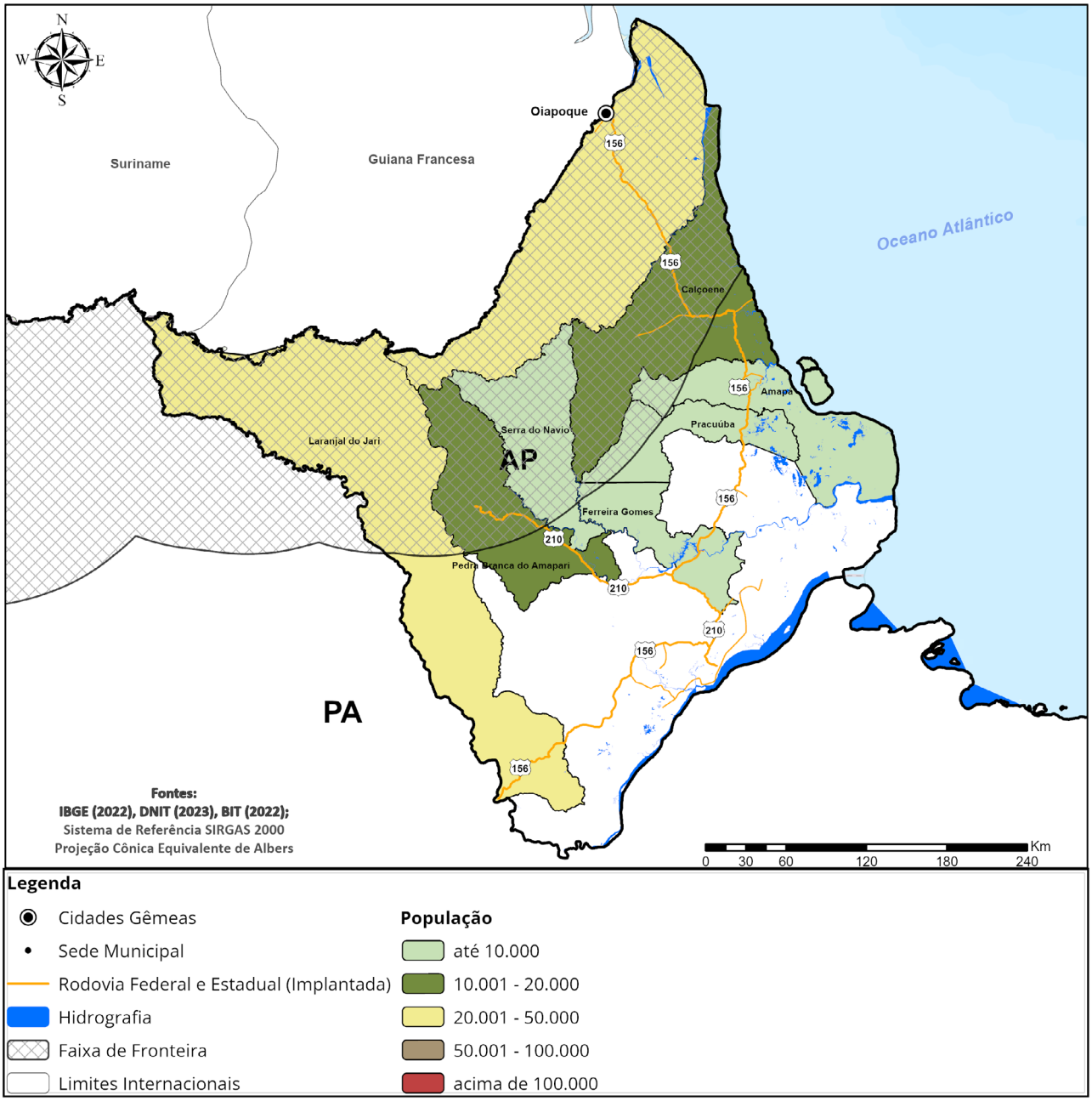
Caracterização Socioeconômica

A população dos municípios fronteiriços do Amapá totaliza 109.140 habitantes, no entanto, quando analisamos os dados dos setores censitários situados dentro da Faixa de Fronteira, esse contingente é reduzido para 33.970 habitantes, conforme o Censo IBGE de 2022.

Nenhum dos municípios que fazem parte da fronteira do Amapá ultrapassa 50 mil habitantes. As maiores populações estão nos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque. Com relação à taxa de crescimento populacional, Oiapoque se destaca com maior taxa (34%), o que representa aumento anual de 2% da população entre 2010 e 2022. Já em relação ao grau de urbanização, os municípios de Laranjal do Jari (91,94%), Serra do Navio (83,48%) e Calçoene (83,13%) são os que possuem as maiores taxas de urbanização.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, a taxa de alfabetização para a população com 15 anos ou mais no estado do Amapá corresponde a 93,5%., bem próximo à média nacional (93%). Os municípios de fronteira com menores índices de alfabetização são Oiapoque e Amapá.

Mapa 1 - População dos Municípios que compõem a Faixa de Fronteira do Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Tabela 2 - Perfil Demográfico dos Municípios do Estado do Amapá

Municípios	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa de Crescimento anual 2010-2022	Taxa de Urbanização 2022 (%)	Taxa de alfabetização 2022 (%)
Oiapoque	27.482	18.658	8.824	-0,13%	67,89%	89,53%
Laranjal do Jari	35.114	32.285	2.829	1,38%	91,94%	89,90%
Serra do Navio	4.673	2.721	1.952	1,16%	58,23%	90,71%
Amapá	7.943	6.631	1.312	-1,07%	83,48%	89,75%
Pedra Branca do Amapari	12.847	8.607	4.240	2,47%	67,00%	93,63%
Calçoene	10.612	8.822	1.790	1,48%	83,13%	91,30%
Ferreira Gomes	6.666	4.726	1.940	0,02%	70,90%	89,87%

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Censo, 2022.

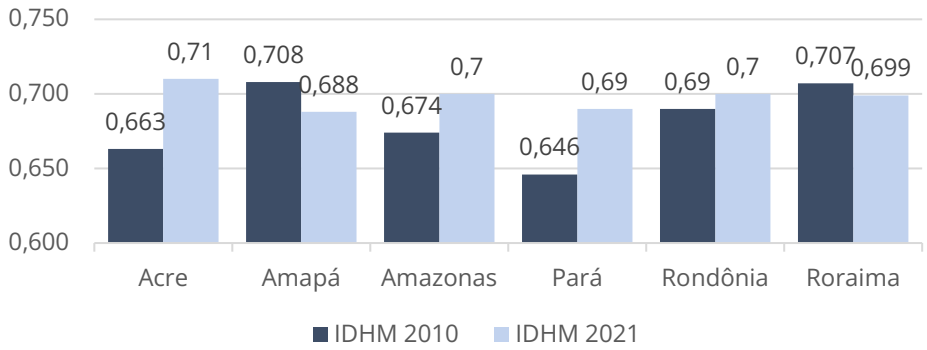
Indicadores Socioeconômicos

Os índices de desenvolvimento socioeconômico constituem instrumentos fundamentais para a compreensão das condições de vida da população e das desigualdades territoriais, permitindo analisar não apenas o nível de desenvolvimento alcançado, mas também a forma como renda, oportunidades e bem-estar estão distribuídos no território. Entre os principais indicadores utilizados destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini e o salário médio dos trabalhadores formais, que, de maneira complementar, oferecem uma leitura multidimensional da realidade socioeconômica.

Índice de Desenvolvimento Humano

Ao analisarmos o gráfico comparativo do IDH entre o Censo de 2010 e a PNAD 2021 dos estados que compõem a Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, observa-se que metade apresentou crescimento do índice no período. O Amapá possui o menor IDH entre os estados da Faixa de Fronteira.

Gráfico 2 - Evolução do IDH nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

No que se refere ao indicador de Renda, o Amapá apresenta o terceiro menor índice da região; em Educação, o menor índice dentre todos. Contudo, destaca-se no indicador de Longevidade, com índice de 0,778, valor considerado elevado.

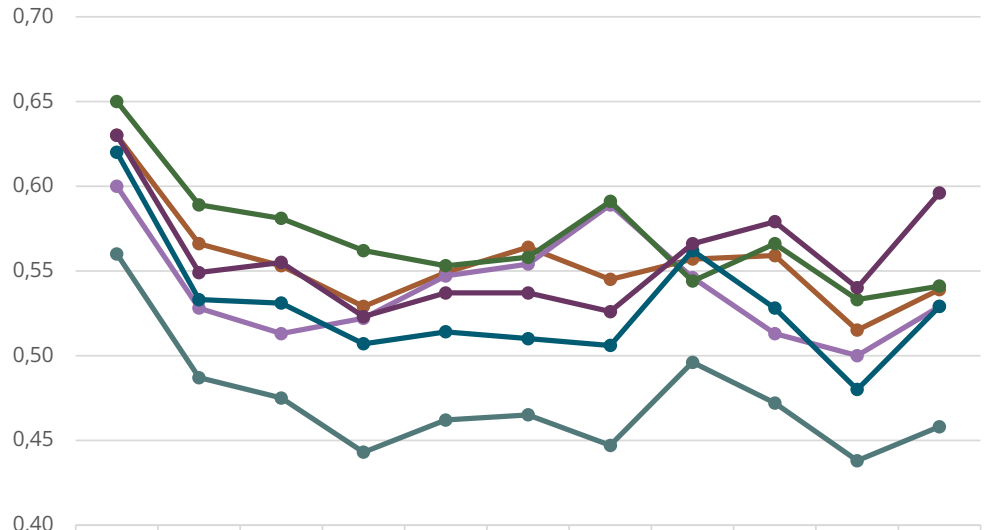
Índice de Gini

Com relação ao índice de Gini[14], houve redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia. Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais[15].

14. O índice de Gini é indicador que serve de medida para a desigualdade socioeconômica. Ele sintetiza a análise da distribuição de rendimento domiciliar per capita. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, e varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa.No Brasil, este índice pouco se alterou de 2010 a 2021, caindo um décimo de 0,60 para 0,59.

15. Na publicação Síntese de Indicadores Sociais no Brasil em 2023 (IBGE), a análise por grandes regiões indicou o impacto dos benefícios dos programas sociais nos índices, baseando-se na PNAD 2022.

Gráfico 3 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021



	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	0,63	0,566	0,553	0,529	0,549	0,564	0,545	0,557	0,559	0,515	0,539
Amapá	0,6	0,528	0,513	0,522	0,547	0,554	0,589	0,546	0,513	0,5	0,529
Amazonas	0,65	0,589	0,581	0,562	0,553	0,558	0,591	0,544	0,566	0,533	0,541
Pará	0,62	0,533	0,531	0,507	0,514	0,51	0,506	0,562	0,528	0,48	0,529
Rondônia	0,56	0,487	0,475	0,443	0,462	0,465	0,447	0,496	0,472	0,438	0,458
Roraima	0,63	0,549	0,555	0,523	0,537	0,537	0,526	0,566	0,579	0,54	0,596

Acre Amapá Amazonas Pará Rondônia Roraima

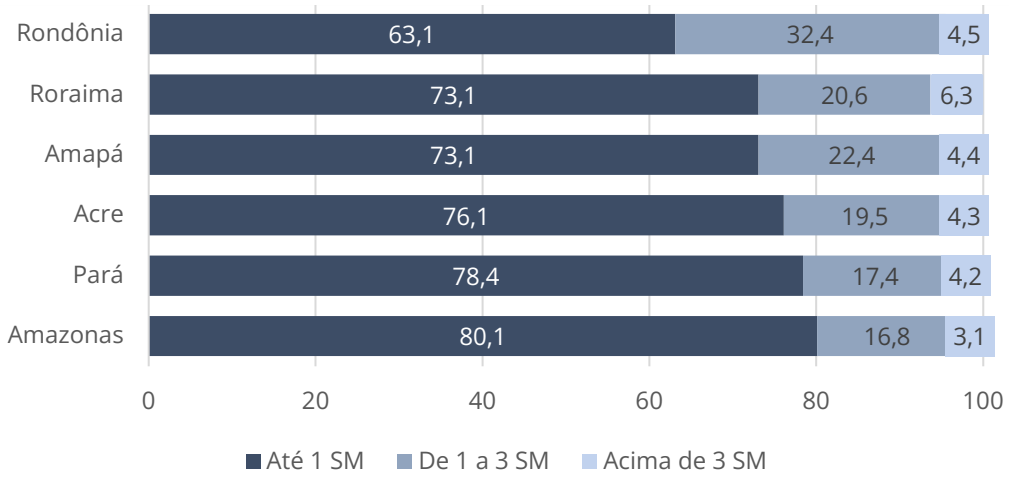
Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Rendimento Domiciliar

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD contínua, 2023/IBGE), o rendimento domiciliar[16] per capita médio no Brasi,l em 2022, foi de R$ 1.586,00 mensais. Na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar per capita médio do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do país. Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até 1 salário mínimo. O Estado do Amapá, aparece, junto com Roraima, com o segundo menor percentual populacional na faixa até 1 SM, com 73,1%. No entanto, a faixa de rendimento de mais de 3 S.M. é superior em Roraima.

16. A análise do rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para se averiguar os rendimentos das famílias nos municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, foram utilizados dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022/PNAD. Em que pesem as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios na região estudada.

Gráfico 4 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar *per capita* mensal, em salários mínimos - 2022



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO, 2023

Cadastro único

A análise do Cadastro Único[17] também é instrumento de análise de determinadas características do contexto de vulnerabilidade social. O Estado do Amapá apresenta uma parcela relevante de sua população inscrita no Cadastro Único, demonstrando a importância das políticas de proteção social em um território marcado por desafios logísticos, baixa densidade populacional e forte presença de comunidades tradicionais.

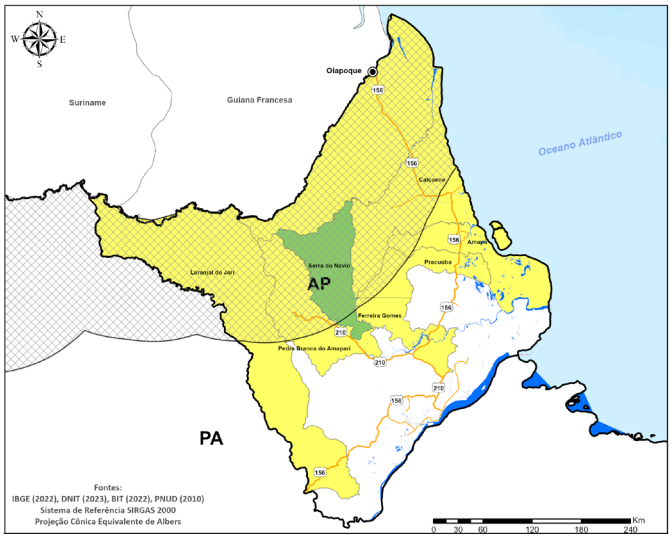
Tabela 3 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos Estados do Arco Norte e Rondônia[18]

Estados	População Censo IBGE (2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: Pobreza + Baixa renda (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo (dez/2025)
Acre	830.018	46.172	468.362	95.300
Amapá	733.759	333.913	430.704	85.566
Amazonas	3.941.613	1.753.040	2.261.311	420.487
Pará	8.120.131	3.399.762	4.499.130	1.003.496
Rondônia	1.581.196	310.331	559.813	295.148
Roraima	636.707	216.256	327.978	74.564

Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.

17. A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando três grandes categorias, por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família; Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda *per capita* mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R$ 0 a R$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R$ 218,01 a 1/2 salário mínimo); e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda *per capita* mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda *per capita* superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo.

18. Devido à sua constante atualização (as famílias e indivíduos devem atualizar seus cadastros a cada dois anos), o Programa possui uma periodicidade cíclica e seus dados são coletados e disponibilizados com uma frequência mensal, sendo uma ferramenta importante para a análise de determinadas características do contexto de vulnerabilidade social.

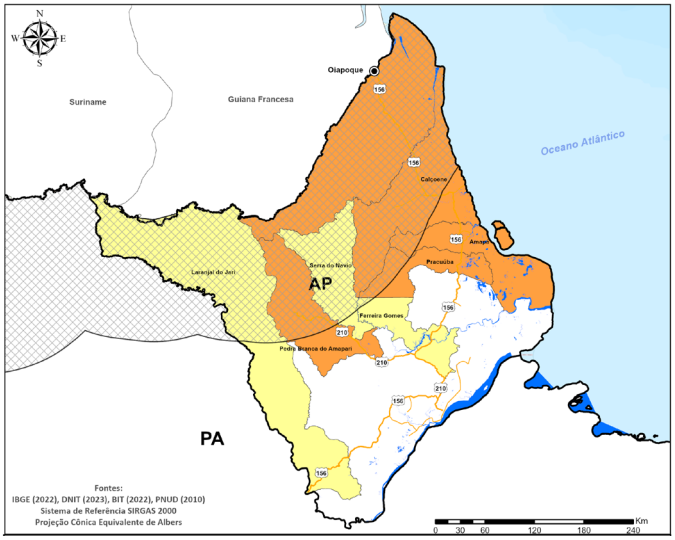


Legenda:

- 0 a 0,499 (Muito Baixo)
- 0,500 - 0,599 (Baixo)
- 0,600 - 0,699 (Médio)
- 0,700 - 0,799 (Alto)
- 0,800 - 1,00 (Muito Alto)

IDHM Municípios

Os indicadores de IDHM dos municípios do Amapá são semelhantes ao indicador estadual, na faixa média, destacando-se Serra do Navio que possui IDHM alto, de 0,709. Vale destacar que, para os municípios, a informação de IDHM mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE divulgado.

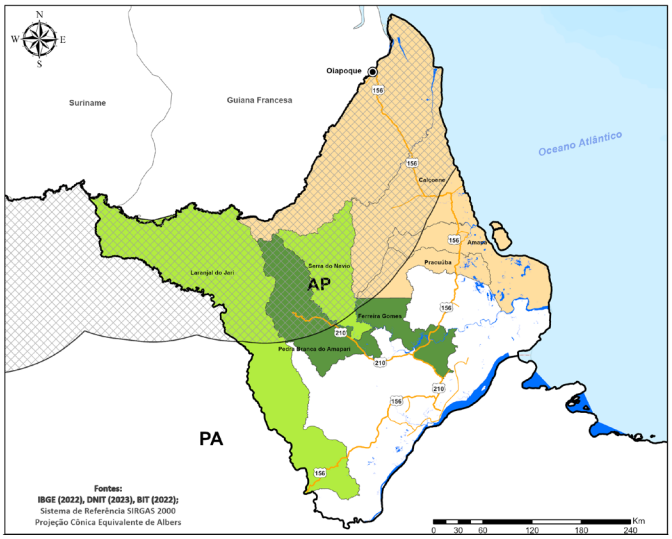


Legenda:

- até 0,48
- 0,49 a 0,53
- 0,54 a 0,60
- 0,61 a 0,70
- 0,71 a 0,80

Índice de Gini

No Amapá, os oito municípios fronteiriços distribuíram-se basicamente em duas faixas de resultados, de 0,54 a 0,60, em Laranjal do Jari, Ferreira Gomes e Serra do Navio e, de 0,61 a 0,71 em Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque.

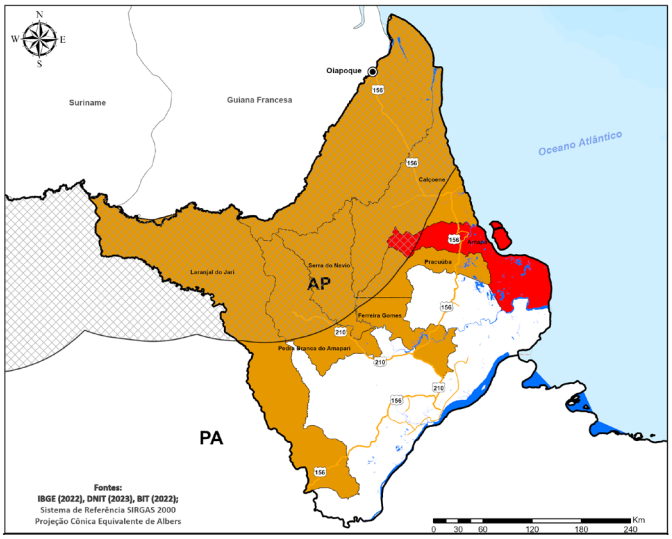


Legenda:

- até 1,7
- 1,8 - 2,00
- 2,01 - 2,50
- 2,51 - 3,30

Rendimento Domiciliar

No Estado do Amapá, observa-se que a maioria dos municípios da Faixa de Fronteira não ultrapassam 2,0 SM. A maior parte deles tem variação até 1,7 SM. Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes são os únicos que possuem média salarial acima de 2,5 SM.



Legenda:

- até 30,00
- 30,01 - 50,00
- 50,01 - 80,00
- 80,01 - 90,41

Cadastro Único

Na análise por município, observa-se que o município do Amapá tem mais de 80,01% da população cadastrada no sistema, enquanto os demais municípios estão na faixa de 50,01 a 80,0% de pessoas inscritas no Cadastro Único.

Foto: Fecomércio/AP

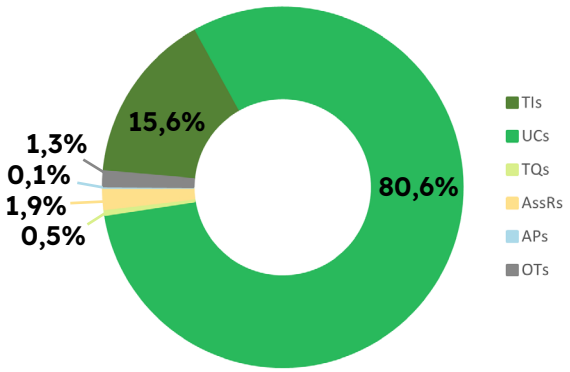
Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Configuração Fundiária

O Amapá se destaca pela predominância de Unidades de Conservação que ocupam 80,6% da Faixa de Fronteira, e de Terras Indígenas que abrangem 15,6% desse território. Essa configuração reflete um modelo de governança voltado para assegurar serviços ecossistêmicos essenciais, como a proteção da biodiversidade e o equilíbrio climático, enquanto promove o uso sustentável do território. Além disso, as UCs correspondem a grandes percentuais dos municípios de Oiapoque, Laranjal do Jari e Calçoene. Essa distribuição evidencia a sua importância para o ordenamento fundiário e para a promoção de uma gestão integrada e sustentável do território.

As Terras Indígenas, que ocupam 10.981,871 km², desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos territoriais, culturais e sociais das populações indígenas, além de promoverem práticas sustentáveis de manejo e conservação do território. Essas áreas fortalecem a presença dos povos originários nas decisões relacionadas ao uso da terra e à gestão territorial.

Gráfico 5 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Incra, Funai, MMA (2025).

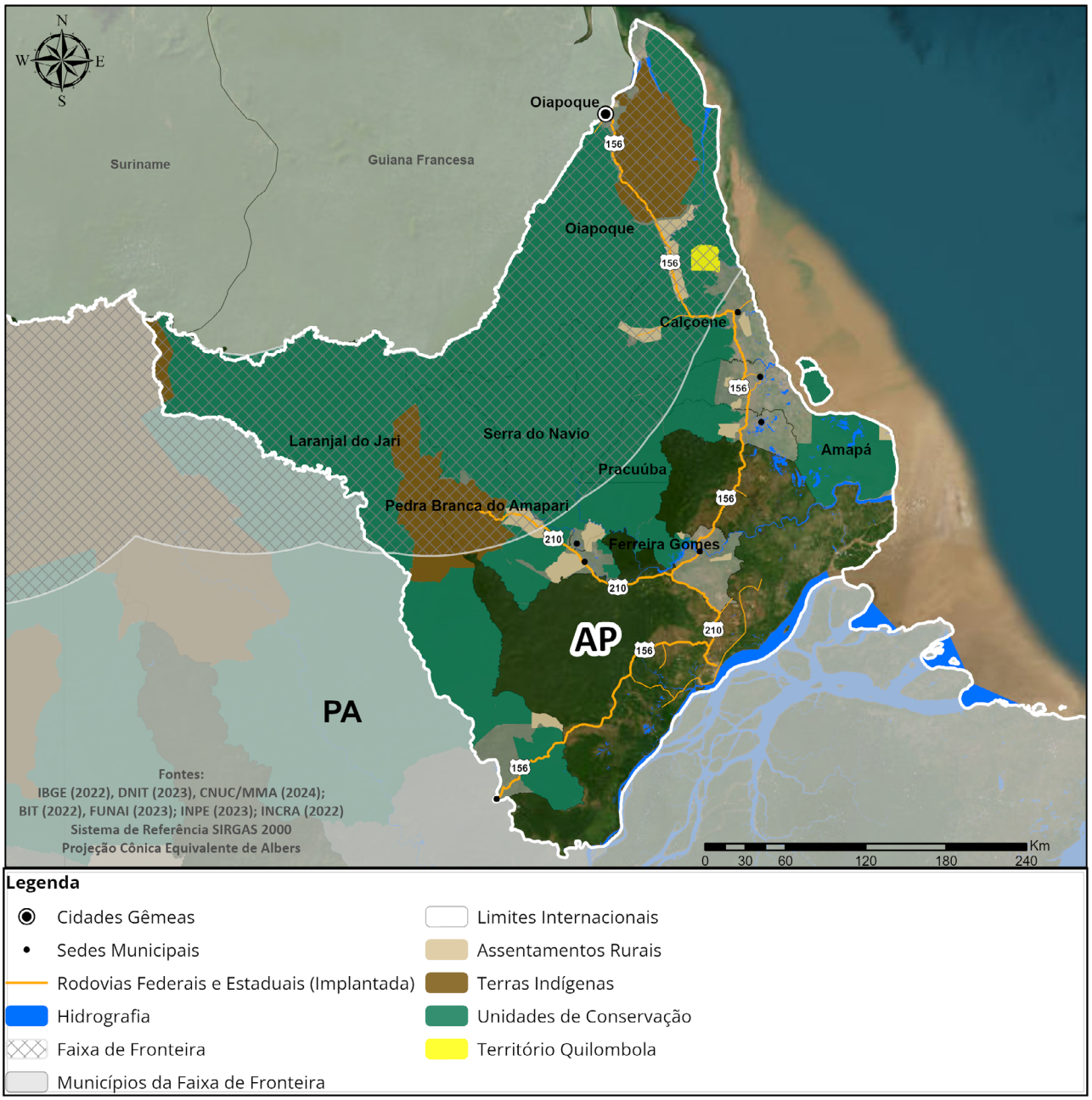
As Terras Quilombolas e os Assentamentos Rurais no Amapá possuem baixa representatividade na Faixa de Fronteira amapaense. As primeiras abrangem apenas 363,711 km² (0,5%), enquanto os assentamentos rurais ocupam 1.331,979 km² (1,9%). Esse cenário reflete o histórico de centralização do controle fundiário pela União durante o período em que o Amapá era território federal, bem como os desafios para incluir comunidades tradicionais no planejamento territorial. Apesar disso, essas categorias desempenham um papel importante na inclusão socioeconômica e no reconhecimento de direitos territoriais.

A categoria Outras Terras, que representa 1,3% do território (893,822 km²), revela que o Amapá possui a menor proporção de terras a destinar na Faixa de Fronteira entre os estados amazônicos. Embora esse dado sugira um cenário relativamente consolidado de ordenamento territorial, ele também ressalta a necessidade de políticas públicas para regularizar e integrar essas terras ao planejamento regional, promovendo segurança jurídica e eficiência na gestão fundiária.

Com base nos dados apresentados, a baixa presença de Terras Privadas no Amapá, representando apenas 93,563 km² ou 0,001% do território da Faixa de Fronteira, reflete uma característica singular do modelo de ocupação fundiária no Estado: essa configuração tem implicações diretas no modelo de governança territorial, especialmente quando comparada aos estados vizinhos, onde a proporção de terras privadas pode ser significativamente maior.

A predominância de terras públicas ou protegidas no Amapá sugere uma gestão fundiária orientada para a conservação ambiental e a proteção de populações tradicionais, reforçando o papel estratégico do Estado na preservação de recursos naturais. Todavia, a baixa representatividade de terras privadas também pode limitar o desenvolvimento de iniciativas econômicas locais que dependam de disponibilidade de terras para a sua implementação. Esse cenário demanda políticas públicas robustas para garantir o uso sustentável e a fiscalização eficiente dessas áreas. Além disso, a predominância de áreas protegidas exige um modelo de governança que equilibre a conservação ambiental com a inclusão socioeconômica, respeitando as especificidades históricas, culturais e geográficas do Estado e seu povo.

Mapa 2 - Áreas legalmente atribuídas do Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Gestão Ambiental

A análise dos registros do **Cadastro Ambiental Rural (CAR)** na Faixa de Fronteira do Amapá revela uma distribuição desigual entre os municípios. Com uma área total de 103.647,233 km², cerca de 70.286,661 km² encontram-se dentro da faixa, sendo que, aproximadamente 7.862,631 km² estão registrados no CAR, o que corresponde a 11,2% da área total.

O **CAR** é um instrumento de monitoramento e controle ambiental aplicado a todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, em território nacional. Seu propósito é servir como base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento (art. 29). No entanto, a forma como esse cadastramento ocorre pode evidenciar desafios na organização fundiária e na governança territorial.

O Município de Pracuúba se destaca com 122% de área cadastrada, totalizando 1.672,614 km², um valor que excede sua extensão territorial e indica possíveis sobreposições ou inconsistências nos registros. Calçoene, com 27% de área cadastrada e Pedra Branca do Amapari (21,9%), também apresentam participação significativa no CAR. Serra do Navio, por sua vez, registra 13,1% de sua área no sistema, enquanto municípios como Ferreira Gomes não possuem qualquer área registrada na Faixa de Fronteira.

Essa distribuição desigual reflete variações na adesão ao CAR e na implementação de registros entre os municípios, influenciadas por fatores como a presença de TIs, UCs e áreas de posse coletiva, posto que, esses territórios possuem regimes específicos de uso e ocupação da terra, que complexificam a inclusão de determinadas áreas no CAR, seja por restrições normativas ou desafios administrativos. A ausência ou baixa representatividade de registros em municípios como Ferreira Gomes e Laranjal do Jari pode estar associada a dificuldades logísticas, entraves fundiários e à falta de acesso das comunidades a informações sobre o processo de registro. Muitas áreas carecem de suporte técnico adequado, o que dificulta a efetivação do CAR e a regularização fundiária nesses territórios. Por outro lado, a elevada proporção de registros, como em Pracuúba, reforça a necessidade de revisão e consolidação dos dados cadastrais, a fim de identificar possíveis inconsistências ou sobreposições que comprometam a confiabilidade do sistema.

Além disso, a baixa taxa de análise dos cadastros no Estado agrava esse cenário. Com apenas 1,8% dos registros efetivamente verificados (Lopes et al., 2024[19]), esse percentual revela que a maior parte das áreas cadastradas ainda não passou por validação detalhada, comprometendo a eficácia do CAR como instrumento de gestão ambiental na fronteira amapaense.

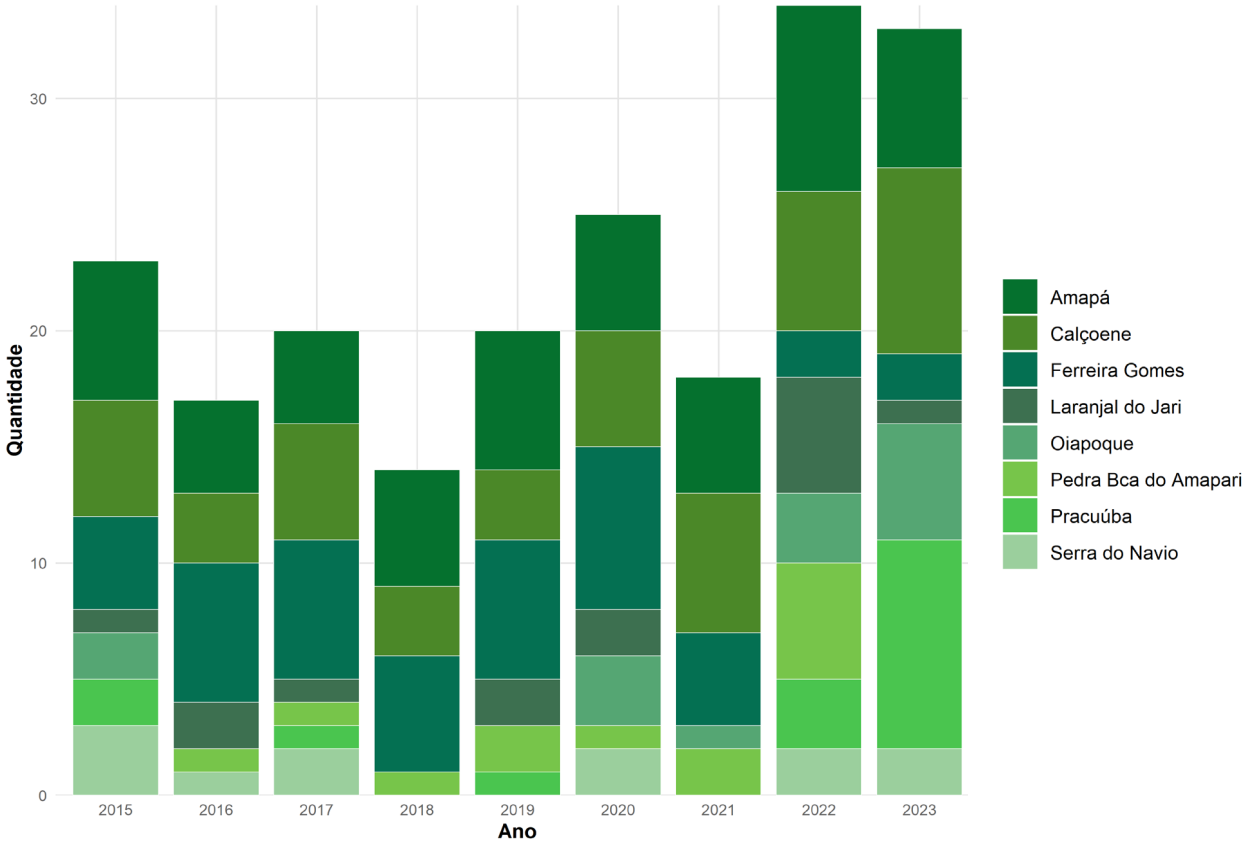
19. Lopes, C.L et al. Onde Estamos na Implementação do Código Florestal? Radiografia do CAR e do PRA nos Estados Brasileiros — Edição 2024. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2024. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2024/12/REL-Onde-Estamos-na-Implementacao-do-Codigo-Florestal-Radiografia-do-CAR-e-do-PRA-nos-Estados-Brasileiros-Edicao-2024.pdf

Conflitos Fundiários e Desmatamento na Faixa de Fronteira

Os municípios de Amapá, Calçoene e Ferreira Gomes destacam-se como os principais polos de disputa, concentrando a maior parte dos registros. Essa recorrência sugere a persistência de dinâmicas estruturais relacionadas à pressão fundiária, exploração de recursos naturais e conflitos territoriais, especialmente em áreas com maior acessibilidade e ocorrência de recursos estratégicos.

O gráfico a seguir evidencia um padrão de concentração de conflitos nos municípios do Estado do Amapá ao longo do período analisado, entre 2015 e 2023.

Gráfico 6 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá (2015-2023)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

O ano de 2022 se destaca como o pico no número de conflitos em todo o Estado, indicando uma intensificação das disputas fundiárias e ambientais. Praticamente todos os municípios registraram aumento de casos, com destaque para Pracuúba, que teve um crescimento expressivo no número de registros. Esse salto pode estar relacionado a um contexto político mais permissivo quanto à ocupação de áreas protegidas e à exploração de recursos naturais. Além disso, a dispersão dos conflitos para municípios como Oiapoque e Pedra Branca do Amapari sugere uma ampliação geográfica das disputas, que passam a incluir áreas antes menos afetadas.

CONSIDERE

A efetividade dos espaços territoriais especialmente protegidos depende não apenas de sua criação, mas também da implementação de planos de manejo e planos de gestão territorial e ambiental, do fortalecimento da fiscalização, do reforço institucional dos órgãos ambientais e da integração de políticas que enfrentem o avanço ilegal sobre áreas protegidas, garantindo a conciliação entre conservação, uso sustentável e proteção dos modos de vida das populações indígenas e locais.

Embora 2023 apresente uma leve redução no número total de conflitos, os dados revelam a persistência das disputas nos municípios mais impactados, como Amapá e Calçoene, e o aumento contínuo em outros, como Pracuúba. Essa dinâmica aponta para uma possível redistribuição das pressões fundiárias, com maior incidência em áreas remotas e menos monitoradas.

Quanto aos índices de desmatamento na Faixa de Fronteira do Estado do Amapá no período acumulado de 2015 a 2023, estes foram classificados como baixos, variando entre 0,01 e 2,5 km^2. Esse dado sugere que a gestão fundiária estadual, orientada para a conservação ambiental e a proteção de populações tradicionais, pode estar contribuindo para a proteção da cobertura florestal na região.

No entanto, alertas de desmatamento na Floresta Estadual (Floe) do Amapá, com 31 registros em 2022 e um aumento significativo para 87 em 2023 (MAPBIOMAS, 2023; 2024), evidenciam uma progressão preocupante. Esses números indicam que, embora os índices gerais de desmatamento sejam baixos, áreas protegidas estão sendo alvo de assédio predatório econômico e ambiental.

Esses padrões reforçam a urgência de estratégias integradas de fiscalização e fortalecimento das instituições de governança, buscando enfrentar não apenas os conflitos existentes, mas também antecipar as condições estruturais que os promovem, especialmente em territórios mais vulneráveis às dinâmicas de exploração predatória.

Gestão Climática

As mudanças do clima têm provocado transformações nos ciclos naturais da Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante dos rios. Em consequência das alterações no volume de chuvas e da elevação das temperaturas, tornam-se mais frequentes os eventos extremos, como secas severas e inundações intensas. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña[20] contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño, as secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais, na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivados de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas.

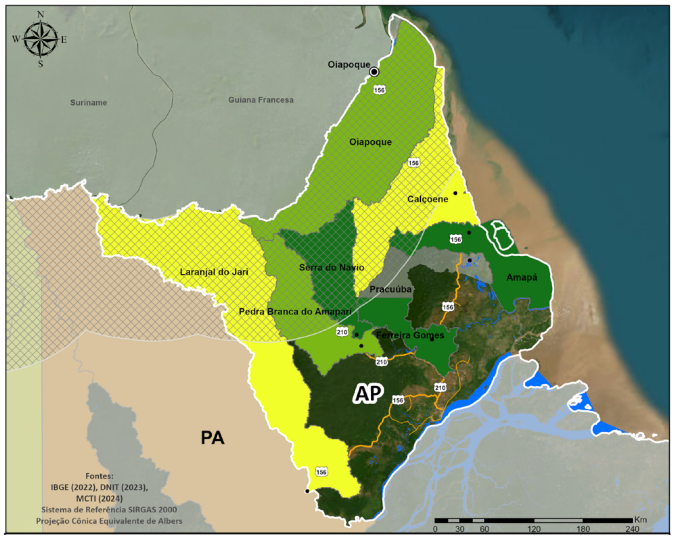
Esses efeitos atingem com especial intensidade os povos e comunidades tradicionais — indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares —, devido à forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como à precariedade de acesso a políticas públicas e infraestrutura adequada.

CONSIDERE

Os impactos das mudanças climáticas observados sobre o território reforçam a urgência de repensar os modelos de ocupação e uso da terra — tanto urbana, quanto rural —, além de aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas locais como clima, padrão de chuvas, relevo e tipos de solo.

A capacidade político-institucional dos municípios pertencentes à Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia para a gestão, a promoção de medidas de mitigação e adaptação, prevenção e monitoramento de riscos ou existência de aparato legal específico é, em geral, ainda baixa ou muito baixa na Amazônia. Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2022 apontam que os alagamentos, as inundações e enxurradas, o incêndio florestal, a estiagem e a seca são desastres naturais comuns a todos os Estados dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira.

20. O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: http://enos.cptec.inpe.br/



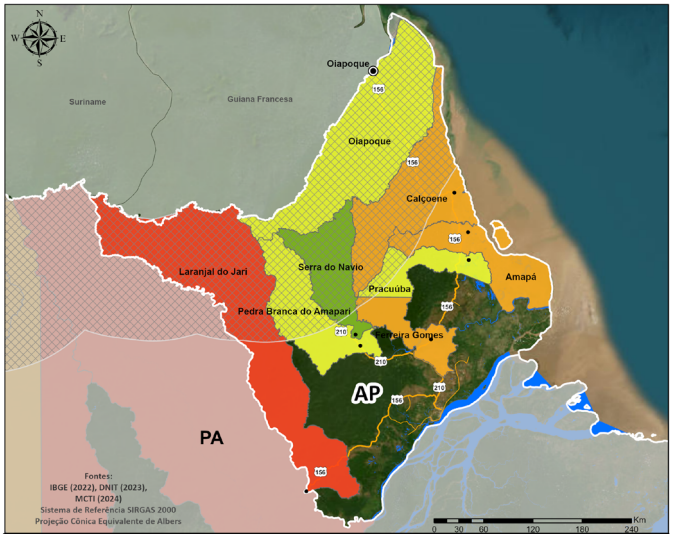
Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca (*)

Em sua maioria os Municípios do Estado do Amapá apresentam a categoria baixa ou muito baixa, com exceção de Calçoene e Laranjal do Jari que apresentam risco médio para ameaça climática da seca.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79



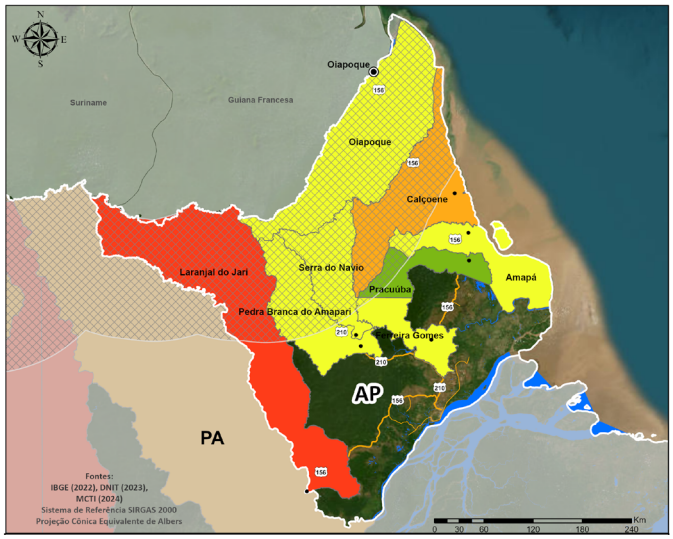
Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos (*)

No Amapá, o Município de Laranjal do Jari apresenta o índice muito alto enquanto Ferreira Gomes, Calçoene e Amapá apresentam risco alto. Oiapoque tem índice médio para esse tipo de evento.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00



Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00

Índice de risco de impacto para deslizamento (*)

Municípios de Laranjal do Jari e Calçoene apresentam índice muito alto e alto. Os demais (62,5%) apresentam o índice médio.

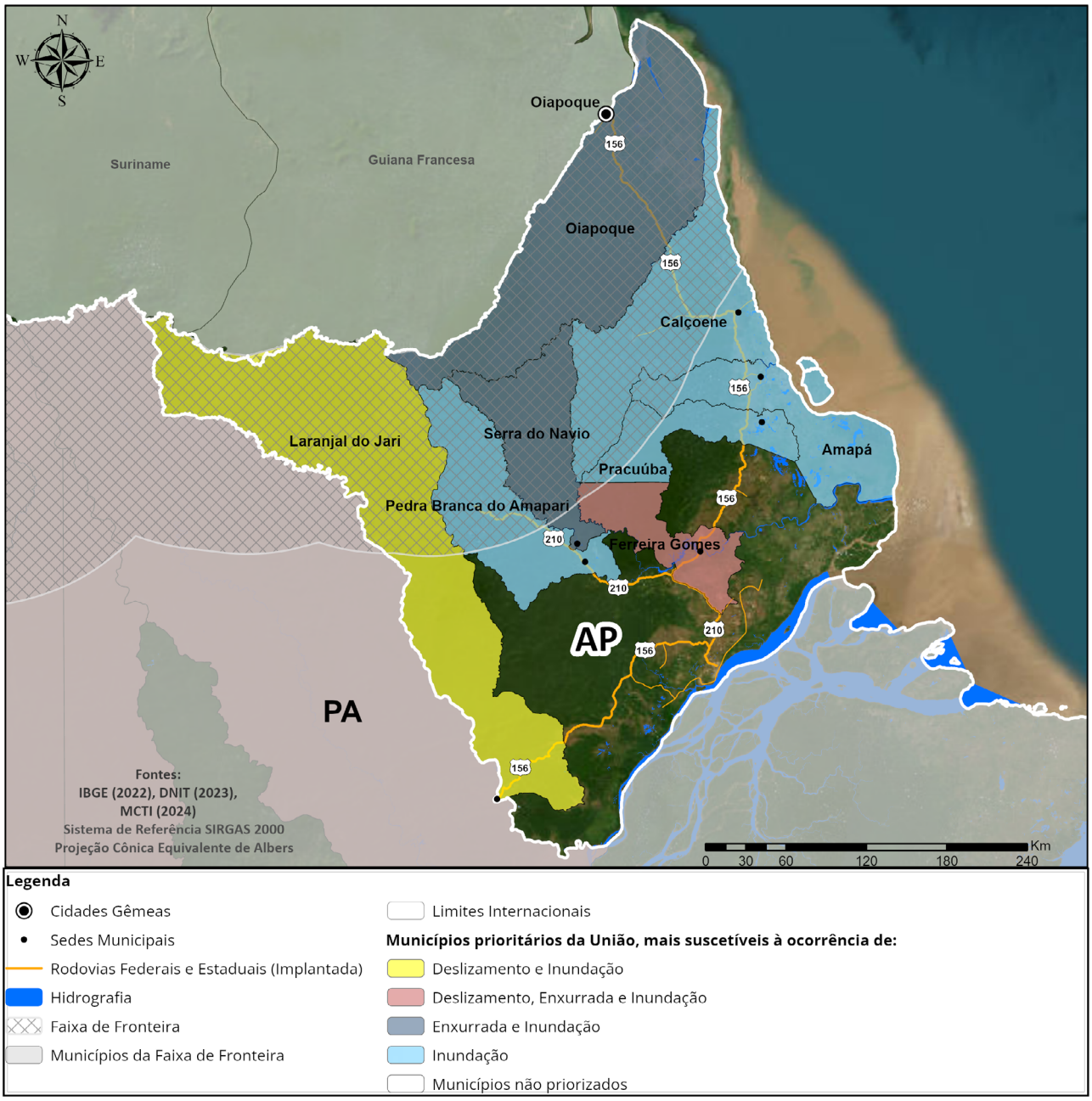
(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações[21]. Todos os municípios da Faixa de Fronteira do Amapá são considerados Municípios com perfil de risco prioritário.

Com base na iniciativa, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) do MIDR desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)[22], com o objetivo de retratar a capacidade do municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. No Amapá, apenas a Capital Macapá, que não se encontra na Faixa de Fronteira, é considerada com perfil de risco prioritário.

21. Em 2023, foram selecionados 1.942 municípios mais suscetíveis a desastres climáticos em todo o país, a partir da análise de dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico. Em 2025, uma nova revisão foi feita, totalizando 2.086 municípios suscetíveis à ocorrência de enxurradas e inundações (base de dados até 2024).
22. O ICM é o principal indicador para o monitoramento do Programa 2318 — Gestão de Riscos e Desastres no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que será considerado ao longo dos próximos quatro anos para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil. O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuídas em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersetorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GRD) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial). Ver mais em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm

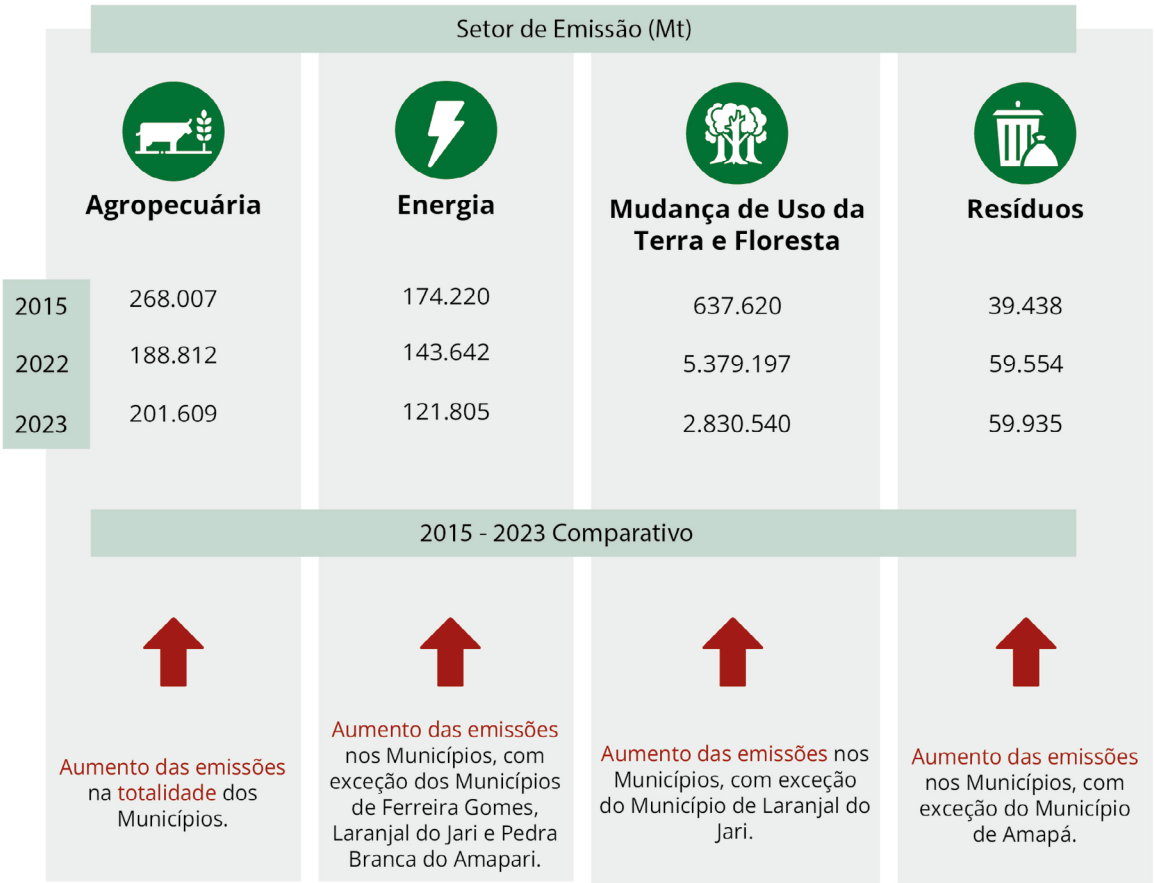
Mapa 3 - Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos municípios de fronteira amazônica, disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)[23], desenvolvido pelo Observatório do Clima[24], utilizou os dados coletados em 2015, 2022 e 2023[25]. Com base nessas informações, o setor mudança de uso da terra e floresta registrou a maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa, seguido dos setores de agropecuária, energia e resíduos.



23. O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), — agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industrias e resíduos — para as 27 Unidades da Federação e os 5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.
24. O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEMA (energia e processos industriais, e ICLEI — Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos).
25. Os anos selecionados para a análise representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período -2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o Desenvolvimento

Infraestruturas de Transportes e Logística

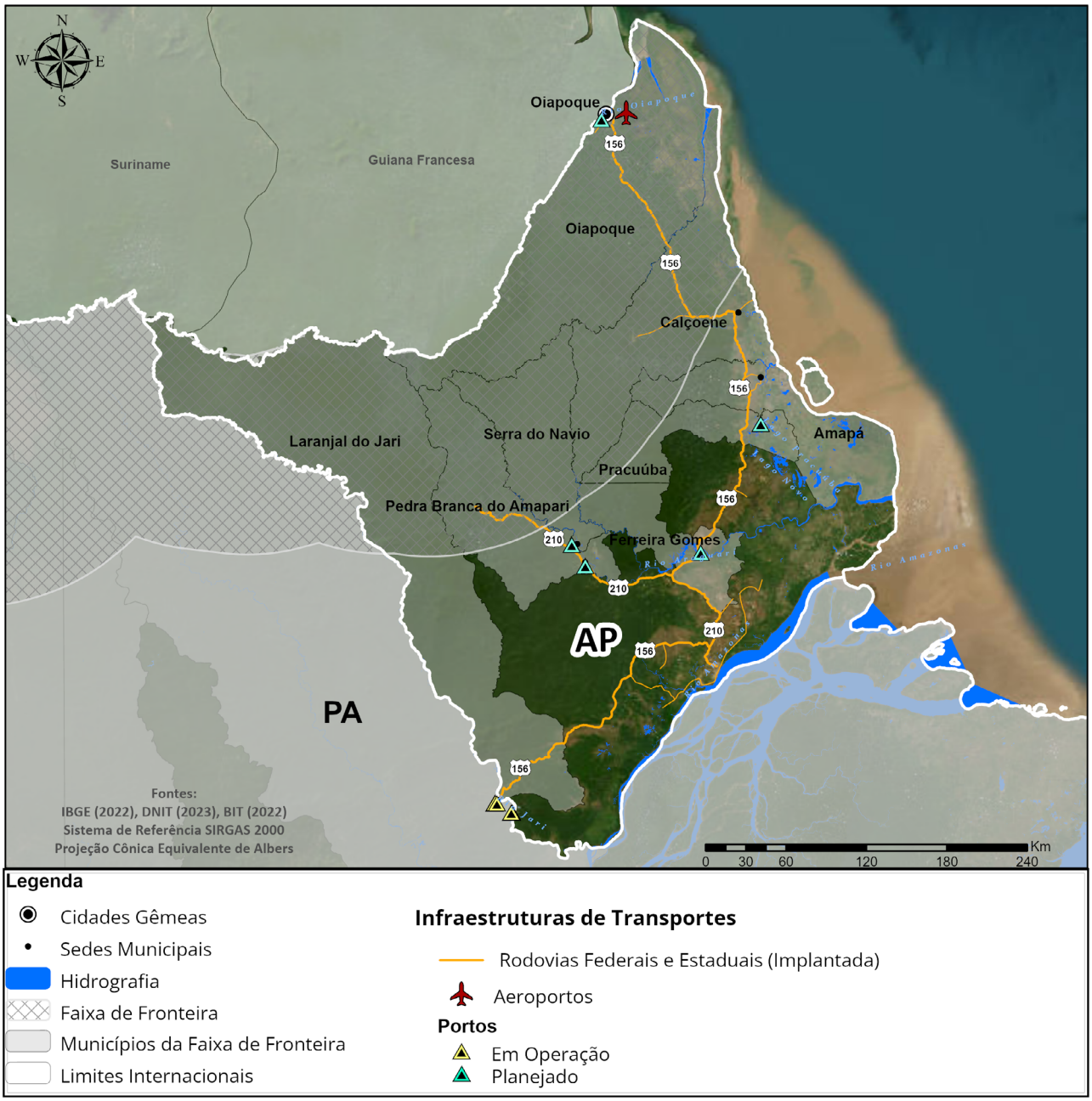
O acesso à Faixa de Fronteira da Amazônia é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá/Porto Velho), a BR-319 (Manaus/Porto Velho), a BR-174 (Manaus/Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto do *Programa de Integração Nacional (PIN)*, durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região.

A Rodovia BR-156 que liga o Município de Laranjal do Jari ao Oiapoque é estratégica para o Amapá, pois além de interligar os seus municípios é importante para o escoamento da produção e o abastecimento de mercadorias no Estado. Ela também conecta o Amapá à Guiana Francesa, através da Ponte Binacional Brasil - Guyane Française. Já a Rodovia Federal BR-210, conhecida como Perimetral Norte, é uma transversal projetada no período militar que previa a ligação dos Estados de Roraima e Amapá, passando pelo Pará e o Amazonas. Somente alguns trechos foram implantados no Amapá e em Roraima.

Por fim, cabe mencionar que o Amapá enfrenta desafios logísticos e de integração territorial. Suas principais conexões com o restante do Brasil dependem de rotas fluviais e aéreas via Belém, limitando o alcance de políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento econômico.

O transporte fluvial tem papel fundamental na logística regional para o escoamento e abastecimento de bens e serviços, além da mobilidade das comunidades amazônicas e das cidades ribeirinhas. Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional também possui importância essencial na conectividade entre cidades e localidades remotas. Em função do modelo de ocupação, os primeiros aeroportos construídos foram destinados a atender às demandas militares e governamentais. O Amapá possui apenas um aeroporto público regional na região da fronteia, o Aeroporto de Oiapoque, além daquele que está localizado na Capital.

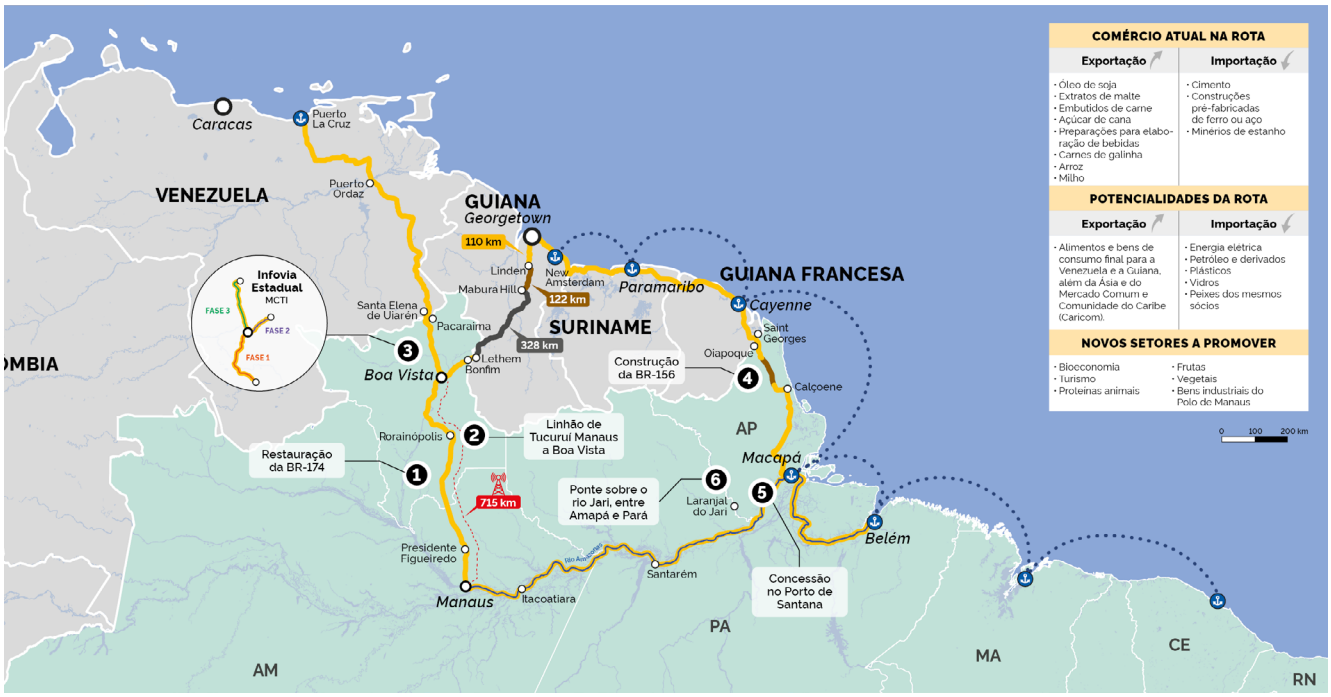
Mapa 4 - Infraestruturas de Transportes que interligam o Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

No âmbito das infraestruturas de transporte e logística, vale destacar o *Programa Rotas de Integração Sul-Americana*. Criado, em 2022, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o Programa tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia. Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, uma atravessa o Estado do Amapá: a Rota da Ilha das Guianas.

Figura 2 - Programa Rotas de Integração Sul-Americana – Rota Ilha das Guianas



Fonte: MPO, 2025.

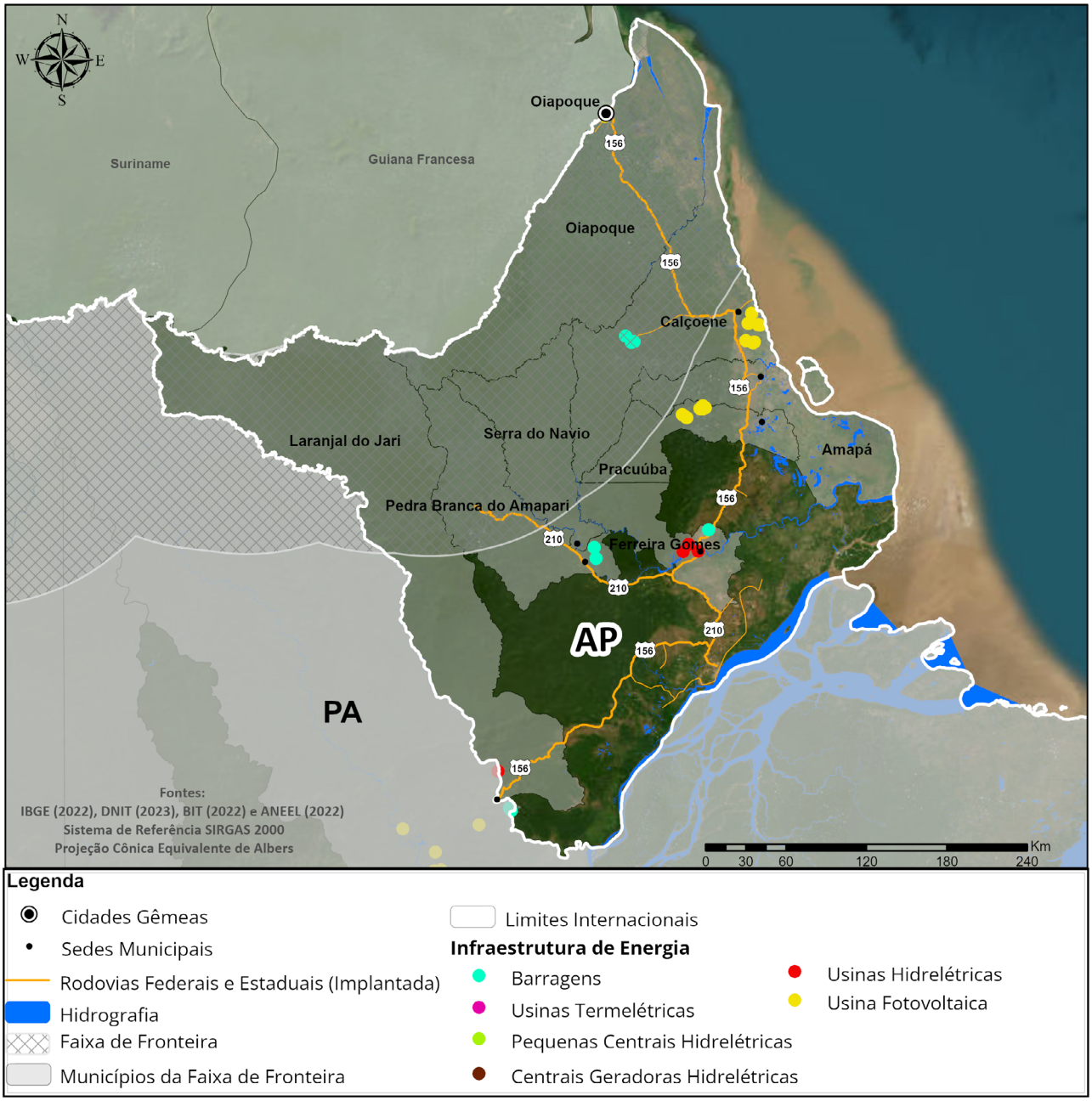
Infraestrutura Energética e de Comunicações

As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Amazônia são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada[26] de geração de energia de 35.638 MW , o que representa 17,9% do total disponível no Brasil. Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados da Região Norte indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e solar (0,4%).

26. Capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.

No Estado do Amapá predomina a produção hidroelétrica, sendo a termoelétrica, a segunda fonte de energia, seguida da solar.

Mapa 5 - Geração de energia elétrica, em operação no Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

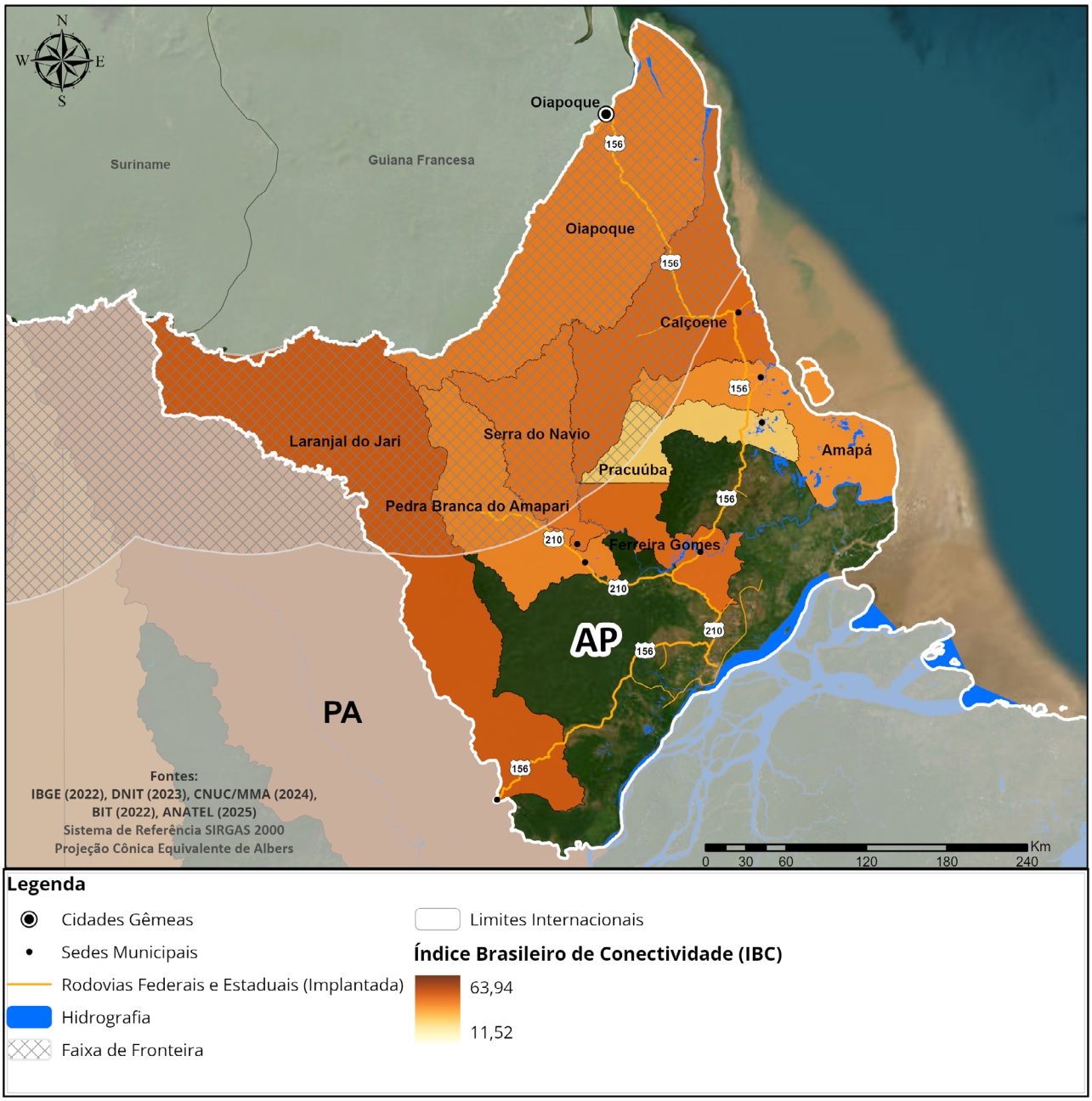
A cobertura de telefonia móvel e internet de alta qualidade são limitadas, especialmente em áreas rurais e remotas da Faixa de Fronteira, onde muitas localidades lidam com dificuldades de acesso às redes de comunicação, o que prejudica a inclusão digital, a comunicação e o desenvolvimento econômico.

Embora a infraestrutura de comunicações nos Municípios da Faixa de Fronteira tenha apresentado avanços, especialmente com a implementação de programas como o Norte Conectado[27], ainda persistem desafios logísticos e técnicos que precisam ser superados para assegurar a conectividade da região. Nesse contexto, ganham relevância soluções complementares baseadas em conectividade via satélite de baixa órbita, que oferecem maior cobertura geográfica, menor latência em comparação aos satélites tradicionais e maior rapidez de implantação. Essas alternativas têm sido particularmente importantes para atender escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas e localidades ribeirinhas, onde a chegada da fibra pode ser lenta ou inviável no curto prazo. De todo modo, a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes são fundamentais para a inclusão digital nos municípios da Faixa de Fronteira.

O Índice Brasileiro de Conectividade Digital (IBC) é uma ferramenta desenvolvida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para classificar estados e municípios brasileiros de acordo com seus estágios de conectividade. Ao analisar os valores de IBC obtidos pelo Amapá no intervalo de 2021 a 2025, é possível perceber uma melhora na conectividade do estado, que passou de 39,14 em 2021 para 54,89 em 2025. Entre os estados pertencentes à Faixa de Fronteira do Arco Norte, o Amazonas ocupa a 2ª posição no comparativo de índices de conectividade em 2025, apenas atrás de Rondônia. Dos municípios localizados na faixa de fronteira do Amapá, Laranjal do Jari possui o maior valor de IBC (49,08 em 2025), enquanto Pracuúba registra o menor (29,24 em 2025), uma diferença de aproximadamente 19 pontos. A cidade-gêmea Oiapoque possui índice de 42,7 em 2025.

27. A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente na Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas, como o Programa Norte Conectado, que desde 2020, conecta municípios do conjunto de Estados que a integram por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial.

Mapa 6 - Índice Brasileiro de Conectividade - Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Saneamento Básico

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais, impactarem a saúde pública e gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de abastecimento de água para muitas comunidades.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), apresentados adiante, observa-se que os índices dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos.

Com relação ao abastecimento de água potável, municípios lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia enfrentam um déficit significativo nesse serviço, com localidades como Oiapoque apresentando cobertura extremamente baixa (8,9%). Sobre os serviços de esgotamento sanitário, não há informações disponíveis no SINISA sobre alguns dos municípios fronteiriços. Chama atenção o dado de Oiapoque que mostra que 98,97% dos habitantes não têm atendimento de rede de esgoto.

No que se refere à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dos municípios fronteiriços, Amapá e Laranjal do Jari são os únicos onde mais de 90% da população é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares. Com relação à drenagem urbana, considerando a diversidade de indicadores, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação. Nos municípios da Faixa de Fronteira do Amapá, Laranjal do Jari apresenta 85,6% dos domicílios sujeitos a inundações.

Tabela 4 - Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)

Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Oiapoque	8,9	1,03	65,5	NI
Laranjal do Jari	43,16	NI	99,78	14,4
Serra do Navio	75,63	29,62	53,5	100
Amapá	26,87	5,55	90,65	89,5
Pedra Branca do Amapari	55,17	NI	77,84	97,7
Calçoene	22,29	NI	59,16	99,1
Ferreira Gomes	32,01	NI	72,2	100
Pracuúba	24,59	NI	65,74	100
Estado	**46,93**	**5,4**	**71,56**	**95,3**
Brasil	**84,9**	**56**	**90,4**	**95,7**

NI = Não Informado.

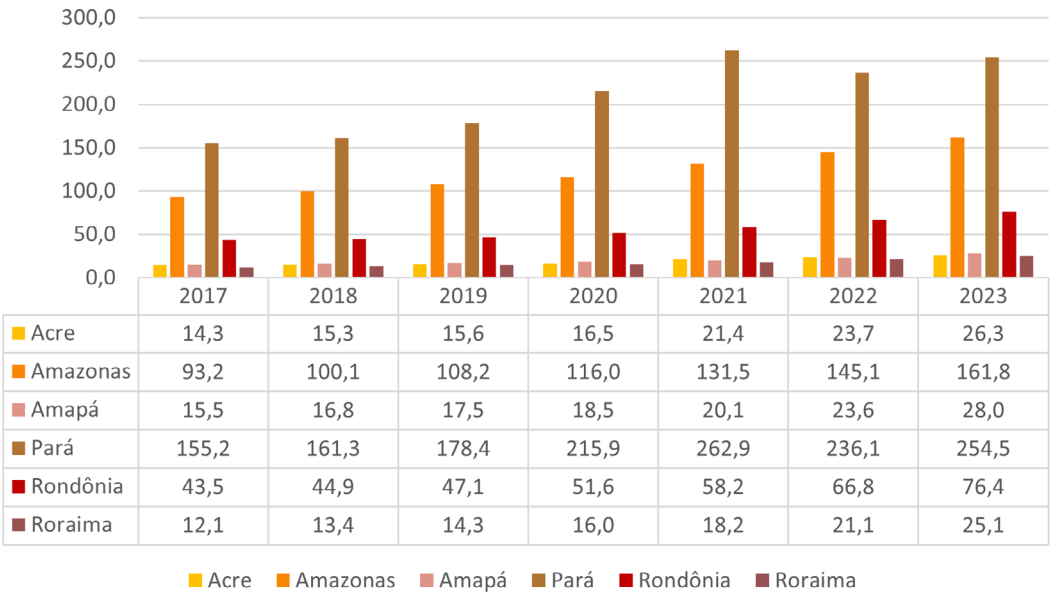
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Estrutura econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador do nível de atividade econômica de um território. Apesar de não revelar fatores como distribuição de renda, qualidade de vida e desigualdades, permite uma análise da dimensão econômica capaz de fornecer subsídios para um diagnóstico de vocações e potencialidades. O Estado do Amapá é um dos estados com menor economia da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, com Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 20,1bilhões, acima apenas de Roraima. No gráfico a seguir, é possível observar o valor do PIB para a última série de cinco anos divulgada, nos seis estados.

Gráfico 9 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4	23,7	26,3
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5	145,1	161,8
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1	23,6	28,0
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9	236,1	254,5
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2	66,8	76,4
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2	21,1	25,1

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IPEADATA.

Para conhecer melhor o perfil da economia, analisou-se a participação do valor adicionado dos Setores de Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública[28] no valor adicionado bruto total[29]. O Setor de Serviços tem a contribuição mais relevante no Amapá (88,3%), em especial a administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Tabela 8 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %)

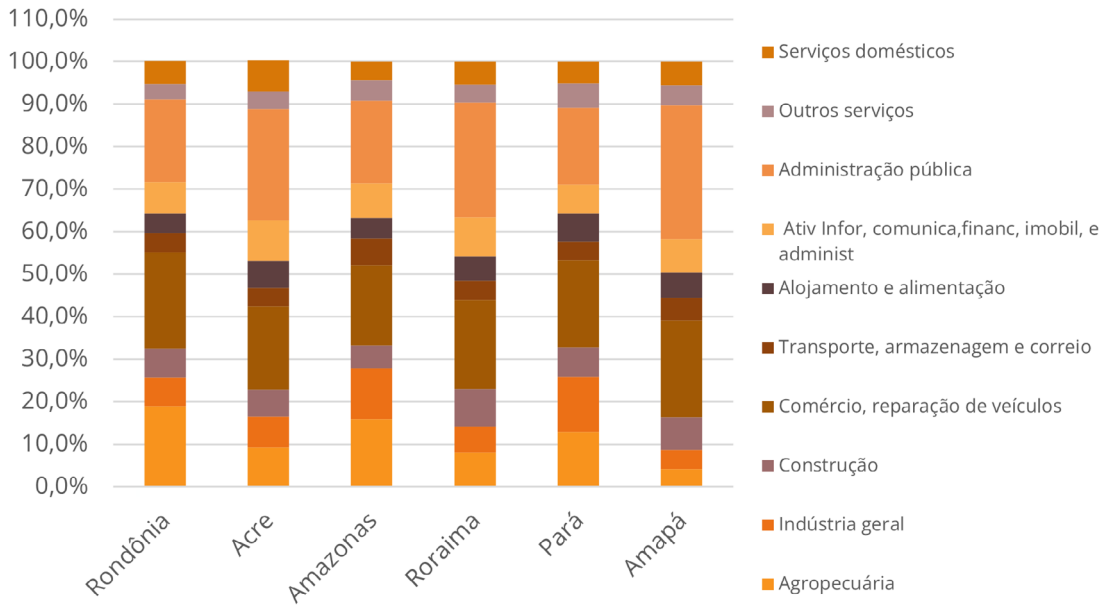
Setores	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	**17,1%**	**18,9%**	**5,4%**	**8,9%**	**12,9%**	**1,2%**
Indústria	**8,0%**	**19,0%**	**40,1%**	**11,7%**	**28,5%**	**10,4%**
Indústria extrativa	0,0%	0,2%	2,1%	0,1%	13,5%	0,1%
Indústria de transformação	3,3%	7,7%	32,6%	1,3%	5,6%	1,6%
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,2%	8,2%	2,1%	5,4%	4,8%	5,2%
Construção	3,5%	2,9%	3,2%	4,9%	4,7%	3,6%
Serviços	**74,9%**	**62,1%**	**54,5%**	**79,5%**	**58,6%**	**88,3%**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	11,5%	10,8%	10,2%	12,2%	10,8%	12,1%
Transporte, armazenagem e correio	1,0%	1,4%	3,4%	1,9%	2,5%	1,4%
Informação e comunicação	0,9%	0,7%	1,3%	1,0%	0,9%	1,2%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,1%	3,9%	2,3%	2,8%	2,9%	2,5%
Atividades imobiliárias	9,5%	8,6%	6,4%	7,7%	7,2%	10,8%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	38,5%	27,6%	20,2%	46,2%	23,6%	48,3%
Outros serviços	10,3%	9,1%	10,6%	7,6%	10,7%	12,0%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

28. O Setor de Agropecuária corresponde a: agricultura, pecuária e produção florestal; pesca e aquicultura. O Setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. Já o Setor de Serviços engloba: Comércio, transportes, informação e comunicação, atividades financeiras, atividades imobiliárias, administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e outros serviços.
29. Valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da PNAD (2023) mostram que o Setor de Serviços aparece como principal empregador na economia da região.

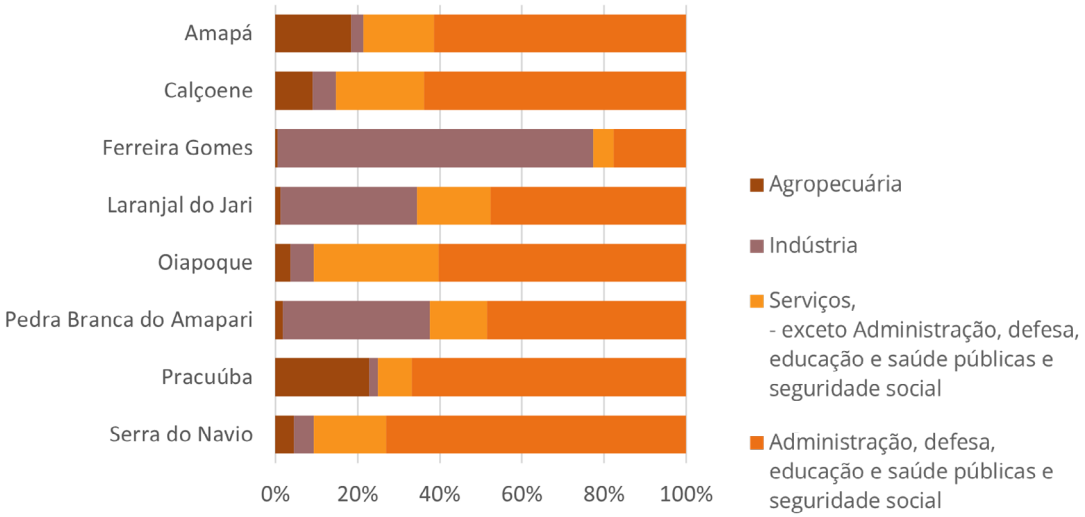
Gráfico 7 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos Estados em 2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023).

No Amapá, em municípios como Oiapoque, Pracuúba, Amapá e Serra do Navio, o Setor da Administração Pública responde por grande parte do valor adicionado do PIB, cerca de 60%. Nos demais municípios fora da faixa, o Setor da Indústria contribui de maneira decisiva para o seu valor adicionado (quase 40%). Já o Setor da Agropecuária não chega a ter percentuais relevantes em termos do valor adicionado.

Gráfico 8 - Participação dos setores no valor adicionado total no Estado do Amapá em 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE.

Atividades Produtivas

Uma vez que o trabalho envolve foco na bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados dados econômicos vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, para demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios[30].

O mapeamento dessas atividades envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia Legal, milhares de famílias vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, com cerca de dois milhões de pessoas no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros (IMAFLORA, 2016). A maior parte dessas famílias constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc.

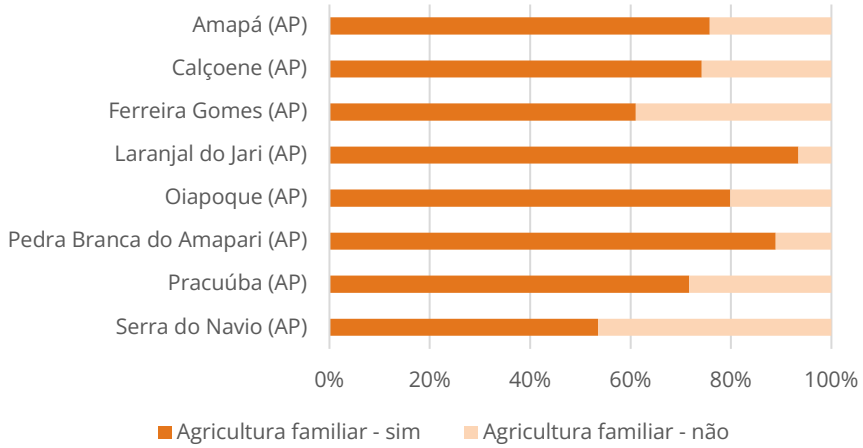
No contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça à manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade, preservação e restauração ambiental. São as populações tradicionais que ali vivem que há muitos anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos, benéficos à preservação ambiental. No entanto, há avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que

30. O Censo Agropecuário e a Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura, produzidos pelo IBGE correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que fornecem informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

podem colaborar na resolução de gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

De modo geral, se observa uma alta participação em termos de número de estabelecimentos da agricultura familiar nos municípios de Faixa de Fronteira e capitais. Em geral, representam mais de 80% sob essa condição.

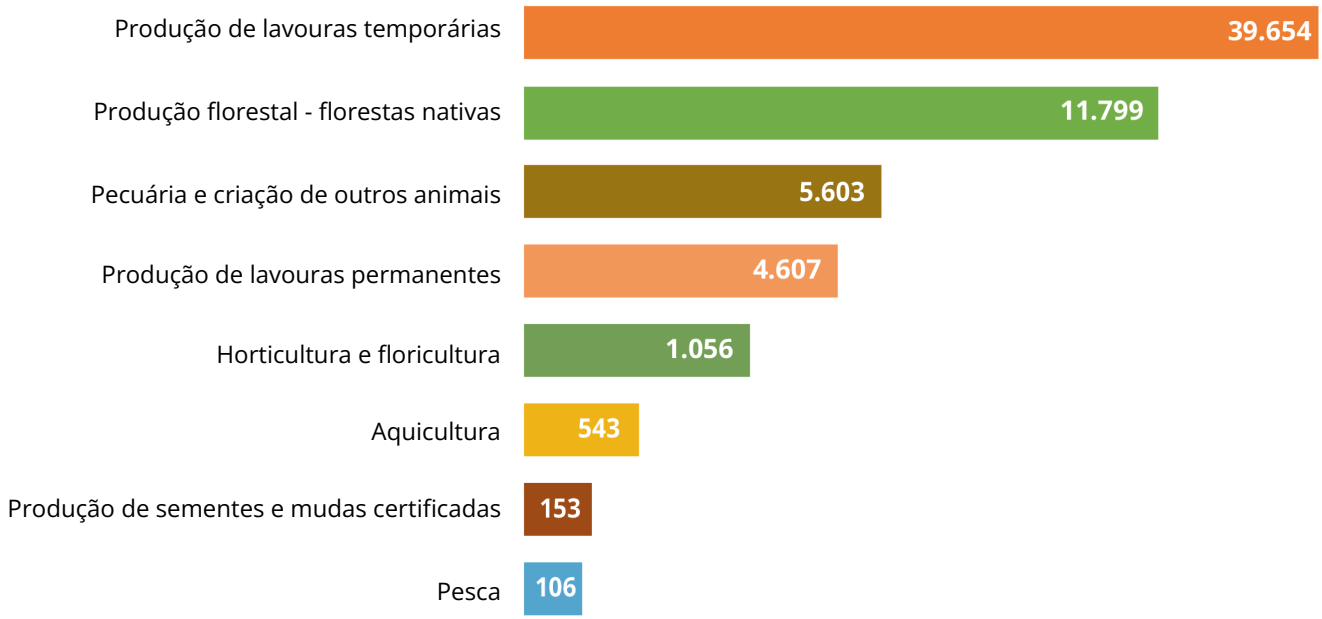
Gráfico 9 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor no Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Observa-se um padrão na produção do valor no Arco Norte e Rondônia, em que as lavouras temporárias ocupam o primeiro lugar e a pecuária, o segundo, com exceção de Rondônia. No âmbito do estado do Amapá, diferente dos outros estados do Arco Norte, a aquicultura e a produção florestal aparecem também como atividades de produção relevantes.

Gráfico 10 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023. Levou-se em conta a quantidade e valor da produção total dos produtos.

Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023*

1°

MADEIRA EM TORA

Valor da produção: 44.353 mil reais
Quantidade: 817.774 m³

2°

LENHA

Valor da produção: 10.736 mil reais
Quantidade: 660.316 m³

3°

AÇAÍ

Valor da produção: 9.852 mil reais
Quantidade: 3.296 toneladas

4°

CARVÃO VEGETAL

Valor da produção: 4.370 mil reais
Quantidade: 1.354 toneladas

5°

CASTANHA DO BRASIL

Valor da produção: 1.194 mil reais
Quantidade: 384 toneladas

* No bioma Amazônico, marcado pela predominância de florestas nativas, a exploração de produtos florestais, como madeira e lenha, deve observar os princípios do manejo florestal sustentável, prática regulamentada no Brasil desde a Lei Federal nº 4.771/1965 e atualmente disciplinada pela legislação ambiental vigente. Ressalta-se que os dados da PEVS/IBGE expressam os volumes e valores da produção extrativista, sem distinguir as formas de manejo ou a origem sustentável dos produtos comercializados.

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PVES 2023

Potencial turístico

O turismo transfronteiriço é potencial para explorar as oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além do fortalecimento do ecoturismo, do etnoturismo, do turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo[31] (2025), são 16 Polos e Regiões Turísticas e 33 municípios fronteiriços distribuídos ao longo do Arco Norte e Rondônia.

Na Faixa de Fronteira do Estado do Amapá são quatro municípios incluídos em três Regiões Turísticas, segundo o Mapa do Turismo MTur 2025:

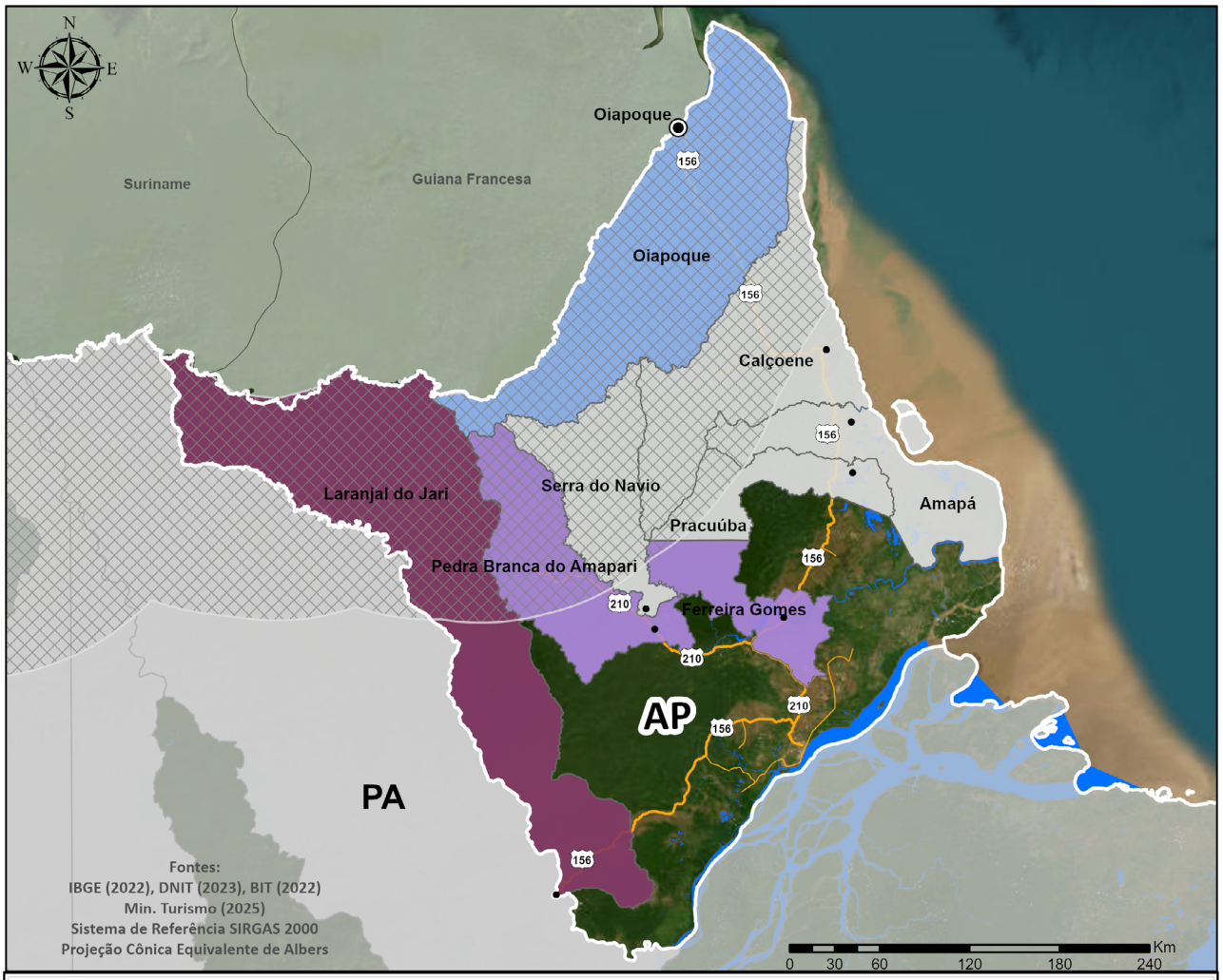
- **Região Turística Cabo Orange** - ecoturismo, turismo de aventura, passeios pelo manguezal e cultura ribeirinha, observação da vida selvagem e de aves;

- **Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras** - ecoturismo, turismo de aventura e expedições na floresta tropical;

- **Região Turística Vale do Jari** - turismo de observação da paisagem notável, ecoturismo e cachoeiras.

31. A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar aqueles inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro com base na sua importância e desempenho no setor. Essa categorização tem como objetivo orientar a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o planejamento estratégico do turismo no país. Segundo a Portaria/MTur no 1 de 30/01/2026, as categorias são:
(I) Município turístico — aquele que dá identidade à região, concentra o maior fluxo de turistas e detém os principais atrativos e serviços turísticos em relação aos Municípios circunvizinhos;
(II) Município com oferta turística complementar — aquele que possui atrativos e serviços turísticos que complementam a oferta e o fluxo de turistas dos Municípios turísticos da região; e
(III) Município de apoio ao turismo — aquele em que não há fluxo de turistas ou que possui fluxo de turistas pouco expressivo, mas que se beneficia da atividade turística, fornecendo mão de obra, serviços e produtos associados ao turismo aos Municípios turísticos e/ou aos Municípios com oferta turística complementar.

Mapa 7 - Regiões Turísticas nos municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

O Município de Pedra Branca do Amapari, integrante da Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras, se enquadra na categoria II (oferta turística complementar), registrando a existência de três estabelecimentos formais de hospedagem. Os demais municípios integrantes das Regiões Turísticas do Amapá se enquadram na categoria III (de apoio).

Tabela 5 - Dados dos municípios fronteiriços no Setor do Turismo

Município	Região Turística	Categoria
Oiapoque	RT Cabo Orange	Município de apoio ao turismo
Pedra Branca do Amapari	RT Tumucumaque e Cachoeiras	Município com oferta turística complementar
Ferreira Gomes	RT Tumucumaque e Cachoeiras	Município de apoio ao turismo
Laranjal do Jari	RT Vale do Jari	Município de apoio ao turismo

Fonte: Ministério do Turismo (2025).

Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Povos Indígenas

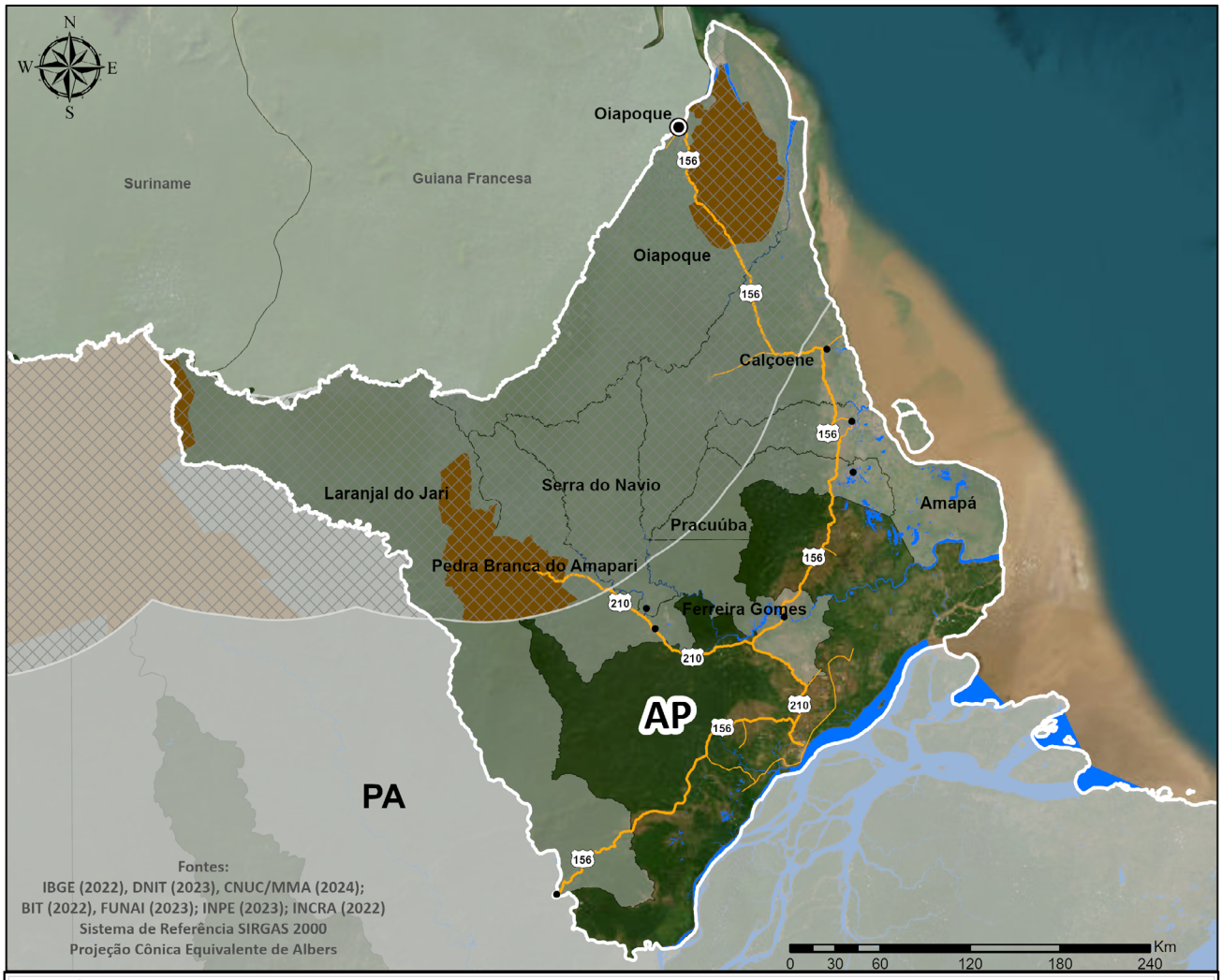
Conforme os dados disponíveis no sítio eletrônico da FUNAI, no Amapá há cinco terras indígenas localizadas na Faixa de Fronteira. Na tabela a seguir, apresenta-se a sistematização de todas as TIs encontradas no Estado do Amapá, com informações sobre a localização nos municípios, etnias, área e status de regularização. Sobre a situação jurídica, vale destacar que essas informações são dinâmicas devido aos próprios processos de regularização fundiária.

Tabela 6 - Terras Indígenas localizadas na Faixa de Fronteira do Estado do Amapá

Nome da terra indígena	Município	Etnia	Área em ha	Status
Galibi	Oiapoque	Galibi do Oiapoque	6.689	Regularizada
Jumina	Oiapoque	Karipuna,Galibi do Oiapoque	41.601	Regularizada
Uaçá	Oiapoque	Karipuna	470.164	Regularizada
Waiãpi	Laranjal do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari	Waiãpy	607.017	Regularizada
Parque do Tumucumaque	Laranjal do Jari, Almeirim, Alenquer, Oriximiná, Óbidos	Wayana,Apalaí	3.071.068	Regularizada

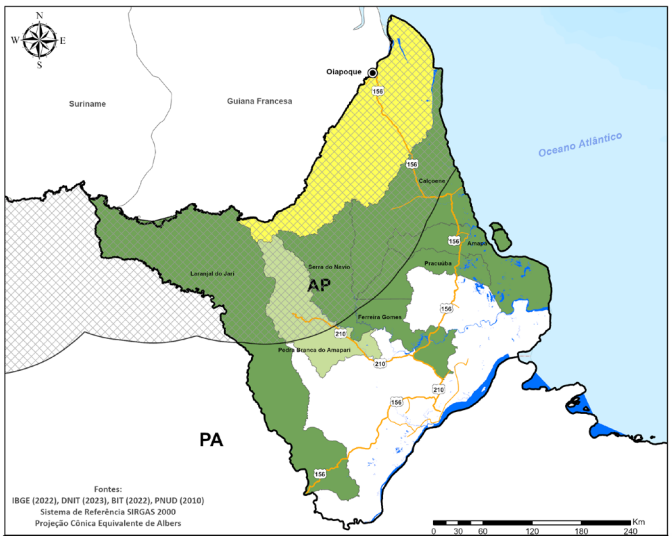
Fonte: Ministério do Turismo (2025).

Mapa 8 - Terras Indígenas e Território Quilombola na Faixa de Fronteira do Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

As TIs existentes, independentemente do estágio do processo de reconhecimento ou demarcação, são referências essenciais para orientar o ordenamento territorial na região amazônica, bem como para formulação de programas e projetos. Entretanto, é importante observar dois aspectos relevantes em relação à questão indígena na Faixa de Fronteira de modo geral e no Arco Norte e Rondônia especificamente. O primeiro deles é que a noção de fronteira, que delimita e separa países, não é necessariamente uma referência para os indígenas que aí estão, pois transitam indistintamente em suas terras de um lado e de outro dos países. O segundo aspecto é que parte significativa da população indígena não está localizada em TIs.



Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Estado do Amapá

No Amapá, todos os municípios fronteiriços apresentam porcentagem de população indígena, embora pequena, frente à população geral. Em números absolutos, no entanto, o contingente é expressivo. A maior parte fica no Município de Oiapoque, cuja população indígena é de 8.088 habitantes, sendo que 76,5% destes (6.188) estão em terras indígenas.

Legenda:

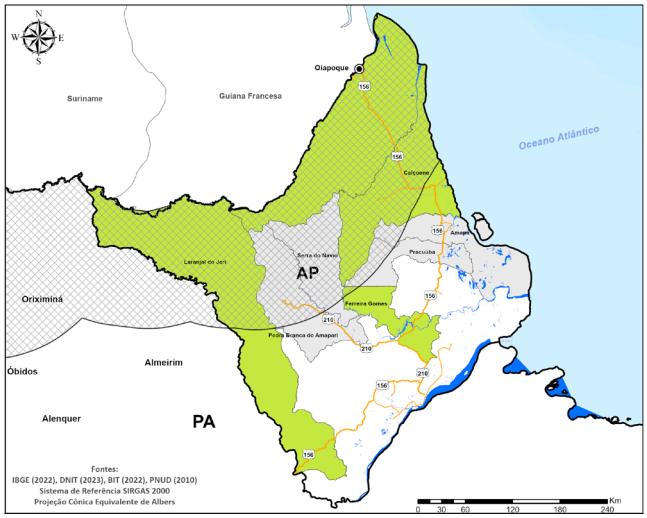
até 10% | 10,01 - 20% | 20,01 - 50% | 50,01 - 80% | maior que 80%

Para além da promoção da justiça social, a proteção dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais configura também uma estratégia de sustentabilidade ambiental, especialmente na Faixa de Fronteira do bioma amazônico. Entretanto, é amplamente reconhecido que os povos indígenas da região estudada enfrentam múltiplas ameaças, sendo a presença de facções criminosas em TIs, aliada à exploração madeireira e minerária, um fator agravante dos conflitos.

Comunidades Quilombolas

O Censo IBGE 2022 revelou que o Brasil possui 8.441 localidades quilombolas[32], com uma população de 1,4 milhão de pessoas, que representa parcela importante da população afro-brasileira. Os números mostram que população quilombola está presente em quase todos os estados brasileiros, com uma concentração maior nos Estados da Bahia, Maranhão, Pará e Minas Gerais. A maior parte dessa população reside em áreas rurais e a pesquisa apontou que parcela considerável vive em territórios oficialmente reconhecidos, com destaque para as terras tituladas.

No Amapá há apenas uma comunidade quilombola certificada — a Comunidade de Cunani, que fica no Município de Calçoene e abriga 38 famílias.



Legenda:

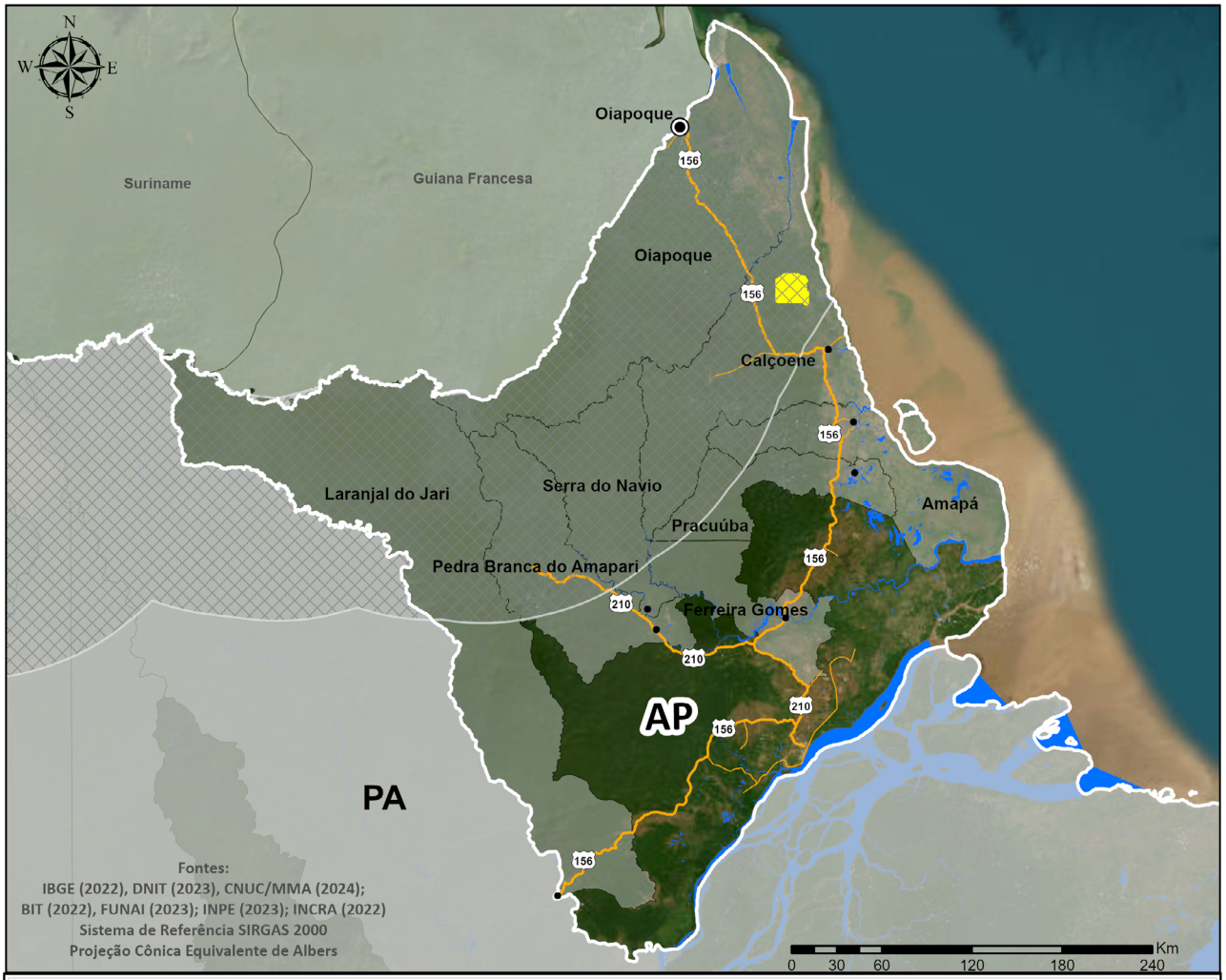
- Sem população quilombola
- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 24,03%

Percentual de população quilombola na Faixa de Fronteira do Estado do Amapá

Quatro municípios possuem população quilombola, porém nenhum deles acima de 10% do total de habitantes. O Município de maior população quilombola é Laranjal do Jari com 345 pessoas, sendo que todas vivem fora de território certificado.

32. Define-se como quilombola a pessoa residente em localidade quilombola que se declarou quilombola. O Censo IBGE 2022 considera localidades quilombolas: 1) Territórios oficialmente delimitados: aqueles que contam com alguma delimitação formal do INCRA ou dos órgãos estaduais e municipais; 2) Agrupamentos Quilombolas: conjunto de 15 ou mais indivíduos quilombolas, em uma ou mais moradias espacialmente contíguas, vinculados por laços familiares ou comunitários; 3) Outras localidades quilombolas: ocupação domiciliar dispersa em áreas rurais e urbanas; no entorno dos territórios e agrupamentos, constatada ou não potencial ocupação quilombola.

Mapa 9 - Territórios Quilombolas na Faixa de fronteira do Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Unidades de Conservação

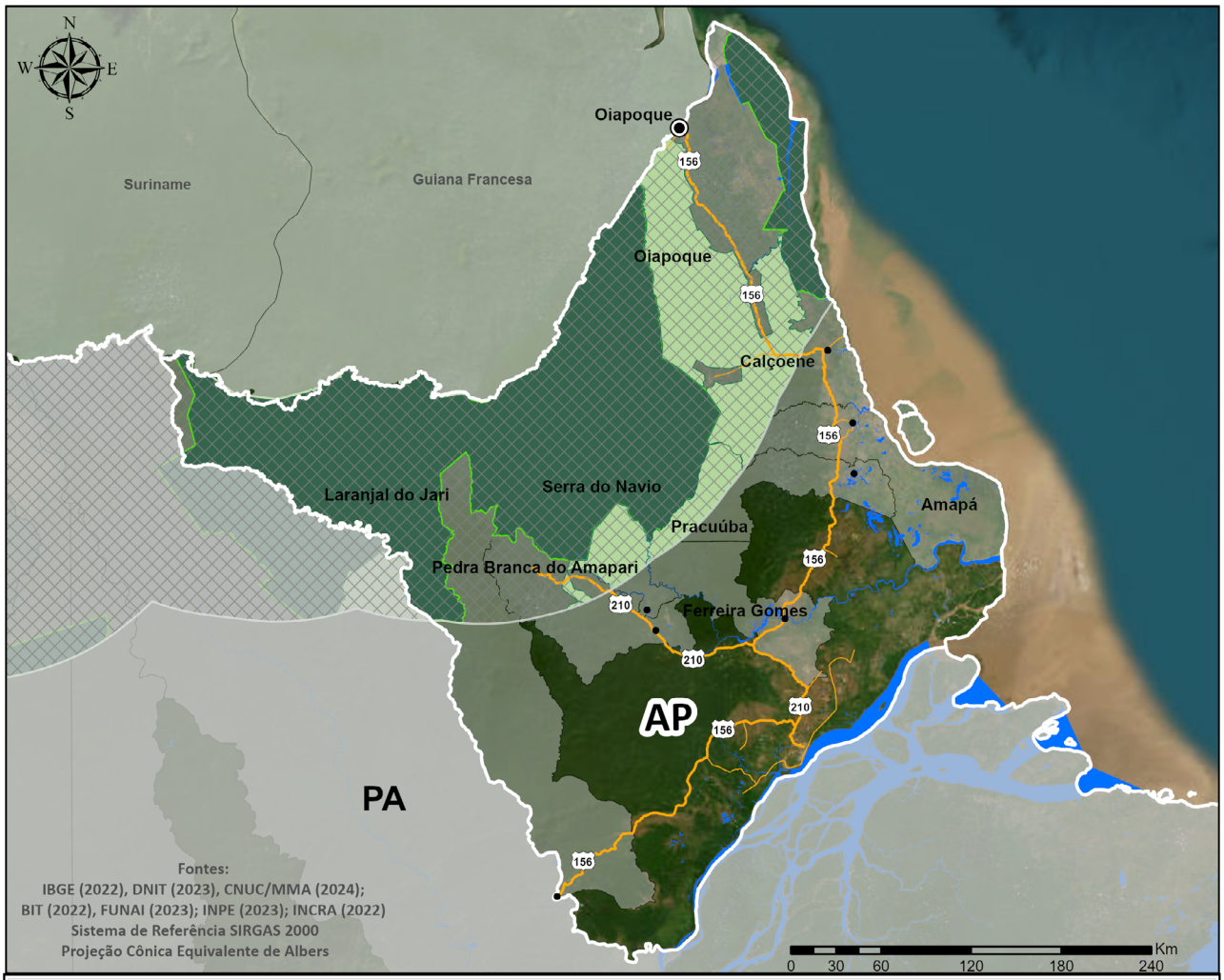
Na Faixa de Fronteira do Amapá, há cinco unidades de Conservação instituídas, sendo a maior parte delas Ucs instituídas a nível federal.

Tabela 7 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Amapá

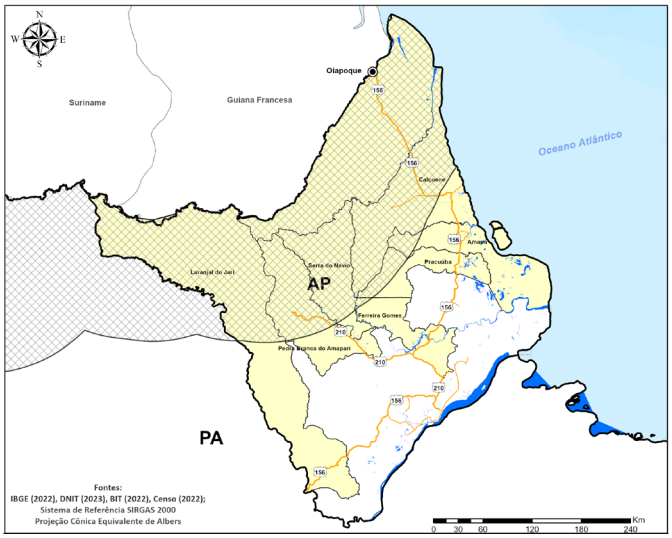
Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Floresta Nacional de Amapá	Amapá (AP), Calçoene (AP), Ferreira Gomes (AP), Porto Grande (AP), Pracuúba (AP), Serra Do Navio (AP), Tartarugalzinho (AP)	460.357	Federal	Uso Sustentável	Floresta
Parque Nacional do Cabo Orange	Calçoene (AP), Oiapoque (AP)	657.325	Federal	Proteção Integral	Parque
Floresta Estadual do Amapá	Amapá (AP), Calçoene (AP), Ferreira Gomes (AP), Mazagão (AP), Oiapoque (AP), Porto Grande (AP), Pracuúba (AP), Serra Do Navio (AP), Tartarugalzinho (AP)	2.370.303	Estadual	Uso Sustentável	Floresta
Reserva Extrativista Municipal Beija Flor Brilho de Fogo	Pedra Branca Do Amapari (AP)	68.220	Municipal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Almeirim (PA), Calçoene (AP), Laranjal Do Jari (AP), Oiapoque (AP), Serra Do Navio (AP)	3.865.126	Federal	Proteção Integral	Parque
Área De Proteção Ambiental Lago Do Amapá	Rio Branco (AC)	5.177	Estadual	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Cadastro Nacional de UCs, 2024

Mapa 10 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Legenda:

até 10%
10,01% - 20%
20,01% - 40%
40,01% - 50%
50,01% - 84,5%

Percentual de população residente nas unidades de conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Amapá

Conforme dados do Censo IBGE 2022, observa-se que 2,8% da população fronteiriça reside em Unidades de Conservação. Em números absolutos, o contingente mais expressivo fica no Município de Laranjal do Jari, onde cerca de 1.580 pessoas residem em Unidades de Conservação, todas de Uso Sustentável.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Contextos das Migrações

Entre os anos de 2020 e 2024, os estados do Arco Norte e Rondônia se destacaram como pontos estratégicos da dinâmica migratória no Brasil, especialmente devido à sua localização geográfica e à presença de fronteiras internacionais. O fluxo migratório nesses estados foi fortemente influenciado por fatores como crises humanitárias, mudanças nas políticas migratórias, impactos da pandemia de COVID-19 e transformações socioeconômicas tanto no Brasil quanto nos países de origem dos migrantes.

Tabela 8 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, 2024

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	N°	%	N°	%	N°	%
AC	53.241	51,20%	50.828	48,80%	104.069	**12,20%**
AM	89.974	48,30%	96.215	51,70%	186.189	**21,80%**
AP	67.203	65,60%	35.260	34,40%	102.463	**12,00%**
PA	115.699	45,20%	140.309	54,80%	256.008	**29,90%**
RO	7.903	50,20%	7.827	49,80%	15.730	**1,80%**
RR	152.693	79,90%	38.415	20,10%	191.108	**22,30%**
Total	**486.713**	**100%**	**368.854**	**100%**	**855.567**	**100%**

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024[33]

O Amapá juntamente com Roraima registrou um maior número de entradas, imigrantes predominantemente do sexo masculino. Isso pode estar associado ao grande número de trabalhadores fronteiriços e turistas de curta permanência. A maior parte dos migrantes foi registrada como turistas e trabalhadores fronteiriços, destacando a forte relação do Amapá com a Guiana Francesa. Os registros apontaram uma forte presença de franceses, além de migrantes haitianos, peruanos e bolivianos, e venezuelanos em menor escala. Com relação à cidade-gêmea, Oiapoque é o principal município envolvido no trânsito migratório, devido à fronteira com a Guiana Francesa.

33. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti. Acesso em: 12 fev. 2025.

Contextos de Violência e de Criminalidade

A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região registrou uma média de 28,7 homicídios por 100 mil habitantes[34], superando a média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

Outro fator que contribui para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami.

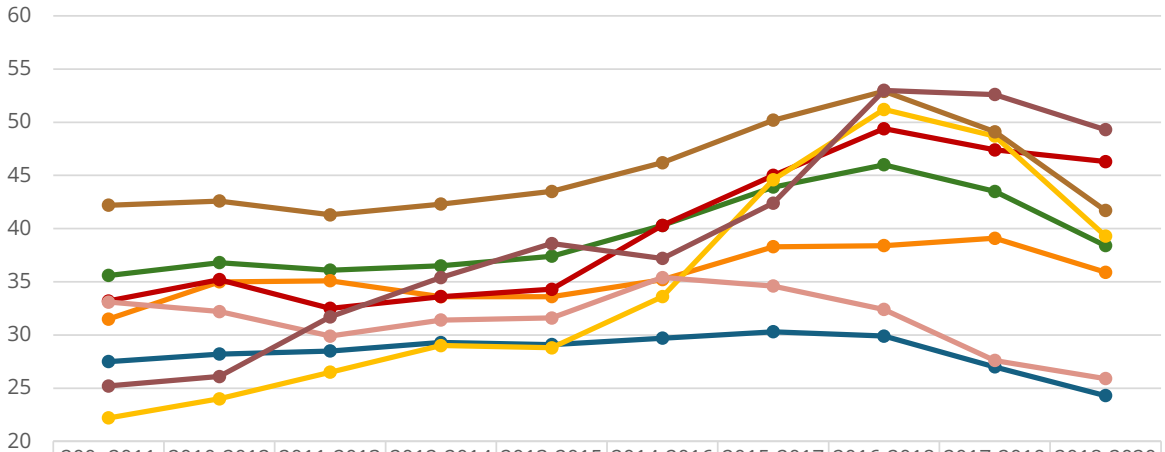
Paralelamente, facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações para a região, disputando o controle de rotas de tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. A proximidade com países como Colômbia, Peru e Bolívia, os maiores produtores de cocaína do mundo, torna o território estratégico para o tráfico internacional, intensificando os conflitos armados e elevando as taxas de homicídio (Santos, 2024). Dentre os estados do estudo, o Amazonas é que apresenta maiores taxas de homicídio, seguido de Amapá e Roraima, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

CONSIDERE

A compreensão das dinâmicas da violência requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração fundiária, associada à grilagem de terras e ao deslocamento de populações tradicionais, configurou um cenário de tensão que se perpetua até os dias de hoje. Além disso, a exploração econômica da região, baseada em grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Tucuruí e a mineração em Serra Pelada, trouxe consigo deslocamentos populacionais, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental, alimentando conflitos locais (Santos, 2024).

34. A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) e adotados neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 — refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros).

Gráfico 22 - Evolução das taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia por triênios (2009 a 2020)



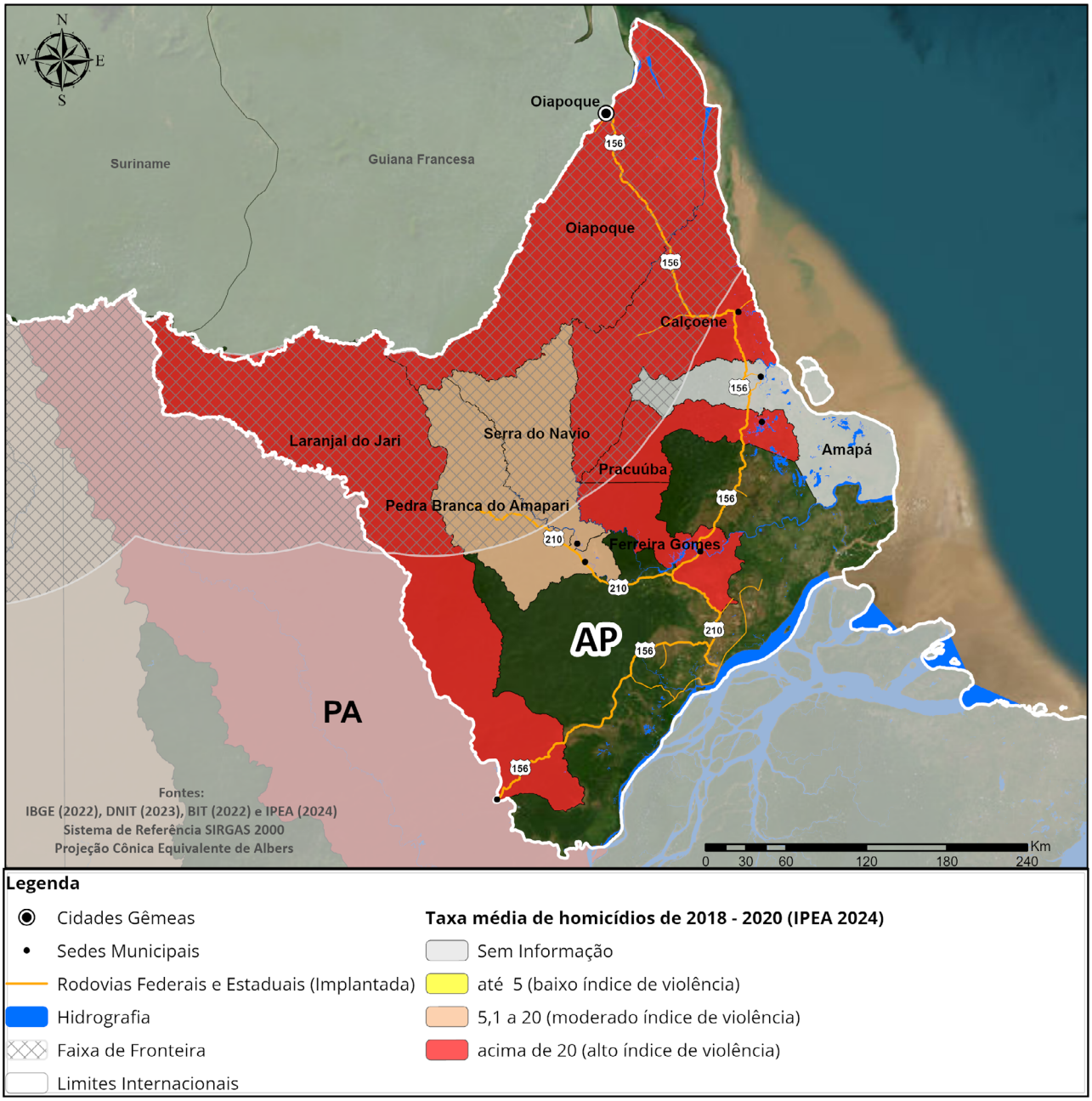
	200 -2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27	24,3
Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46	43,5	38,4
Amazonas	31,5	35	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45	49,4	47,4	46,3
Acre	22,2	24	26,5	29	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53	52,6	49,3

Fonte: Elaborado pelo IBAM com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

A dinâmica da violência e da criminalidade no Estado do Amapá apresenta características específicas, influenciadas por fatores socioeconômicos, geográficos e históricos. Segundo Santos (2024)[35], os principais tipos de violência no Amapá incluem homicídios, crimes ambientais, conflitos fundiários e violência contra populações indígenas. Esses crimes estão frequentemente associados ao garimpo ilegal, invasão de terras e disputas territoriais (Santos, 2024, p. 98-100).

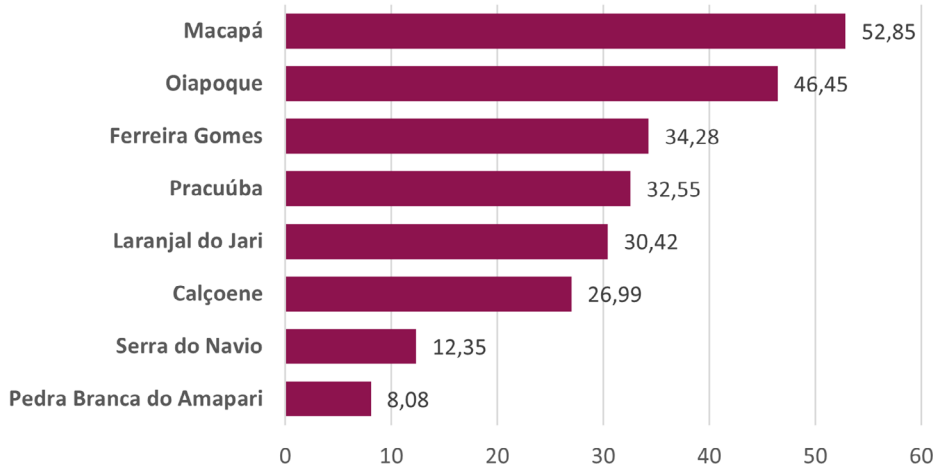
35. SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

Mapa 11 - Taxa média de homicídios nos municípios do Estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Gráfico 11 - Taxas médias de homicídio nos municípios fronteiriços do estado do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 74).

Os determinantes sociais da violência no Amapá estão relacionados à expansão da fronteira agrícola e mineral, que tem levado à invasão de áreas protegidas e terras indígenas. A presença de facções criminosas, especialmente em áreas urbanas como Macapá e Santana, também contribui para o aumento da criminalidade, com disputas pelo controle do tráfico de drogas e armas (Santos, 2024, p. 102-104).

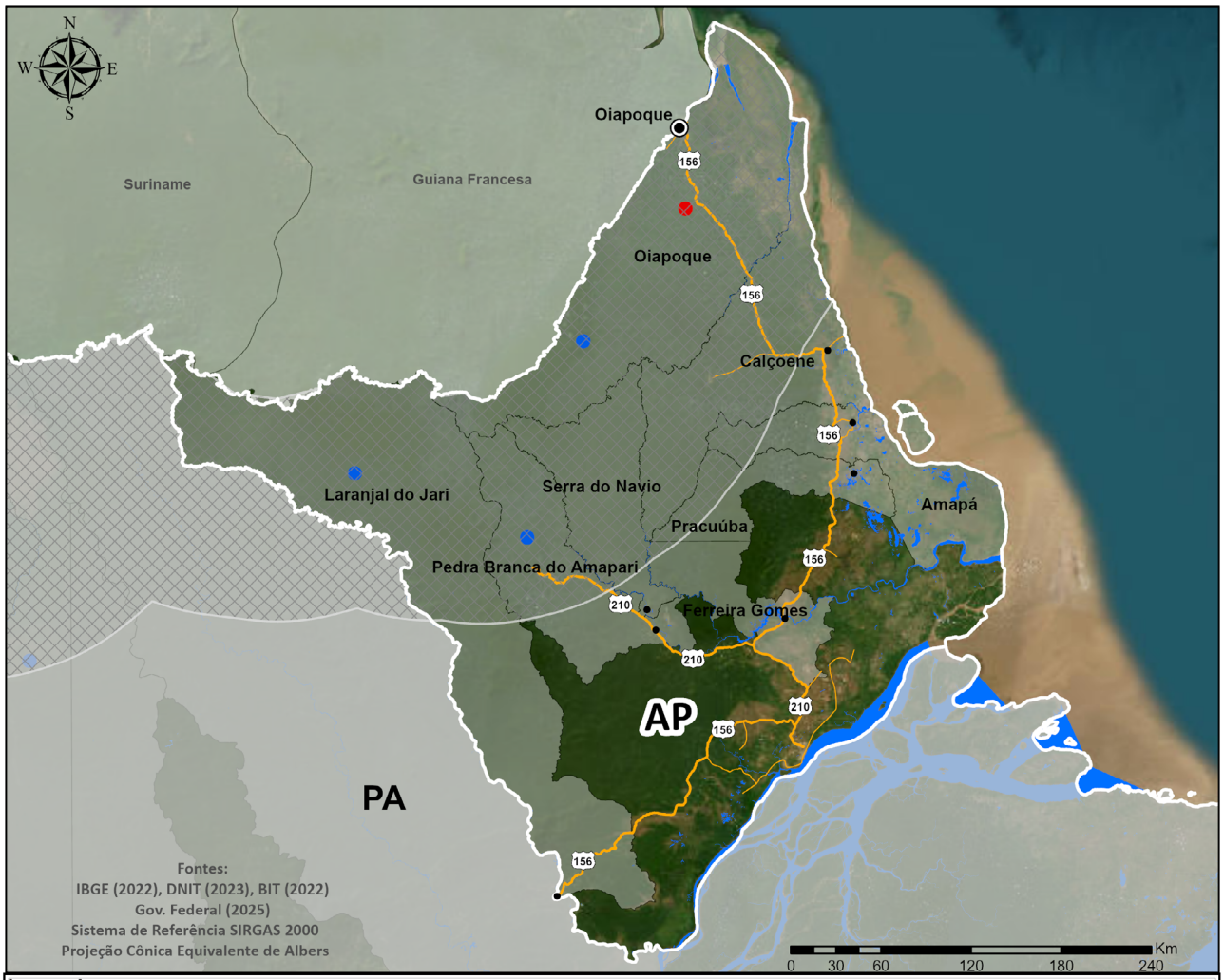
As regiões com maiores índices de violência incluem a capital, Macapá, e sua região metropolitana, além do Município de Oiapoque, localizado na fronteira com a Guiana Francesa. Essas áreas registram as maiores taxas de homicídios no Estado (Santos, 2024, p. 105-107). No contexto dos municípios da Faixa de Fronteira, destaca-se Oiapoque, que enfrenta desafios específicos devido à sua localização estratégica. A proximidade com a fronteira facilita atividades ilícitas como o tráfico de drogas, armas e o garimpo ilegal, resultando em conflitos e aumento da violência local (Santos, 2024, p. 110-112).

Em termos estatísticos, o Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024[36]) indica que o Amapá apresentou uma taxa de homicídios de 41,8 por 100 mil habitantes em 2022. No entanto, é importante considerar que há subnotificação de homicídios devido ao elevado número de mortes violentas por causa indeterminada (MVCI), o que pode mascarar a real magnitude da violência no Estado (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 85-87).

36. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). Atlas da violência 2024 a. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf

A segurança pública na faixa de fronteira do Amapá possui importância estratégica em razão da posição geopolítica do estado na divisa com a Guiana Francesa, território ultramarino francês que conecta a Amazônia brasileira ao espaço europeu. Nesse contexto, atuam de forma integrada instituições como a Polícia Federal, o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, a Polícia Rodoviária Federal, além das forças estaduais vinculadas à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Amapá (Sejusp). Entre os programas de prevenção implementados, destaca-se a Força-Tarefa de Segurança Pública do Amapá, criada em abril de 2022, que reúne profissionais da Sejusp, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal. Essa força-tarefa tem como objetivo identificar e combater chefes de facções, rotas do tráfico de drogas, redes de distribuição de produtos ilegais, além de rastrear e interceptar a lavagem de dinheiro e circulação de armas (Santos, 2024, p. 120-122).

Mapa 12 - Instituições federais de segurança e fiscalização presentes na Faixa de Fronteira do Amapá



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Foto: Márcia do Carmo/MTur

Oficinas de Planejamento Territorial

Foto: IBAM

Oiapoque

Foto: IBAM

A fim de promover o alinhamento interinstitucional e a escuta qualificada para elaboração das bases para os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira e suas respectivas carteiras de projeto, o MIDR, contando com a assessoria técnica do IBAM, realizou Oficinas de Planejamento Territorial nos seis estados que compõem o projeto Fronteiras da Amazônia.

Entre março e abril de 2025, a equipe de consultoria do IBAM realizou visitas técnicas aos estados envolvidos no projeto, participando de reuniões com diversos atores locais, incluindo órgãos públicos estaduais e municipais, representações federais, organizações do terceiro setor e movimentos sociais.

No caso do Amapá, entretanto, não houve missão técnica preliminar, uma vez que já estava em curso um processo conduzido pela UNIFAP – Universidade Federal do Amapá, no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 942134/2023, firmado com o MIDR, que contemplava etapas de diagnóstico, planejamento e elaboração do PDIFF-AP.

Diante disso, após alinhamentos com a UNIFAP, a Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior e o MIDR, verificou-se que não seria necessária uma etapa prévia de articulação, considerando o estágio avançado dos trabalhos no estado. Assim, a programação da oficina foi ajustada de modo a garantir a integração e a continuidade das ações entre a UNIFAP e o IBAM, incluindo a análise prévia da versão do PDIFF já consolidada.

Nessa direção, a Oficina de Planejamento Territorial foi realizada em agosto de 2025, sendo conduzida com base em princípios de escuta ativa, diálogo horizontal e valorização dos saberes dos atores sociais. As atividades foram estruturadas a partir dos cinco eixos temáticos do trabalho. Os resultados obtidos subsidiaram a elaboração de diretrizes e a construção de uma carteira de projetos, com vistas à implementação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No Amapá, a oficina de Planejamento Territorial foi realizada na seguinte data e local:

Oiapoque

27 de agosto de 2025

IFAP Oiapoque
Rua Joaquim Caetano da Silva - Oiapoque, AP

31 participantes

Oiapoque

Foto: IBAM

Os participantes analisaram e complementaram a carteira de projetos com base nos eixos temáticos, destacando os impactos do avanço de atividades como a exploração de petróleo na região. Foram apontadas preocupações com a expansão urbana desordenada em Oiapoque, marcada pelo surgimento de novos bairros sem planejamento, o que pode intensificar a segregação socioespacial, a especulação imobiliária e a precarização das condições de vida. Também se observou o aumento de ocorrências de segurança pública e mudanças na dinâmica urbana, como crescimento de furtos, violência e acidentes.

Sobre a questão da infraestrutura, houve consenso sobre a prioridade do saneamento básico (água e esgoto), além da necessidade de melhorias no transporte, como a conclusão da BR-156 e soluções para mobilidade fluvial. A gestão de resíduos sólidos apareceu como um grande desafio, especialmente pela dificuldade de implantação de aterros em um território marcado por áreas protegidas e pela presença de lixões, com impactos ambientais e sociais relevantes.

No campo da integração regional e segurança, destacou-se a importância de estratégias para fixação de servidores, criação de estruturas especializadas de fronteira e manutenção de voos regulares, dada a distância da capital. Já no campo ambiental e territorial, reforçou-se a urgência de instrumentos de planejamento, como Plano Diretor e Plano de Saneamento, além de iniciativas de cooperação, inclusive internacional.

Para povos indígenas e comunidades tradicionais, evidenciou-se a necessidade de ampliar ações de cidadania, com atenção à acessibilidade, documentação e barreiras linguísticas, além dos impactos de pragas na produção de mandioca e na segurança alimentar.

Foto: IBAM

No campo produtivo, foram propostas ações de capacitação, fortalecimento de cooperativas e incentivo ao turismo e à bioeconomia, buscando ampliar o acesso a oportunidades e promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Diretrizes e Carteira de Projetos

As oficinas de planejamento realizadas no estado — que reuniram representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo — possibilitaram a identificação e a sistematização de demandas e oportunidades dos territórios de fronteira. Assim, as propostas aqui apresentadas resultam desse processo de escuta qualificada e diálogo entre diferentes atores, traduzindo prioridades locais em propostas estruturadas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Posteriormente, com o objetivo de ampliar a participação social e qualificar o conteúdo final, as propostas foram publicadas no portal do MIDR, de modo a permitir que os interessados enviassem sugestões e comentários, avaliassem seu grau de importância e também apresentassem novas iniciativas.

Cabe destacar que nem todas as contribuições se configuram como projetos passíveis de implementação direta. Parte delas corresponde a diretrizes estruturantes, que orientam a atuação do poder público e indicam caminhos estratégicos para o desenvolvimento da faixa de fronteira. Dessa forma, este capítulo apresenta dois conjuntos complementares de resultados: 1) um conjunto de diretrizes, que sintetizam orientações de caráter mais amplo e transversal. 2) a carteira de projetos, organizada conforme os cinco eixos temáticos do trabalho. Os projetos são apresentados em quadros padronizados, contendo os seguintes elementos:

Coluna	Descrição
Projeto (o que fazer?)	Síntese da proposta a ser implementada.
Justificativa (por que fazer?)	Problema, demanda ou oportunidade que fundamenta a proposta.
Território (onde fazer?)	Área de abrangência da iniciativa, podendo incluir municípios ou regiões de fronteira específicas.
Atores envolvidos (quem deve estar envolvido na estruturação do projeto?)	Instituições públicas, privadas e/ou organizações da sociedade civil com potencial de participação na implementação.
Meios de implementação (como?)	Estratégias ou condições necessárias para viabilizar a proposta tais como articulações institucionais e programas.

Diretrizes e Carteiras de Projetos

São diretrizes para a desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Amapá:

I. Universalizar o acesso ao saneamento básico e promover a gestão integrada de resíduos sólidos, por meio de planejamento territorial, soluções tecnológicas adequadas ao contexto amazônico e cooperação transfronteiriça, incentivando a economia circular e a geração de energia limpa.

II. Fortalecer o ordenamento territorial, a regularização fundiária e o reconhecimento de territórios tradicionais, assegurando direitos, prevenindo conflitos e promovendo segurança jurídica como base para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

III. Estruturar políticas permanentes de educação ambiental e cooperativismo, articulando conservação ambiental, geração de renda e fortalecimento das organizações comunitárias locais.

IV. Instituir sistemas de monitoramento climático e socioambiental, integrando dados sobre vulnerabilidades, impactos das mudanças climáticas e riscos produtivos, de modo a subsidiar políticas públicas de adaptação, mitigação e segurança alimentar.

V. Qualificar e integrar a infraestrutura de mobilidade e logística regional, priorizando a conectividade fluvial, rodoviária, aérea e o transporte estudantil como instrumentos de inclusão social, acesso a serviços e dinamização econômica.

VI. Promover a transição energética e a segurança hídrica em comunidades da Faixa de Fronteira, com ampliação do uso de energias renováveis descentralizadas e soluções integradas de abastecimento e tratamento de água.

VII. Ampliar e qualificar os espaços públicos de lazer, esporte e convivência comunitária, como estratégia de promoção da saúde, fortalecimento do tecido social e melhoria da qualidade de vida urbana e rural.

VIII. Fomentar a inovação, o empreendedorismo e a economia do conhecimento na Faixa de Fronteira, por meio de ambientes de inovação, apoio técnico, financiamento e capacitação de empreendimentos orientados à sustentabilidade e às cadeias locais.

IX. Fortalecer a bioeconomia e as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, agregando valor à produção local por meio da estruturação de agroindústrias, formação técnica e articulação com mercados regionais e institucionais.

X. Consolidar o turismo sustentável como vetor de desenvolvimento territorial, com base no turismo de base comunitária, no ecoturismo e no turismo de aventura, assegurando padrões de qualidade, segurança, valorização cultural e conservação ambiental.

XI. Ampliar as oportunidades de formação, qualificação e diversificação da mão de obra local, alinhando educação, capacitação técnica e demandas produtivas do território, com atenção especial a jovens e populações tradicionais.

XII. Fortalecer a capacidade institucional dos entes locais e das comunidades, por meio da formação de agentes públicos, apoio à formulação de projetos, captação de recursos e operação de infraestruturas públicas.

XIII. Valorizar e salvaguardar os saberes tradicionais, línguas e patrimônios culturais imateriais, integrando-os às políticas educacionais, culturais e de desenvolvimento territorial.

XIV. Garantir o acesso contínuo a serviços de cidadania e direitos, especialmente em territórios remotos, por meio de soluções itinerantes, atendimento intercultural e integração entre políticas públicas e iniciativas comunitárias.

XV. Promover a autonomia econômica, social e política de mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de comunidades tradicionais, fortalecendo organizações locais, processos formativos e participação em espaços institucionais.

XVI. Consolidar políticas afirmativas diferenciadas para povos indígenas e comunidades tradicionais, com incentivo à formação acadêmica, à pesquisa aplicada e à produção de soluções alinhadas às demandas de seus territórios.

XVII. Reforçar a presença do Estado e a governança na Faixa de Fronteira, por meio de estruturas especializadas de segurança, cooperação interinstitucional e integração de políticas setoriais.

XVIII. Promover a integração territorial e regional entre os municípios da Faixa de Fronteira, assegurando conectividade física, institucional e econômica como base para o desenvolvimento equilibrado e a coesão territorial.

Foto: Fecomércio/AP

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração de planos de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos	Os indicadores de saneamento básico no Amapá são baixos. Na cidade gêmea Oiapoque, o abastecimento de água e o esgotamento sanitários possuem índices críticos. Hoje grande parte do acesso à água é feito por meio de poços e o esgotamento sanitário através de fossas, o que impacta na qualidade de vida e no desenvolvimento do município e da região.	Municípios da Faixa de Fronteira, em especial Oiapoque	SEINF/AP; CSA Equatorial; Parceria TedPlan - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Prefeitura de Oiapoque; AMBIPAR	Produção de diagnóstico dos territórios, com georreferenciamento e planejamento participativo; Capacitação técnica; Instituição de consórcios intermunicipais.
Realização de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantação de usina de biogás, em parceria com a Guiana Francesa	A realização de estudos voltados à identificação de soluções adequadas para a destinação de resíduos sólidos, associadas à produção de energia sustentável, pode contribuir de forma significativa para o enfrentamento dos desafios do gerenciamento de resíduos no município de Oiapoque. As características territoriais do município impõem limitações à implantação de soluções convencionais. Nesse contexto, a Guiana Francesa apresenta experiência relevante na adoção de alternativas tecnológicas para o tratamento de resíduos, o que torna estratégica a ampliação da cooperação transfronteiriça.	Oiapoque	Sec. Estado e Municipal de Meio Ambiente; Secretaria de Estado de Relações Internacionais e Comércio Exterior; Agência Amapá; MPI; MMA	Estruturação de arranjos institucionais e jurídicos de cooperação com a Guiana Francesa; Levantamento de dados de geração, coleta e logística dos insumos; Definição de áreas potenciais para implantação da usina; análise de mercado para uso do biogás/ biometano e subprodutos.
Reconhecimento e regularização da Comunidade Quilombola de Patuazinho	A ausência de regularização fundiária expõe a comunidade a situações de insegurança jurídica, conflitos territoriais e dificuldades de acesso a políticas públicas essenciais, como infraestrutura, saúde, educação e apoio a atividades produtivas sustentáveis.	Oiapoque	INCRA; Fundação Cultural Palmares; SPU; SDR/Amapá, RURAP, SEMA/AP; SEPLAN, Prefeitura de Oiapoque; MPF; DPU, Lideranças da Comunidade Quilombola de Patuazinho,. CONAQ	Andamento do processo de titulação da comunidade; Articulação interinstitucional com órgãos federais, estaduais e municipais; Apoio jurídico ao processo de regularização.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Mediação e resolução de conflitos fundiários decorrentes da sobreposição de áreas na região da Vila Velha do Cassiporé	A existência de sobreposições entre áreas públicas, privadas, territórios tradicionais e unidades de conservação gera insegurança para moradores e produtores locais, além de dificultar a implementação de políticas públicas, investimentos e ações de fiscalização ambiental. A adoção de mecanismos de mediação institucional e diálogo intersetorial contribui para a construção de soluções pactuadas, reduzindo conflitos, prevenindo judicializações e fortalecendo a governança territorial.	Oiapoque	INCRA; Amapá Terras; Órgãos de Segurança Pública; MMA; MPI; FETTAGRAP; Ministério Público; Comunidades locais	Levantamento fundiário e cartorial das áreas sobrepostas; Articulação com o INCRA e órgãos estaduais de terras; Monitoramento e acompanhamento dos acordos firmados.
Estruturação de ações permanentes de educação ambiental, associadas ao fomento ao cooperativismo	A educação ambiental contínua contribui para a mudança de comportamentos, o uso responsável dos recursos naturais e o fortalecimento da participação comunitária na gestão ambiental local. Quando articulada ao cooperativismo, potencializa a inclusão produtiva, a geração de renda e a valorização de cadeias sustentáveis, especialmente em contextos de comunidades tradicionais e áreas com restrições ambientais.	Toda a Faixa de Fronteira do Amapá	MMA; RURAP; SDR/AP; SEMA/AP; Sebrae	Definição das diretrizes para a inserção da temática ambiental no ensino formal na política de Educação Ambiental Integração Curricular com temática ambiental de forma interdisciplinar, com foco na realidade amazônica.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Estruturação de Programa de Assistência Técnica e Habitação de Interesse Social (ATHIS)	A estruturação de um Programa de Assistência Técnica e Habitação de Interesse Social (ATHIS) no município de Oiapoque torna-se especialmente estratégica diante do atual processo de expansão urbana, marcado pelo crescimento urbano e surgimento de novos bairros sem planejamento adequado.	Áreas de assentamentos precários/ Áreas de Interesse Social (AEIS) de Oiapoque	MCidades; MPI; MMA; SEHAB/AP; Prefeitura de Oiapoque e SEMHOU	Diagnóstico habitacional e territorial das áreas prioritárias; Definição do arranjo institucional e normativo do programa; Realização de parcerias com universidade e organizações públicas e privadas especializadas no tema
Identificação de conflitos fundiários em Unidades de Conservação no Estado do Amapá, por meio da realização de levantamentos e pesquisas socioambientais	A identificação de conflitos fundiários é fundamental para compreender disputas territoriais, reduzir tensões e subsidiar a regularização fundiária e a gestão ambiental. A iniciativa contribui para a proteção dos territórios, a garantia de direitos das populações locais e a promoção de um uso mais sustentável dos recursos naturais.	Resex Cajari/AP , PAE Maracá/AP, Assentamentos em todos estado do Amapá.	MMA, INCRA, Prefeituras, Universidades, Organizações de Ribeirinhos, Agricultores, extrativistas, populações tradicionais	Articulação com o ICMBio, INCRA e órgãos estaduais; Coleta e análise de documentos fundiários e históricos de ocupação; Revisão de bases cartográficas e cadastrais.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Criação de um observatório voltado ao monitoramento dos impactos das mudanças climáticas e da vulnerabilidade socioambiental, incluindo, entre seus componentes, o acompanhamento de pragas agrícolas	A criação do observatório é estratégica para subsidiar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, em territórios com alta exposição a eventos climáticos extremos. Aliado a isso, há a necessidade de monitoramento contínuo da ocorrência e da sazonalidade das pragas, a sistematização de informações provenientes das comunidades rurais e a articulação com serviços de assistência técnica, possibilitando a identificação precoce de riscos e a proposição de medidas de prevenção, controle e adaptação. Em 2024, foi identificada no estado do Amapá a doença 'Vassoura de Bruxa' da mandioca. O fungo vem afetando a segurança alimentar, a renda das famílias e a resiliência dos sistemas produtivos locais de territórios indígenas.	Oiapoque	MMA, MCTI, MPI, Embrapa, SEMA/AP, Sistema S, SEED/AP, Institutos Federais de Ensino Superior, CONAMA,FAPEAP,SEPLAN/AP e Representações da sociedade civil	Definição do escopo, indicadores e metodologia de monitoramento; Articulação com órgãos como INPE, EMBRAPA e IBGE; Uso de geotecnologias e sensoriamento remoto; Realização de parcerias com universidades e centros de pesquisa; Elaboração de boletins periódicos e relatórios analíticos.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de postos de abastecimento fluvial para apoio à mobilidade e à logística regional	A instalação de postos de combustível fluviais visa atender à demanda das comunidades ribeirinhas da região, que se deslocam internamente e entre as cidades-gêmeas, especialmente através das catraias.	População ribeirinha	ANPO, ANTAQ, IBAMA, Órgãos de Segurança Pública Estaduais e Federais	Mapeamento de rotas e pontos estratégicos de implantação; Estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental; Definição do modelo operacional e de gestão; Licenciamento ambiental; Parcerias com setor privado e governos locais.
Ampliação do Projeto Salta-Z, com instalação de kits de energia fotovoltaica e microestações de tratamento e distribuição de água em comunidades.	A iniciativa promove o acesso à água potável e à energia limpa, reduzindo a dependência de sistemas convencionais e de fontes fósseis, além de contribuir para a mitigação de impactos ambientais. O uso de soluções descentralizadas e adaptadas às características do território favorece a resiliência das comunidades, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso, e amplia a eficiência dos serviços públicos.	Pequenas comunidades de Oiapoque	Funasa, MinSaúde, Caesa, Comunidades tradicionais, ANA, Universidades e Institutos de Pesquisa	Diagnóstico e priorização de comunidades; Implantação das microestações de tratamento e sistemas de distribuição; Capacitação de operadores comunitários.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Complementação do asfaltamento da BR-156	A complementação do asfaltamento da BR-156 é estratégica para a integração territorial, o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de mobilidade no extremo norte do Amapá. A persistência de trechos não pavimentados compromete a trafegabilidade ao longo do ano, especialmente no período chuvoso, elevando custos logísticos, dificultando o acesso a serviços públicos essenciais e limitando o escoamento da produção local.	Oiapoque	DNIT, SEINF/AP, MMA, MPI, FUNAI, Comunidades e organizações Indígenas	Articulação institucional com o DNIT e governos estadual e municipais; captação e alocação de recursos orçamentários.
Criação de programas e espaços voltados à atividades esportivas e culturais, com foco na juventude e promoção da saúde	A ampliação de espaços de lazer e esportes é estratégica para a promoção da saúde, o fortalecimento do desenvolvimento integral da juventude e a melhoria da qualidade de vida da população.	Oiapoque	Secretarias municipal e estadual de esporte e lazer	Captação de recursos e parcerias; Implantação e requalificação de espaços públicos; Articulação com escolas e políticas de saúde.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Conexão de transportes entre os municípios da Faixa de fronteira (infraestruturas rodoviárias — linhas regulares)	A ausência de integração logística entre os municípios dificulta o deslocamento de pessoas, o escoamento da produção local e a circulação de bens e serviços, impactando especialmente comunidades rurais, tradicionais e áreas mais afastadas dos centros urbanos.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá	MMA; MPI; Ministério dos transportes (MT); Empresas privadas de transporte coletivo, SEINF/AP, DETRAN	Diagnóstico da demanda e dos fluxos intermunicipais; Identificação de gargalos e trechos críticos.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Realização de ciclos de aceleração, pré-incubação e mentoria para empreendimentos de caráter tecnológico	A oferta de capacitação contribui para estimular a inovação, diversificar a base econômica e fortalecer o ecossistema local de empreendedorismo. A iniciativa favorece a retenção de talentos, a geração de emprego qualificado e o fortalecimento de uma economia baseada no conhecimento, ampliando a capacidade do território de responder a desafios sociais, ambientais e produtivos de forma inovadora.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá	SETEC/AP; Sebrae e Prefeituras	Articulação com incubadoras, parques tecnológicos e universidades; Desenvolvimento de trilhas de capacitação; Realização de parcerias com redes de inovação.
Apoio Técnico para capacitação na formulação de projetos e captação de recursos para qualificar produtores rurais e entidades do terceiro setor para a elaboração de projetos mais consistentes, ampliando o acesso às linhas de financiamento	A dificuldade na elaboração de projetos qualificados e na adequada estruturação de propostas para editais, convênios e fontes de financiamento nacionais e internacionais tem restringido o acesso a recursos e a implementação de políticas públicas estratégicas. A oferta de capacitação técnica continuada contribui para a melhoria da qualidade dos projetos, o alinhamento às exigências dos financiadores e o aumento da taxa de sucesso na captação de recursos, ampliando a autonomia institucional e a sustentabilidade das iniciativas locais.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá	IFES; SISTEMA S; SEPLAN/AP	Programas de formação continuada; Elaboração de materiais e ferramentas práticas; Capacitação em gestão financeira e administrativa; Realização de parcerias entre entidades responsáveis e organizações públicas e privadas especializadas no tema.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação e operação de rede de transporte estudantil voltada à ampliação do acesso e da permanência de estudantes de comunidades rurais, indígenas e tradicionais em atividades de formação e capacitação	A distância entre comunidades, áreas rurais e o núcleo urbano de Oiapoque, aliada à ausência de transporte regular, tem sido um dos principais fatores de evasão e baixa participação em cursos e programas de capacitação. A iniciativa contribui para a permanência nos processos formativos, amplia a inclusão educacional e fortalece políticas de qualificação profissional e desenvolvimento humano.	Áreas rurais, comunidades indígenas e tradicionais, como ribeirinhos e quilombolas	MEC, Prefeituras; Secretarias Municipais de Educação; Assistência	Levantamento das condições de acesso e infraestrutura viária/fluvial; Definição de rotas, itinerários e frequência do serviço; estruturação do modelo de gestão e operação.
Capacitação comunitária para operação e manutenção de maquinários e equipamentos públicos	A ausência de formação técnica local frequentemente resulta na paralisação de equipamentos por falhas simples, dependência de suporte externo e aumento de custos operacionais.	Áreas rurais, comunidades indígenas e tradicionais, como ribeirinhos e quilombolas	DIAGRO/AP; RURAP; Secretarias Municipais de Agricultura; MIDR; MDA; EMBRAPA; RURAP	Realização de cursos práticos e oficinas; Formação de multiplicadores comunitários; Parcerias com instituições especializadas no tema.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Estruturação de roteiros de cicloturismo voltados à promoção do turismo sustentável e à geração de renda local	O cicloturismo estimula o turismo de base local, com baixo impacto ambiental, favorecendo a geração de renda para comunidades, pequenos empreendimentos e serviços associados.	Oiapoque	Secretaria Municipal e Estadual de Esporte e de Saúde; Secretaria Municipal de Turismo; Secretaria Municipal de Assistência Social; coletivos de ciclistas, como o Bike X-Treme.	Diagnóstico da demanda turística e perfil de público; Definição e planejamento de roteiros e circuitos; Elaboração de material informativo e mapas; Articulação com prefeitura e trade turístico local.
Capacitação de jovens em Mídias Sociais, E-commerce, divulgação digital e economia criativa, com foco no setor turístico da Faixa de Fronteira	A crescente digitalização do turismo exige habilidades específicas para promoção de destinos, comercialização de produtos e serviços e comunicação com diferentes públicos. Ao qualificar a juventude para atuar na produção de conteúdo digital, na gestão de plataformas de venda online e no desenvolvimento de iniciativas da economia criativa, a ação contribui para a geração de oportunidades de trabalho e renda, a retenção de talentos e o fortalecimento do turismo de base local.	Toda a Faixa de Fronteira do Amapá	CEPAJOB, SENAR/AP, MTUR, SETEC/AP; SEJUV/AP; SISTEMAS; FECOMÉRCIO; AFAP Secretarias Municipais de Turismo; MEC, ENAP, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Associações e Cooperativas	Implementação de cursos e oficinas de capacitação digital e empreendedorismo.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Linha de crédito e fomento para apoio a startups na Fronteira através de apoio técnico e financeiro, com foco em soluções sustentáveis, inclusão produtiva e valorização de cadeias locais	Em territórios de fronteira, as limitações de acesso a financiamento e a serviços especializados de apoio aos negócios dificultam a consolidação de iniciativas inovadoras. O apoio a startups contribui para a geração de emprego e renda, o aproveitamento de ativos territoriais e a criação de modelos de negócio alinhados às especificidades socioambientais da região.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá	MMA, SUFRAMA; SDR/AP; Secretarias Municipais de Agricultura; Associações e Cooperativas; AFAP	Estruturação de programa de crédito e fomento específico para startups; Articulação com instituições financeiras que apoiam o tema; Incubação e aceleração de startups voltadas à bioeconomia.
Implantação de ambiente de inovação em bioeconomia voltado à valorização da biodiversidade e à agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade na faixa de fronteira amapaense	A biodiversidade local associada aos conhecimentos tradicionais contrasta com a limitada estrutura de apoio à inovação e à agregação de valor aos produtos da floresta. A criação de um ambiente dedicado à bioeconomia favorece a articulação entre pesquisa, empreendedorismo, comunidades locais e setor produtivo.	Toda a Faixa de Fronteira do Amapá (Com sugestão de sede na cidade de Amapá)	SDR/AP, DIAGRO/AP, RURAP, Secretarias Municipais de Agricultura, MIDR, MDA, MCid, Embrapa, MPI, MMA	Diagnóstico das vocações e cadeias da bioeconomia; Estruturação de parcerias com universidades, centros de pesquisa e setor privado; Implantação de espaço físico e/ou plataforma de inovação.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Estruturação das agroindústrias da Mandioca, da Banana, do Abacaxi, do Cacau, do Cupuaçu e da Castanha-do-Brasil	As limitações de infraestrutura, assistência técnica e acesso a mercados reduzem a renda dos produtores e a competitividade dos produtos regionais. Ao apoiar a estruturação de agroindústrias, a iniciativa pretende diversificar a produção, reduzir perdas, melhorar a qualidade dos produtos e ampliar o acesso a mercados institucionais e privados.	Toda a Faixa de Fronteira do Amapá	Agência Amapá; SDR/AP, DIAGRO/AP, RURAP, SEBRAE, MPI, MMA, MDA, CONAB , Cooperativas e associações a exemplo da COOPCAP	Diagnóstico produtivo e mapeamento das cadeias priorizadas; Organização e fortalecimento de cooperativas e associações; Assistência técnica e extensão rural.
Centro-Escola Agroflorestal de formação técnica em Agricultura Sustentável/ Turismo agroecológico	A limitada oferta de formação técnica contextualizada às realidades locais de fronteira dificulta a adoção de sistemas produtivos sustentáveis e a diversificação das fontes de renda.	Toda a Faixa de Fronteira do Amapá	Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, SEED/AP, Secretarias Municipais de Educação, DIAGRO/AP, RURAP, Secretarias Municipais de Agricultura, SENAR/AP, Embrapa	Diagnóstico das demandas formativas e vocações locais; Seleção e regularização da área de implantação; Oferta de cursos técnicos, oficinas e vivências práticas.
Formação Continuada em Turismo de Base Comunitária	Processos formativos permanentes contribuem para o aprimoramento de competências em gestão, hospitalidade, comunicação, comercialização dos atrativos, fortalecendo o protagonismo comunitário.	Oiapoque	SETUR/AP; SEMA/AP; SECULT/AP; SDR/AP; MTUR; SISTEMA S; MEC; Secretarias de Turismo Estadual e Municipais, IFAP	Mapeamento de iniciativas de turismo de base comunitária; Realização de cursos e programas formativos em parceria com IFAP.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Realização de estudos de viabilidade para identificação de potenciais turísticos voltados ao desenvolvimento sustentável local	Os estudos permitirão identificar e qualificar potenciais turísticos, avaliar impactos ambientais e sociais, orientar investimentos para estruturação do turismo de forma sustentável e integrada ao território.	Oiapoque	IFAP; Secretarias de Turismo Estaduais e Municipais; MMA; MPI; MTur; Prefeituras	Inventário da oferta turística local; Análise de demanda e perfil de mercado; Consulta e participação comunitária.
Produção e divulgação de material publicitário dos pontos turísticos	A ausência de materiais estruturados e atualizados limita o alcance das iniciativas de turismo e dificulta a inserção dos atrativos em roteiros regionais e plataformas digitais.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amapá	Secretarias de Turismo Estadual e Municipais, IFAP, SECOM, FECOMERCIO, SEBRAE, SETUR/AP	Elaboração de roteiros e produtos turísticos; Articulação com atores locais e instituições especializadas no tema.
Realização de Workshop voltado às normas técnicas aplicadas ao ecoturismo e ao turismo de aventura, com o objetivo de garantir a adoção de padrões de qualidade, segurança e boas práticas na condução de atividades turísticas em ambientes naturais	A ausência de capacitação específica sobre normas técnicas e gestão de riscos pode comprometer a segurança e qualidade das experiências turísticas e a preservação ambiental. A iniciativa contribui para o fortalecimento das competências de guias, condutores e empreendedores locais, estimulando práticas responsáveis e seguras.	Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Oiapoque e Laranjal do Jari	SISTEMA S; Ministério do Turismo; Secretarias Municipais de Turismo; SETUR/AP; FECOMÉRCIO/AP; Instituto Federal do Amapá; SENAR/AP; Associação e Cooperativas	Retomada do programa Programa Aventura Segura – PAS; Promoção de palestras e oficinas práticas; Abordagem de normas técnicas e protocolos de segurança.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de programa de formação e capacitação de agentes públicos para atendimento aos povos indígenas	A ausência de formação adequada sobre interculturalidade, direitos indígenas e protocolos de atendimento contribui para barreiras de acesso, falhas na comunicação e práticas institucionais pouco sensíveis às realidades locais das comunidades indígenas. Além disso, é necessário considerar a presença de intérpretes, de modo a contribuir para reduzir barreiras linguísticas, culturais e geográficas.	Povos Indígenas do Oiapoque	Ministérios dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Igualdade Racial, da Saúde e da Educação; Funai; Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI) e demais secretarias estaduais setoriais competentes; órgãos municipais responsáveis pelas políticas públicas; e organizações representativas dos povos indígenas.	Programas de capacitações continuadas; Realização de parcerias entre entidades responsáveis e organizações públicas e privadas especializadas no tema; Produção de materiais didáticos e orientativos; Implantação de protocolos de atendimento intercultural.
Realização de Feiras de Cidadania para ampliação do acesso às principais políticas públicas por populações tradicionais da Amazônia, em Reservas Extrativistas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas	Justifica-se pela dificuldade de acesso das populações tradicionais da Amazônia a serviços e políticas públicas, devido ao isolamento geográfico, barreiras institucionais e desigualdades históricas. A iniciativa aproxima o Estado desses territórios, facilitando o acesso a direitos, fortalecendo a inclusão social e promovendo cidadania e desenvolvimento local.	Terras Indígenas do Norte do Pará e Amapá, Resex Cajari, PAE Maracá, RDS Uiratapurú	MPI, MMA, Fundação Palmares, CONAQ, Organizações representativas de populações Indígenas, extrativistas, populações quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais.	Mapeamento das demandas das comunidades; mobilização de equipes técnicas multidisciplinares.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Consulta a coletivos de mulheres indígenas para construção de políticas de acolhimento	Necessidade de formulação de políticas mais efetivas nas áreas de saúde, assistência social, proteção de direitos e enfrentamento de violências de gênero no contexto indígena, com escuta qualificada de grupos de mulheres indígenas, de modo a assegurar desenho de políticas culturalmente adequadas e sensíveis às especificidades locais.	Povos Indígenas do Oiapoque	AMIM, Mulheres da Maré, DPAC Fronteiras, IFAP, FUNAI; Ministério das Mulheres	Mapeamento e identificação de coletivos de mulheres indígenas; Articulação com lideranças e organizações representativas; Realização de oficinas, rodas de conversa e escutas qualificadas.
Ampliação de cursos de qualificação e diversificação da mão-de-obra local	Há dificuldades para acessar ocupações qualificadas devido a oferta limitada de formação profissional e poucas alternativas de inserção no mercado de trabalho para a população loca, especialmente jovens e mulheres.	Toda a Faixa de Fronteira do Amapá	Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá-Agência Amapá; Institutos de Ensino Superior; Sistema S, MPI, Funai, Sebrae	Programas de formação continuada; Realização de parcerias entre entidades responsáveis e organizações públicas e privadas especializadas no tema.
Valorização, registro e salvaguarda dos saberes tradicionais imateriais dos povos indígenas do Oiapoque	Necessidade de sistematização e salvaguarda dos saberes imateriais, que contribuem para seu reconhecimento institucional, apoiam processos educativos interculturais e fortalecem iniciativas de turismo cultural e economia de base comunitária.	Oiapoque	Museu Kuahí, IPHAN, Instituto Iepé, Secretaria de Estado de Povos Indígenas (SEPI); Ministério dos Povos Indígenas	Catalogação e sistematização das informações; Criação de banco de dados e acervo digital acervo dos saberes tradicionais imateriais.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Formação e capacitação de mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de outras comunidades tradicionais	A formação e capacitação de mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de outras comunidades tradicionais são fundamentais para promover autonomia, fortalecer organizações locais e ampliar a participação dessas mulheres nos processos decisórios e nas políticas públicas.	Oiapoque e Pedra Branca do Amapari	Associações; Cooperativas; Organização dos Professores Indígenas; Conselho dos Caciques das Terras indígenas do Oiapoque e Articulação Indígena Rio Oiapoque; ONGs; Organizações Indígenas; Institutos; MPI; SEPI	Capacitação em gestão, empreendedorismo e autonomia econômica; Articulação com lideranças e organizações comunitárias.
Criação de Linhas de Financiamento para estudantes indígenas, quilombolas e ribeirinhos em pesquisa aplicada às demandas de seus territórios, por meio de apoio técnico, bolsas acadêmicas e orientação universitária participativa	Consolidação de políticas afirmativas de forma diferenciada para povos indígenas e comunidades tradicionais, uma vez que barreiras socioeconômicas e institucionais ainda limitam o acesso e a continuidade desses estudantes no ensino superior, bem como sua participação em projetos de pesquisa alinhados às realidades comunitárias.	Pedra Branca do Amapari, Oiapoque, Amapá e Laranjal do Jari	Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, FAPEAP, MCTI, MEC, CNPq, SEED/AP, Secretarias Municipais de Educação, Associações e Cooperativas	Articulação com universidades e instituições como CNPq e CAPES; Instituição de cursos de formação e preparo para ingresso na universidade.
Implementação e adequação de materiais didáticos bilíngues e contextualizados para uso nas escolas indígenas, valorizando as línguas, saberes e histórias das comunidades	A construção de materiais pedagógicos a partir das línguas nativas favorece a permanência dos estudantes na escola e amplia o diálogo entre conhecimentos tradicionais e conteúdos formais. Trata-se de uma ação estratégica para promover educação inclusiva, respeito à diversidade cultural e fortalecimento das comunidades indígenas, contribuindo para a formação de jovens com identidade, autonomia e vínculo com seus territórios.	Povos Indígenas do Oiapoque	Secretaria Municipal de Educação; SEED/AP; IFES, Secretaria de Assuntos Indígenas; OPIMO; MPI; FUNDEB; FNE; SENAR/AP; SISTEMA S; Organizações de professores e pais (associações e sindicatos); MEC; MMA; MCOM; Instituto Iepé	Articulação com FUNAI e Secretarias de Educação; Revisão linguística e pedagógica especializada.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Criação do Gabinete de Gestão Integrado de Fronteira (GGIF)	A criação de um gabinete de gestão integrada de fronteiras, com a participação das secretarias municipais de segurança, em sintonia com os órgãos de segurança estaduais e federais, pode representar um expressivo ganho de eficácia nas ações desenvolvidas em cada município da região.	Toda a Faixa de Fronteira do Amapá	GSI-PR, Polícia Militar, Polícia Civil, Receita Federal, MAPA, Forças Armadas; ABIN, SEJUSP/AP	Articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais; Formalização de acordos de cooperação entre instituições.
Adequação do Aeroporto de Oiapoque para voos comerciais	A adequação do aeroporto de Oiapoque é estratégica para acesso logística do extremo norte do Brasil, com potencial de receber voos comerciais. A importância de manter voos regionais regulares, como estratégia de fomento ao desenvolvimento, pois mesmo com a melhoria da estrada, a distância para a capital do estado é ainda muito grande.	Oiapoque	Ministério de Portos e Aeroportos; ANAC; Infraero	Diagnóstico técnico e operacional do Aeroporto de Oiapoque; Avaliação de processo de regularização e certificação junto à ANAC.
Fortalecimento dos quadros técnicos das instituições voltadas ao controle e fiscalização de fronteiras	A necessidade de ampliar os efetivos da Polícia Federal e de outros organismos de segurança se relaciona com o pequeno número de agentes face à grande área territorial e a constatação de um grave quadro de cometimento de atos ilícitos na região de fronteira.	Locais de difícil lotação	Polícia Federal, Polícia Militar; Polícia Civil; Receita Federal do Brasil; Força Armadas	Ações de Fortalecimento da Gestão Pública como realização de novos concursos públicos; Programas de capacitação e qualificação para os quadros técnicos responsáveis; Estruturação de políticas de incentivo para fixação de servidores em regiões de difícil provimento.

BARÃO DO RIO BRANCO
SENTENCE
SENTENÇA
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CENTENÁRIO DO LAUDO SUÍÇO
PORTAL COMEMORATIVO DA INTEGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA BRASILEIRA
JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
Governador do Estado
JOÃO DOMINAS DA PAIXÃO
Prefeito do Município de Oiapoque
Foto: Fecomércio/AP

Subsídios do IPEA ao debate

Foto: Márcia do Carmo/MTur

O Amapá e a Ilha das Guianas: Subsídios para o Debate sobre Infraestrutura, Bioeconomia e Desenvolvimento Fronteiriço[1]

O Amapá no Contexto Pan-Amazônico e Marco Institucional

As fronteiras amazônicas apresentam condição de hiperperiferia logística e produtiva, com impactos sobre bem-estar, desenvolvimento, segurança e soberania. Essa condição amplia vulnerabilidades (desmatamento, garimpo, trânsitos ilícitos) e limita oportunidades socioeconômicas e de sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, a dinâmica econômica recente aproxima o Brasil de vizinhos do Pacífico e do Caribe, abrindo novas oportunidades logísticas e produtivas que exigem planejamento e coordenação regional.

Entre 28 de maio e 5 de junho de 2024, três decretos centrais compuseram um novo arranjo de políticas: a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul (Decreto nº 12.034/2024), a Política Nacional de Fronteiras (Decreto nº 12.038/2024) e a Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024). No âmbito do MIDR (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional) foram editadas a Estratégia de Desenvolvimento Regional e Bioeconomia – BioRegio (Portaria nº 3.717, de 30 de novembro de 2023) e o Programa Fronteira Integrada (Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024). Esses marcos criam condições institucionais para articular integração física e digital, desenvolvimento fronteiriço e bioeconomia em chave pan-amazônica, desde que acompanhados de governança com os países vizinhos.

---

1. Esta nota foi preparada no âmbito do Projeto ***"Integração Regional: o Brasil e a América do Sul"*** da Diretoria de Estudos Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em cooperação com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), pelos pesquisadores: ***Pedro Silva Barros:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Luiz Marcelo Michelon Zardo:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Cláudio Alberto Castelo Branco Puty:*** *Professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA);* ***Corival Alves do Carmo:*** *Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS);* ***Helitton Christoffer Carneiro:*** *Assistente de pesquisa do Ipea;* ***Leandro Fontes Corrêa:*** *Assistente de pesquisa do Ipea e* ***Matheus Valadares da Silva:*** *Assistente de pesquisa do Ipea.*

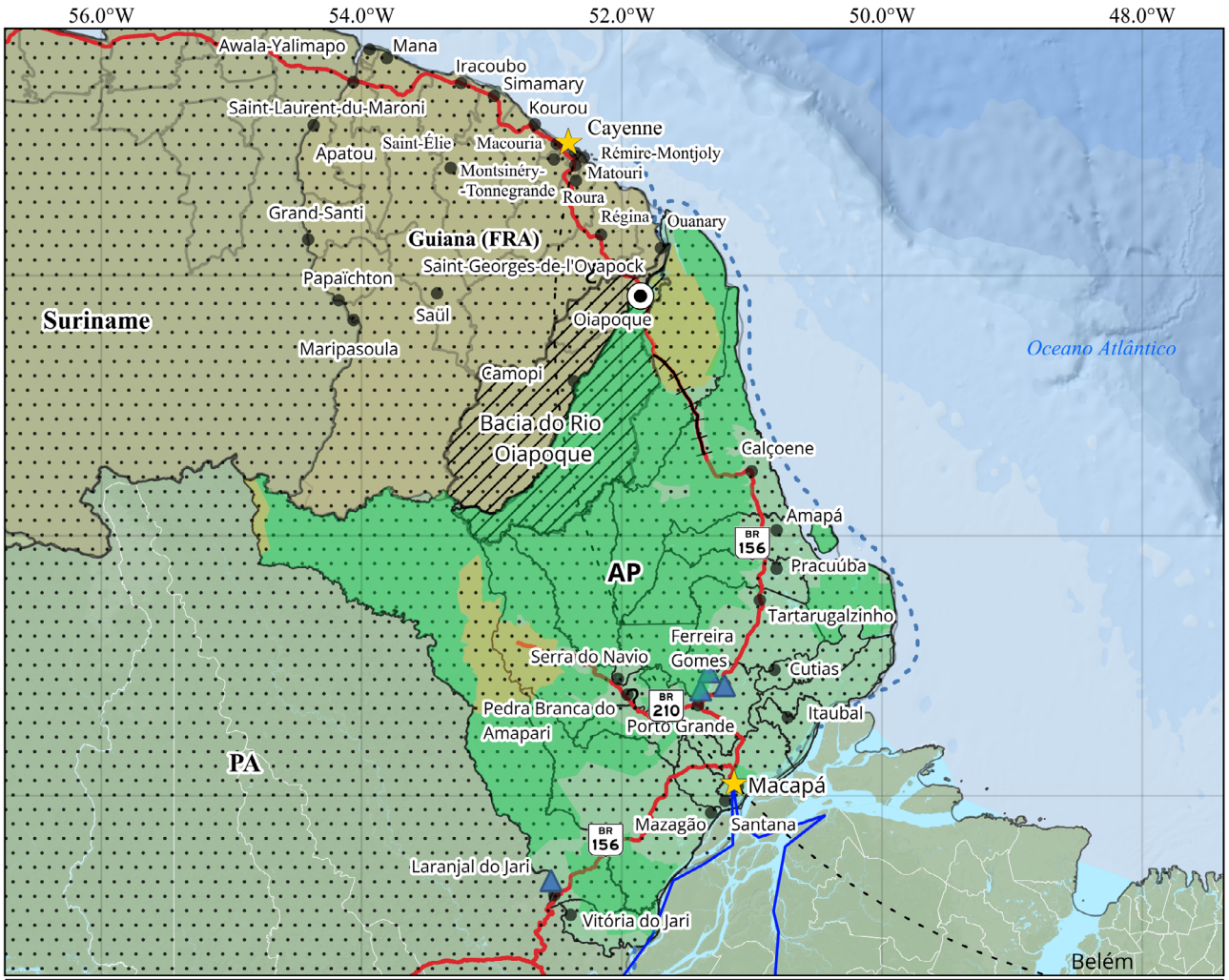
No plano conceitual, adota-se a perspectiva da Pan-Amazônia — pensar a região como bioma e território interdependente — e os binômios interdependência–dissuasão e segurança-desenvolvimento para o fortalecimento da soberania, enfatizando que integração produtiva e infraestrutura devem caminhar com participação de entes subnacionais e privada. Destacam-se, ainda, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal (CAL) como instâncias-chave de coordenação.

Para compreender a inserção do Amapá no cenário regional contemporâneo, é imperativo analisar sua dimensão territorial, suas especificidades sociodemográficas e seu papel geopolítico histórico e atual. O estado do Amapá compreende uma área de 142,8 mil km², caracterizada por extensas coberturas de floresta tropical nativa, uma expressiva faixa costeira e uma vasta plataforma continental no Atlântico. Faz limites ao norte com a Guiana Francesa, a nordeste com o Suriname, a leste com o Oceano Atlântico e, ao sul e oeste, com o estado do Pará. O desafio é que o Amapá deixe de ser apenas uma ponta frágil ou o último destino das cadeias de distribuição no extremo setentrional brasileiro e se consolide com um nó logístico essencial da Ilha das Guianas, articulando o Norte do Brasil como os vizinhos menores do Norte da América do Sul e com o Caribe.

A "Ilha das Guianas" é a porção territorial delimitada pelas bacias do Rio Amazonas e do Rio Orinoco e pelo Oceano Atlântico. Ela abrange os estados brasileiros do Amapá e Roraima, o norte do Pará e do Amazonas, além da Guiana Francesa, Suriname, Guiana e o sul da Venezuela. A configuração do Amapá está vinculada a esse conceito geopolítico, denota a influência e presença brasileira a partir da foz do Rio Amazonas em direção ao Caribe e, por extensão, ao Atlântico Norte. A história de formação do Amapá confunde-se, assim, com a consolidação das fronteiras amazônicas e a defesa da soberania nacional, onde o território passa a ser ressignificado como vetor de integração sul-americana e de projeção internacional. Nesse amplo sistema pan-amazônico, cidades de maior porte como Manaus atuam como grandes articuladores da macrorregião, enquanto o Amapá oferece a saída atlântica para terceiros mercados, incluindo a Europa e Ásia.

A fronteira terrestre do Amapá com a Guiana Francesa, com extensão aproximada de 730 km — dos quais 303 km por linha seca e 427 km por rios, lagos e canais, majoritariamente pelo rio Oiapoque — é singular por ser o único limite terrestre entre os blocos Mercosul e União Europeia, uma vez que a Guiana Francesa é um departamento ultramarino da França. Esse traço geográfico confere à região um valor geopolítico e econômico únicos. O epicentro dessa dinâmica encontra-se nas cidades-gêmeas de Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges-de-l'Oyapock (Guiana Francesa) (Mapa 1).

Mapa 1 - Fronteira Amapá-Guiana Francesa



Fonte: Projeto “Integração Regional: o Brasil e a América do Sul”. Elaborado pelos autores (2026).

O mapa do estado do Amapá com destaques para a fronteira com a Guiana Francesa e a infraestrutura existente evidencia a escassa conectividade a dependência de combinação de modais para o deslocamento de bens e pessoas Além disso, o estado apresenta vulnerabilidade energética e comunicacional, sem redundâncias no fornecimento. Não é possível, por exemplo, acessar nenhuma capital de outra Unidade da Federação por terra. Também não há, ainda, conexão pavimentada entre sua capital Macapá e as fronteiras com a Guiana Francesa e o Suriname. Ao mesmo tempo, a extensão dos rios, dos territórios indígenas e das áreas protegidas define limites ambientais e socioculturais fundamentais, impondo desafios à integração física e à gestão compartilhada das fronteiras. Destaca-se, também, o porto de Santana, na Foz do Amazonas, que tem ganhado importância nas conexões de exportações do Brasil, seja do Amapá como de outros estados que têm utilizado crescentemente as rotas fluviais do Arco Norte, notadamente o Mato Grosso.

A articulação logística do Amapá, porém, deve ser planejada levando em conta o "Anel de Infraestrutura da Ilha das Guianas". O planejamento do setor de transportes poderá — se considerar adequadamente o potencial da multimodalidade — transformar a realidade logística na Ilha das Guianas. Nesse espaço pouco articulado é fundamental promover o uso de embarcações marítimas e fluviais, de modo a complementar os fluxos das poucas estradas existentes. O quadro síntese do transporte rodoviário na Ilha das Guianas, inclusive com identificação dos trechos cuja pavimentação deve ser priorizada, como ocorre entre Lethem e Mabura Hill (324 km), na Guiana, e o trecho norte da BR-156, entre Calçoene-AP e Oiapoque-AP (110 km), estão assinalados, no mapa 1. São igualmente importantes a construção e modernização de dezenas de pontes ao longo da rodovia que conecta Roraima, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Amapá, com destaque para as pontes sobre os rios Essequibo (na Guiana), Courantyne (na divisa da Guiana com o Suriname) e Maroni (limite natural entre o Suriname e a Guiana Francesa). Em alguns trechos da mencionada rodovia, faz-se necessário o uso de balsas (*ferry boat*) para transpor alguns cursos d'água e seguir caminho, como ocorre entre Guiana e Suriname, e entre Suriname e Guiana Francesa, situações que até hoje impactam negativamente a eficiência logística e fluidez do transporte intrarregional. Na Guiana, também há pontes flutuantes, como a *Mabey bridge* sobre o rio Berbice e a *Demerara Harbour bridge*, sobre o rio Demerara, sendo esta uma infraestrutura flutuante e retrátil que precisa ser em parte desmontada — ao menos enquanto a nova infraestrutura de concreto segue em construção quando embarcações de maior porte necessitam seguir trajeto.

A tríade das conexões elétricas — via Manaus, Venezuela e Guiana — será essencial para a conformação de um anel de integração elétrica na Ilha das Guianas. Esse novo hub energético regional, estruturado a partir de fontes complementares, como a interconexão elétrica do Linhão Tucuruí, a integração elétrica com a Venezuela desde suas hidrelétricas no Baixo Caroní, como a usina hidrelétrica de Guri e a interligação elétrica com a Guiana serão fundamentais tanto para o abastecimento energético das populações do norte do Brasil como do extremo Norte da América do Sul. Há, ainda, grande potencial de comercialização de

energia elétrica na Ilha das Guianas dada a complementaridade dos regimes pluviométricos regionais. Em síntese, significa dizer que os momentos de baixa produção das hidrelétricas amazônicas brasileiras, coincide com o período de maior produção de hidroeletricidade dos vizinhos Guiana e Suriname. O contrário também é válido, quando as hidrelétricas da Amazônia brasileira estão em capacidade máxima - ou em patamares próximos disso — as instalações de Guiana e Suriname estão produzindo menos, o que facilita o intercâmbio complementar de energia elétrica no âmbito da Ilha das Guianas.

A caracterização socioespacial dessas cidades-gêmeas expõe um cenário de assimetrias periféricas contundentes. Embora formem um espaço urbano quase contíguo, interligado pela economia de travessia e pelo comércio de curto raio, as disparidades na capacidade institucional, na provisão de serviços públicos e na infraestrutura são profundas.

Essa assimetria gera uma intensa demanda pendular por serviços públicos e privados de ambos os lados da fronteira. A população frequentemente cruza o rio em embarcações informais ou em automóveis via Ponte Binacional em busca de atendimento em saúde, educação e oportunidades de trabalho. As deficiências na infraestrutura de um lado acabam por sobrecarregar os equipamentos sociais do outro, intensificando dinâmicas migratórias (tanto legais quanto irregulares), episódios de deportações e tensões sociais que demandam uma gestão coordenada que ultrapasse os limites clássicos da soberania fechada.

Para estruturar essa integração, a literatura especializada e os relatórios técnicos, respaldados por autores do estado e do país vizinho que analisam as representações sociais e o papel dos catraieiros, recomendam a formalização de instrumentos robustos de governança.

De forma similar a outras fronteiras amazônicas, o limite urbano brasileiro-francoguianense carece planejamento bilateral e respaldo normativo sólido para direitos vicinais, como seriam o Plano Diretor Conjunto[2] entre Oiapoque-Saint-Georges ou um Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV)[3] nos moldes dos já existentes no âmbito do MERCOSUL. Esse plano diretor, de caráter orientativo, deve abranger o zoneamento urbano e ambiental, mapas de risco para cheias e estiagens, a definição de corredores

2. Refere-se, aqui, a arranjos institucionalizados de diálogo que permitam o endereçamento mais efetivo de problemas compartilhados, assim como a identificação e o usufruto conjunto das oportunidades existentes — constituindo uma espécie de plano diretor binacional. Nesse sentido, um bom referencial é o modelo de consórcio internacional de fronteira, existente entre Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Argentina). Ainda que semelhante instrumento não possua força jurídica diante das legislações nacionais de cada país, seu potencial papel diretivo e orientativo auxiliaria no ordenamento da integração transfronteiriça.
3. Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL (ALFVM) foi aprovado pela Decisão CMC N° 13/2019 e estabelece um marco regional voltado à integração das comunidades fronteiriças do bloco, proporcionando aos habitantes das localidades vinculadas o direito a tratamento diferenciado em diversas matérias (como temas econômicos, laborais, de acesso aos serviços públicos de saúde, ensino e cultura, de trânsito, entre outros). O Acordo tem o objetivo de simplificar a convivência das Localidades Fronteiriças Vinculadas e impulsionar a integração das mesmas — ao todo, são determinadas mais de quarenta localidades vinculadas que se dividem nas fronteiras entre Brasil, Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

logísticos binacionais e a proteção do patrimônio sociocultural, promovendo um modelo de governança territorial com participação privada e forte envolvimento dos atores subnacionais e da sociedade civil local. No aspecto sociodemográfico e ambiental, a região de Oiapoque e Saint-Georges é marcada pela expressiva presença de povos indígenas, que representam uma porcentagem estrutural e culturalmente determinante da população local (mais de 8 mil brasileiros indígenas em Oiapoque, que correspondem a mais de 29% da população do município e a mais de 71% do total de indígenas do Amapá). As terras indígenas (como Uaçá, Juminá e Galibi, do lado brasileiro) e as comunidades no entorno operam frequentemente com dinâmicas transfronteiriças, circulando e mantendo laços de parentesco e comércio independentemente das barreiras aduaneiras.

Os dados de monitoramento territorial, como os do MapBiomas, evidenciam altas taxas de cobertura florestal remanescente e baixo desmatamento histórico na região, indicando que o bloco florestal da Ilha das Guianas está entre os mais preservados do mundo. Além das terras indígenas, as cidades-gêmeas são cercadas por um cinturão de proteção composto por unidades de conservação, como o Parque Nacional do Cabo Orange no Brasil e o Parc Amazonien de Guyane na França.

Superar o isolamento histórico e impulsionar o desenvolvimento dessas localidades exige a consolidação de um anel de infraestrutura multimodal (abrangendo transporte, energia e comunicação) adaptado às necessidades e condições amazônicas. No setor de transportes, o gargalo histórico da pavimentação integral da rodovia BR-156 é central para diminuir a condição de periferia logística de Oiapoque. Para que o estado do Amapá seja parte de um espaço mais amplo, porém, é fundamental que a ponte que liga o estado à Guiana Francesa e, por extensão, ao Suriname, Guiana e Roraima, deixe de ser uma barreira regulatória intransponível, com seguro impraticável e restrições fitossanitárias proibitivas.

No âmbito energético, além das recentes perspectivas de exploração na Margem Equatorial pela Petrobras, impõe-se a necessidade de se estruturar um sistema de abastecimento robusto e resiliente, que propicie segurança na cobertura elétrica mediante a compra e venda de excedentes elétricos, de maneira complementar, durante diferentes épocas do ano, em razão de regimes hidrológicos complementares no Escudo das Guianas. No tocante a comunicação, a conexão de cabos submarinos de fibra óptica que chegam da Europa via Guiana Francesa fortalece a resiliência cibernética e atrai novos serviços tecnológicos.

Nesse cenário de integração econômica, a política de incentivos e marcos regulatórios como a Área de Livre Comércio (sob a alçada da Suframa, mas hoje restrita no Amapá aos municípios de Macapá e Santana) e o potencial para a implementação de uma Zona Franca Verde[5] tornam-se instrumentos fundamentais. Tais arranjos oferecem uma oportunidade para alavancar produtos da bioeconomia e da sociobiodiversidade.

Com a infraestrutura adequada, a fronteira deixa de ser vista apenas como um limite de passagem para tornar-se uma plataforma de valor. É possível estruturar cadeias produtivas divididas de forma eficiente, realizando, por exemplo, a semimanufatura sustentável e seu acabamento no espaço fronteiriço, maximizando a vocação ambiental e a localização estratégica do Amapá. A integração pan-amazônica passa, portanto, pelo reconhecimento de que as fronteiras do Arco Norte devem ser espaços estratégicos, em termos de segurança energética, justiça ambiental, dinâmica socioprodutiva e projeção geopolítica do Brasil em direção ao Caribe.

O Amapá no Contexto Pan-Amazônico e Marco Institucional

A fronteira amapaense, em sua complexa interface com a Guiana Francesa, constitui um espaço territorial onde dinâmicas globais e locais se encontram de forma singular, sendo a única divisa terrestre que conecta o Mercosul à União Europeia. O centro dessa integração e o principal laboratório para políticas de cooperação transfronteiriça no extremo norte do Brasil se localizam na interação entre Oiapoque, no estado do Amapá, e Saint-Georges-de-l'Oyapock, no departamento ultramarino francês. Esse núcleo urbano transfronteiriço opera sob a dinâmica das chamadas cidades-gêmeas, onde as interações sociais, econômicas e ambientais transcendem as delimitações formais do Estado-Nação, criando um território de forte interdependência funcional e, simultaneamente, de marcantes assimetrias periféricas.

A caracterização socioespacial destas cidades-gêmeas evidencia uma realidade dual. Por um lado, há uma "economia de travessia" e de comércio de curto raio, fomentada pelas trocas cotidianas, pelo fluxo de trabalhadores, pela prestação de serviços e por redes de solidariedade e parentesco que unem as duas margens do Rio Oiapoque. Por outro lado, o espaço é cindido por desníveis acentuados em termos de infraestrutura, renda e capacidade institucional. As vulnerabilidades socioeconômicas estruturais, historicamente presentes na periferia amazônica, manifestam-se no lado brasileiro através de déficits em saneamento, pavimentação urbana e equipamentos públicos, enquanto a margem francesa atrai fluxos migratórios devido à sua moeda valorizada (o Euro) e a um sistema de bem-estar social mais estruturado, embora também sofra com pressões locais e deficiências em relação à metrópole europeia.

5. A Zona Franca Verde (ZFV) é um regime instituído pela Lei nº 11.898/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.597/2015, concedendo isenção de IPI para atividades de beneficiamento industrial em áreas de livre comércio (ALCs) da Suframa, com a condicionalidade de que se empreguem, predominantemente, matérias-primas regionais de origem animal, vegetal ou mineral.

O resultado direto dessa assimetria socioespacial é uma intensa demanda por serviços públicos e privados de forma pendular, sobrecarregando os dois lados da fronteira. A busca por atendimento em saúde e por vagas na educação básica gera tensões constantes no planejamento municipal de Saint-Georges e Oiapoque. É frequente a circulação de pacientes buscando estruturas hospitalares de maior complexidade, campanhas de vacinação ou atendimento de emergência do outro lado do rio, assim como o trânsito de estudantes. Da mesma forma, o comércio de bens de consumo, materiais de construção e serviços de subsistência no Brasil supre uma demanda estrutural da Guiana Francesa. Esse cenário demonstra que gerir as cidades-gêmeas de modo isolado é administrativamente ineficiente e socialmente insustentável. As crises migratórias e as deportações, muitas vezes relacionadas a garimpos ilegais ou à busca por trabalho informal, acentuam a necessidade de um ordenamento territorial integrado que reconheça as necessidades cotidianas da população local.

Para dar resposta a essa complexa rede de interações e assimetrias, os marcos de governança apontam para duas soluções institucionais: a celebração de um Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV)[6] e a elaboração de um Plano Diretor Conjunto. O ALFV visa conferir uma base jurídica sólida para o trânsito vicinal e para a cooperação intermunicipal nas áreas de saúde, educação, defesa civil e transporte, facilitando o fluxo de residentes fronteiriços sem ferir as prerrogativas de segurança aduaneira e imigratória. Paralelamente, a formulação de um Plano Diretor Conjunto Oiapoque-Saint-Georges, de caráter orientativo, torna-se a ferramenta técnica indispensável para a gestão do território. Esse plano deve incorporar zoneamentos urbanos e ambientais compatíveis, definir diretrizes de uso do solo, estabelecer corredores logísticos binacionais eficientes e, fundamentalmente, elaborar mapas de risco voltados para a resiliência climática frente a cheias e estiagens, promovendo também a proteção sociocultural contínua. Essa governança deve ser participativa, engajando não apenas autoridades federais de Brasília e Paris, mas obrigatoriamente atores subnacionais, municípios e a iniciativa privada.

Adentrando a caracterização demográfica e cultural do território, destaca-se o peso estrutural da presença dos povos originários. A região de Oiapoque e Saint-Georges é marcada por uma alta porcentagem da população declarada indígena. Esta sociodiversidade se organiza em um mosaico de terras indígenas, com destaque para grandes territórios do lado brasileiro — como as terras Uaçá, Juminá e Galibi — que reúnem povos como os Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi do Oiapoque. As populações indígenas não apenas precedem as fronteiras nacionais, como mantêm circuitos de mobilidade transfronteiriça, relações de parentesco e redes de troca que desafiam a lógica alfandegária clássica. A proteção e a inserção dessas populações nos processos decisórios, como os diálogos sobre o asfaltamento da BR-156, são pilares para a estabilidade social e a salvaguarda de seus direitos territoriais.

6. Por acordos de localidades fronteiriças vinculadas, entendem-se tratados bi ou plurinacionais que regulem e estimulem os fluxos transnacionais entre residentes de regiões de fronteira.

A permanência dessas culturas está visceralmente ligada ao paradigma do desenvolvimento com a "floresta em pé" e adaptado à realidade amazônica. Sob o prisma ambiental, as cidades-gêmeas encontram-se abraçadas por um cinturão verde transnacional que forma um dos blocos florestais mais conservados do planeta. De acordo com os dados de monitoramento do uso e cobertura da terra, a região fronteiriça ostenta índices mínimos de desmatamento histórico, mantendo a quase totalidade de sua cobertura florestal remanescente nativa. Esse estado de conservação superlativo não é acidental, mas fruto direto do ordenamento territorial rigoroso imposto pela delimitação de vastas áreas protegidas.

A descrição do entorno de Oiapoque e Saint-Georges revela uma superposição de categorias de proteção e terras indígenas. Do lado brasileiro, para além das terras indígenas supracitadas, destaca-se o Parque Nacional do Cabo Orange, uma unidade de conservação de proteção integral que resguarda ecossistemas costeiros, manguezais e biodiversidade estuarina de importância global. Complementam a rede unidades de conservação de uso sustentável e parques estaduais amapaenses que formam corredores ecológicos robustos. Do lado francês, a espinha dorsal da conservação é estruturada pelo Parc Amazonien de Guyane, que atua em sinergia com reservas biológicas e áreas de proteção do litoral guianense.

Infraestrutura Amapaense: Transporte, Energia e Comunicação

A superação das assimetrias periféricas e o reposicionamento do estado do Amapá como um nó articulador no sistema amazônico e sul-americano dependem, intrinsecamente, da consolidação de uma infraestrutura robusta, multimodal e estritamente adaptada às necessidades e condições amazônicas. Historicamente periférico, no extremo setentrional do Brasil, o estado evidenciou suas profundas vulnerabilidades estruturais de forma dramática durante a crise energética de 2020. Esse episódio, que paralisou a economia e a sociedade local, demonstrou que a segurança e a resiliência do Amapá não podem ser tratadas como questões meramente locais, mas exigem uma leitura integrada da geografia e da inserção regional do estado na Ilha das Guianas.

Para reverter esse quadro histórico de isolamento, a literatura técnica e os diagnósticos de desenvolvimento regional apontam para a necessidade premente de estruturar um "anel de infraestrutura multimodal", fundamentado em três pilares indissociáveis: energia, transporte e comunicação. A concepção deste anel logístico e tecnológico não se destina apenas a interligar o Amapá ao restante do Brasil, mas a projetá-lo internacionalmente, conectando-o fisicamente e economicamente à Guiana Francesa, ao Suriname, à Guiana, ao sul da Venezuela e aos mercados do Caribe e da União Europeia.

No pilar de energia, a superação do trauma de 2020 passa pela proposta estratégica de criação de um “Anel da Ilha das Guianas” ou anel do Arco Norte. Este modelo defende a interligação das redes de geração e transmissão de energia englobando o Amapá, os países vizinhos (Guiana Francesa, Guiana e Suriname),

Roraima e a calha norte do Amazonas e do Pará. A lógica subjacente é pautada na complementaridade de recursos: regimes hidrológicos distintos entre o Escudo das Guianas e o sul da Amazônia permitiriam amortecer choques de oferta e distribuir excedentes com eficiência. Essa integração transformaria a borda norte do país em um pilar de segurança elétrica continental. Paralelamente, o cenário energético atual ganha uma nova e decisiva dimensão com o avanço da prospecção na Margem Equatorial Brasileira. A obtenção de licenças pré-operacionais pela Petrobras para a perfuração de poços exploratórios em águas profundas do Amapá (como o bloco FZA-M-59, localizado a aproximadamente 175 km da costa) consolida uma nova fronteira energética. Esta frente, que dialoga com as descobertas massivas de hidrocarbonetos na Guiana e no Suriname, possui o potencial de induzir a modernização da infraestrutura marítima e portuária local — a exemplo do Porto de Santana —, exigindo, contudo, rigorosa governança sobre os riscos e impactos socioambientais.

No pilar de transporte, a matriz de integração terrestre esbarra em um gargalo histórico e estrutural: a pavimentação integral da rodovia BR-156. Com aproximadamente 820 km de extensão, a rodovia é a espinha dorsal logística do estado, ligando o sul (Laranjal do Jari) ao extremo norte (Oiapoque). A BR-156 precisa ser compreendida como o principal eixo material da integração da Ilha das Guianas. Sem sua conclusão, o Amapá continuará isolado por via terrestre de seu entorno pan-amazônico e caribenho. Quando finalizada e devidamente articulada à Ponte Binacional que liga o Brasil à Guiana Francesa sobre o rio Oiapoque, a rodovia permitirá que a região atravesse definitivamente a virada de um território periférico para um centro logístico transfronteiriço. O planejamento dessas obras, além de cronogramas físicos, exige pesadas contrapartidas ambientais e ações sociais sensíveis, como a instalação de equipamentos comunitários nas aldeias indígenas margeadas pelo traçado, atestando a necessidade de adaptar a engenharia civil às realidades socioculturais da floresta.

No pilar de comunicação, a infraestrutura moderna exige redundância, resiliência e baixa latência. Aproveitando a sua posição geográfica privilegiada, o Amapá articula-se para se conectar a cabos submarinos de fibra óptica que chegam da Europa e aportam na Guiana Francesa. O avanço dessas tratativas, pautado nas reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França (CMT), cria a possibilidade de estabelecer um "terceiro ponto" de entrada internacional de dados no Brasil. Essa conexão direta fortalece a resiliência cibernética da região Norte e atua como vetor de atração para serviços digitais, financeiros e para o próprio gerenciamento logístico e alfandegário das cidades-gêmeas, pavimentando o terreno para a economia de travessia e a facilitação do comércio exterior.

O desenvolvimento do anel multimodal requer uma governança sobre infraestrutura (transportes, energia e comunicação) com ampla participação da sociedade civil organizada, representantes do setor privado e atores subnacionais, desde a fase de planejamento até a implementação, dando os projetos de maior

resiliência e garantindo sua continuidade. Nesse sentido, é esperada a abertura de mesa decisória a prefeituras, consórcios intermunicipais, federações empresariais, cooperativas e fundos de desenvolvimento regional.

Essa governança compartilhada e adaptada permite desenhar instalações fundamentais para as cidades-gêmeas de Oiapoque e Saint-Georges, como zonas logísticas com procedimentos aduaneiros espelhados, pátios de frio para a conservação de perecíveis da bioeconomia, postos de fiscalização conjuntos e laboratórios de controle de qualidade com reconhecimento bilateral. Com uma infraestrutura multimodal planejada sob a ótica da governança regional participativa, o Amapá deixará de absorver passivamente os choques de sua condição limítrofe para atuar como a grande porta de saída do Brasil para o Caribe, o Pacífico e a União Europeia, ancorando seu desenvolvimento na resiliência e na integração soberana.

Produção e Bioeconomia[7]

A transição de uma economia baseada no extrativismo informal e de subsistência para um modelo de desenvolvimento sustentável de alto valor agregado é o principal desafio produtivo da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. O debate sobre produção e desenvolvimento regional nesta porção da Amazônia exige a compreensão de que a "floresta em pé" não é um obstáculo ao crescimento, mas o principal ativo estratégico do território. A adoção da bioeconomia como matriz natural dessa virada — conforme preconizado por instrumentos como a Estratégia Nacional de Bioeconomia — representa a oportunidade de converter a vasta sociobiodiversidade amapaense em vetor de integração regional, geração de renda e inserção internacional, sendo a melhoria da infraestrutura um componente fundamental.

A caracterização da estrutura produtiva atual de Oiapoque e de Saint-Georges-de-l'Oyapock reflete as dinâmicas de uma "hiperperiferia". Do lado brasileiro, a economia local tem se concentrado historicamente em atividades informais, de baixa sustentabilidade e pouca sofisticação tecnológica. Os setores mais dinâmicos são o garimpo (frequentemente ilegal e com fortes repercussões transfronteiriças) e o pequeno comércio informal. A produção agrícola é majoritariamente voltada para a subsistência, e as exportações do município são residuais. Do lado francês, a economia também opera em pequena escala, sendo fortemente dependente de transferências da metrópole europeia, do emprego no setor público e de serviços básicos.

7. Em razão da não existência de classificações específicas sobre produção da bioeconomia, com abrangência que contemple até o nível municipal brasileiro, optou-se por mapear toda a produção do setor primário — com exceção do extrativismo mineral — existente no estado do Amapá e no município de fronteira de Oiapoque, em 2024. Buscou-se, primeiro, apresentar quais foram as dimensões produtivas de cada município e estado selecionados, independentemente do perfil do produto primário e, posteriormente, analisar em seção específica a produção local que é compatível com a floresta em pé. Para referenciar a produção agropecuária formal amapaense, foram utilizadas as base de dados oficiais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente as pesquisas de Produção Agrícola Municipal (PAM), de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) e a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

A ausência de cadeias produtivas estruturadas gera um desequilíbrio profundo, resultando em uma intensa e contínua demanda por serviços públicos e privados de ambos os lados da fronteira. A população que não encontra inserção produtiva formal no lado brasileiro frequentemente migra ou circula em busca de oportunidades (muitas vezes na economia clandestina) na Guiana Francesa. Esse fluxo resulta em uma constante pressão sobre os sistemas de saúde, educação e assistência social, culminando em tensões diplomáticas e em milhares de deportações anuais de brasileiros. Superar essa dependência de serviços assistenciais e da informalidade exige a estruturação de uma economia vibrante, enraizada na vocação do território.

Nesse contexto, o desenvolvimento com a "floresta em pé" e adaptado à realidade local emerge como o paradigma produtivo central. O estado do Amapá destaca-se por possuir índices altíssimos de conservação, com mais de 70% do seu território sob alguma forma de proteção e cobertura florestal nativa mantida. Essa condição, atestada pelos monitoramentos históricos da cobertura da terra, qualifica o estado para liderar a produção de bens da sociobiodiversidade. Há um imenso potencial reprimido em cadeias produtivas específicas, tais como: o açaí, a castanha-do-Pará, óleos vegetais, resinas, frutas nativas, além da pesca artesanal e da madeira de manejo sustentável.

Para que essas cadeias alcancem competitividade, é necessário estruturar polos de processamento leve tanto na região metropolitana (Macapá/Santana) quanto na própria fronteira (Oiapoque). A fronteira não deve ser vista apenas como um ponto de escoamento primário, mas como um espaço de integração produtiva onde as etapas das cadeias de valor podem ser divididas de forma eficiente. A agregação de valor local depende diretamente da implementação de sistemas de rastreabilidade e certificações internacionais (como certificação orgânica, de comércio justo e selos de carbono), essenciais para acessar o exigente mercado da União Europeia via Guiana Francesa.

Nesta arquitetura econômica, os instrumentos de política fiscal e os incentivos tributários desempenham um papel decisivo. A plena utilização da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (sob jurisdição da Suframa) e os incentivos inerentes a uma Zona Franca Verde representam alavancas institucionais fundamentais. O potencial da Zona Franca Verde, desenhada para fomentar indústrias que utilizem matéria-prima regional de origem florestal, pesqueira e agropecuária, casa perfeitamente com a necessidade de industrializar a bioeconomia do Amapá. A concessão de benefícios tributários compensaria os altos custos logísticos da região e estimularia a formalização dos negócios, transformando produtos brutos da biodiversidade em bioprodutos de alto valor agregado, como fitoterápicos, cosméticos e alimentos funcionais. Aliada ao regime de Área de Livre Comércio, essa estrutura reduziria o custo de conformidade e tornaria a fronteira um ecossistema produtivo atrativo tanto para o capital nacional quanto estrangeiro.

Entretanto, as limitações logísticas, energéticas e institucionais — abordadas nas seções anteriores — são os principais gargalos para que a bioeconomia alcance escala. Os produtos da sociobiodiversidade são frequentemente perecíveis e exigem padrões rigorosos de transporte e armazenamento. A precariedade da BR-156, a falta de pátios de frio (câmaras frigoríficas) na fronteira, a subutilização da Ponte Binacional por falta de harmonização normativa aduaneira e as restrições operacionais do Porto de Santana encarecem os fretes e inviabilizam a competitividade dos produtos amazônicos frente a mercados globais. Além disso, as barreiras fitossanitárias impostas pela União Europeia exigem que o Brasil e a França estruturem laboratórios de controle de qualidade com reconhecimento bilateral e postos de fiscalização conjuntos nas cidades-gêmeas, facilitando o trânsito legal de mercadorias. A consolidação desse modelo bioeconômico não se restringe às trocas de curto raio entre Oiapoque e Saint-Georges. Ela se insere em um projeto geopolítico mais amplo: a projeção do Brasil ao Caribe, ao Pacífico e à Europa.

Por fim, o êxito dessa transição produtiva depende da cooperação científica e tecnológica transfronteiriça. A inovação na bioeconomia requer investimentos robustos em pesquisa e desenvolvimento aplicados à realidade amazônica. A aproximação entre instituições como o Campus Binacional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em Oiapoque, a Université de Guyane, o CIRAD e o IRD é o caminho para desenvolver soluções técnicas, combater pragas que afetam culturas locais (como a vassoura-de-bruxa na produção de mandioca) e mapear novos princípios ativos na biodiversidade.

O fortalecimento da produção sustentável e da bioeconomia, amparado por instrumentos como a Zona Franca Verde e a Suframa, e habilitado por infraestrutura resiliente, é a única estratégia capaz de suplantar a economia de subsistência e informalidade. Transformar a hiperperiferia de Oiapoque em um polo dinâmico de integração pan-amazônica garantirá não apenas a retenção de riqueza e a geração de empregos qualificados no território, mas também a consolidação da liderança brasileira na agenda global de sustentabilidade e bioeconomia tropical.

A produção agrícola do Amapá foi avaliada a partir de diferentes variáveis, seja em volume produzido (em toneladas), ou em valor da produção (em milhares de reais). Através delas foi possível extrair novas informações cruzadas, como, por exemplo, o valor monetário por tonelada da produção de um determinado bem agrícola, ou ainda, qual cultura agrícola gerou mais recursos por tonelada produzida no Amapá e em Oiapoque-AP. Também foi possível, em alguns casos, situar o nível de produção do estado e dos municípios selecionados em relação aos apresentados pela região Norte e pelo Brasil.

Em síntese, a produção agrícola do Amapá apresentou modesta dinâmica e escala produtivas. O estado não teve uma participação significativa em relação à produção nortista em nenhum produto agrícola cultivado em solo amapaense. A mandioca, que foi a principal produção agrícola estadual no ano de 2024, com

volume estimado em 108,5 mil toneladas, representou somente 1,8% da produção da raiz cultivada na região Norte. O município fronteiriço de Oiapoque-AP foi o responsável pela produção de 10,9 mil toneladas de mandioca, equivalente a 10,1% da produção do estado, voltada para o consumo interno daquela região de fronteira. Outros produtos agrícolas tiveram uma escala consideravelmente menor, como ocorreu com o açaí (com 22,2 mil toneladas), a soja (20,3 mil toneladas) e a banana (14,9 mil toneladas). Diversas frutas e cereais também constaram na pauta produtiva agrícola amapaense. Ao município de Oiapoque-AP coube pequena participação na produção agrícola do estado.

Em termos de geração de recursos, em reais, a produção agrícola do Amapá alcançou o valor de R$ 206,4 milhões no ano de 2024, dos quais o cultivo do açaí foi o maior responsável, com uma produção estimada em R$ 65,5 milhões. Seguiram a lista a produção de mandioca, com R$ 55,5 milhões, de banana, com R$ 29,2 milhões, de soja, com R$ 24,7 milhões, entre outros bens agrícolas produzidos no estado.

Chama a atenção que a produção agrícola per capita no estado do Amapá apresentou resultado inferior à produção agrícola per capita da região Norte em todos os produtos listados. Portanto, um amapaense produziu, em média, menos açaí, mandioca, banana, soja, frutas, cana-de-açúcar, milho, feijão e arroz que um residente da região Norte, ao menos em valor gerado por habitante, em 2024. O município fronteiriço de Oiapoque-AP apresentou resultado per capita superior à média estadual quanto à produção de mandioca, de banana e frutas, as exceções foram o açaí, milho, feijão e arroz, cuja produção per capita foi inferior à média estadual.

Ao longo do presente relatório será possível perceber que a produção de alguns produtos, como o açaí e a borracha, serão analisadas não somente a partir da produção agrícola dos estados e municípios selecionados, mas também a partir da produção do extrativismo vegetal. Vale ressaltar que a diferença fundamental reside no fato de a produção da primeira (agrícola) estar relacionada com práticas de manejo e cultivo, enquanto que a produção da última (extrativismo) se dá em áreas de ocorrência espontânea da cultura.

Assim como ocorreu no âmbito da produção agrícola, o extrativismo vegetal amapaense também apresentou uma produção bastante limitada, especialmente no tocante aos produtos compatíveis com a floresta em pé. Nesse segmento, o estado produziu apenas três diferentes produtos alimentícios, que foram o açaí, a castanha-do-pará e o palmito. Tal panorama é fundamental para entender a necessidade de se promover políticas públicas voltadas ao fomento das atividades da bioeconomia no estado. O planejamento de infraestruturas adaptadas às condições locais, nas áreas de transporte, energia e comunicação, podem contribuir enormemente para que as atividades da bioeconomia amapaense ganhem tração, escala e respaldo locais.

No âmbito da produção pecuária amapaense, destaca-se interessantes particularidades, como o fato de o rebanho bubalino ter sido o maior dentre os rebanhos do estado, situação que não se replica. Em 2024, foram contabilizados pouco mais de 340 mil búfalos em território amapaense, montante correspondente a 26,4% do rebanho bubalino brasileiro.

Por fim, sobre a dimensão produtiva formal da aquicultura nortista[8], grande produtora de peixes em nível nacional, foram destaques, principalmente, a produção de tambaqui (93,1 mil toneladas, equivalente à 77% da produção brasileira), tambacu e tambatinga (11,7 mil toneladas, que representam 25% da produção nacional), matrinxã (3,9 mil toneladas, 72% da produção nacional), pirarucu (1,3 mil toneladas, 76%), pirapitinga (1,28 mil toneladas, 70%), entre outros.

Cada estado da região Norte apresenta suas próprias dinâmicas produtivas quanto à piscicultura. Enquanto alguns estados apresentam maior diversidade produtiva e escala, outros registram restritos produtos e modestos volumes de produção. Os dados do Amapá dimensionam uma produção de peixes ainda em pequena escala, mas que pode se desenvolver com adequadas políticas de fomento e de incentivo produtivo. O principal peixe produzido no estado foi o tambaqui, com 625 toneladas, seguido pelo tambacu e tambatinga, com 130 toneladas. Outros peixes, como a pirapitinga, a tilápia e o pirarucu (este último em menor escala ainda), também tiveram produção registrada no estado do Amapá.

Recomendações a partir do caso de Amapá

A análise das dinâmicas históricas, socioeconômicas, estruturais e geopolíticas da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa demonstra que a reversão do quadro de assimetrias periféricas exige uma mudança de paradigma na gestão de políticas públicas. A região, em geral tratada sob o viés do isolamento e do distanciamento dos grandes centros, deve ser assumida definitivamente como um vetor estratégico de integração regional na Amazônia e uma plataforma de valor para o mercado internacional. Para consolidar essa visão e superar o desalinhamento institucional crônico entre Brasília, Paris e os atores subnacionais, é necessária a implementação de um conjunto sistematizado de ações orientadas por horizontes temporais e distribuídas estrategicamente pelos eixos de infraestrutura, governança, desenvolvimento produtivo e gestão socioambiental.

8. Diferentemente da pesca, que baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural, a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. Segundo a Embrapa, uma das diferenças entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, apresenta um menor nível de controle quanto aos volumes produzidos, tendo em vista a imprevisibilidade característica da pesca. Por outro lado, a aquicultura apresenta um maior controle no que se refere ao planejamento e regularidade da produção, possibilitando produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar. Os dados apresentados ao longo do relatório referem-se a produção da aquicultura nortista, com destaque para a dinâmica da piscicultura. Todas as informações de produção foram extraídas da base de dados do IBGE. Finalmente, vale reforçar que a atividade formal e informal da pesca, mesmo não dimensionada na categoria aquicultura, desempenha um papel de grande relevância, respondendo por parcela significativa do consumo local, inclusive nas regiões de fronteira.

No horizonte de curto prazo, com metas estipuladas até 2027, o foco absoluto das políticas públicas deve incidir sobre os gargalos de infraestrutura material que inviabilizam a integração econômica e logística. Recomenda-se urgência e priorização orçamentária para a pavimentação integral da rodovia BR-156. A obra, que mobiliza atores-chave como o Ministério dos Transportes, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e o Exército Brasileiro, representa a espinha dorsal logística do estado. A execução deve manter adesão estrita ao cronograma das metas físicas, assegurando rigoroso respeito às exigências socioambientais, tais como as ações de realocação e a instalação de equipamentos comunitários e de mitigação de impactos para as populações indígenas situadas ao longo do traçado. Imediatamente vinculada à pavimentação rodoviária, recomenda-se a instalação de um posto aduaneiro integrado na imediação da Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque. Essa ação exige a coordenação técnica e operacional entre a Receita Federal do Brasil e a Alfândega Francesa, visando instituir procedimentos-espelho de fiscalização e ampliar os horários de operação transfronteiriça, o que reduzirá custos de conformidade aduaneira e dinamizará de maneira fluida a economia de travessia e o comércio de curto raio entre as cidades-gêmeas.

Entretanto, os ganhos proporcionados pela infraestrutura apenas se reverterão em desenvolvimento sustentável se amparados por uma governança territorial robusta no médio e longo prazo, entre 2027 e 2030. No eixo de ordenamento e institucionalização, as recomendações concentram-se na criação de ferramentas jurídicas e instâncias de pactuação contínua. É imperativo o fortalecimento e a institucionalização permanente da Comissão Mista Transfronteiriça, que, dotada de orçamento próprio e envolvendo o Itamaraty, o governo francês e autoridades locais, deve consolidar rotinas de cooperação ininterruptas nas áreas de segurança, defesa civil, saúde e educação. Paralelamente, o Poder Executivo deve priorizar a elaboração e a assinatura de um Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas, conferindo segurança jurídica para o trânsito vicinal e disciplinando o acesso recíproco a serviços básicos, aliviando a pressão assimétrica sobre os equipamentos públicos em Saint-Georges e Oiapoque. Complementando esse arcabouço, recomenda-se a formulação binacional de um Plano Diretor Conjunto Oiapoque-Saint-Georges, de caráter orientativo e participativo. Este plano deve padronizar diretrizes urbanas e ambientais, englobando zoneamento convergente, a definição de corredores logísticos binacionais, mecanismos perenes de proteção do patrimônio sociocultural amazônico e a elaboração de mapas de risco para prevenir e gerenciar desastres associados a eventos climáticos extremos.

Para suplantar a informalidade crônica e a economia de subsistência, a matriz produtiva da região deve ser institucionalizada em torno da sociobiodiversidade, pautada no paradigma da "floresta em pé". O Estado brasileiro deve maximizar o potencial fiscal e regulatório da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, sob tutela da Suframa, atrelado aos incentivos tributários inerentes à Zona Franca Verde. Recomenda-se a formulação de um plano de atração de investimentos direcionado para a instalação de polos industriais de processamento leve, favorecendo a semimanufatura e manufatura da bioeconomia na região fronteiriça,

de modo a atender às normas do mercado europeu com agregação de valor local. A competitividade desses bioprodutos demanda ajustes logísticos estruturais, sendo vital a viabilização de zonas logísticas em Oiapoque que incluam pátios de frio para o armazenamento de perecíveis e a estruturação de laboratórios conjuntos de ateste e controle de qualidade fitossanitária com reconhecimento bilateral oficial.

Em face da urgência em consolidar o anel de infraestrutura multimodal da Ilha das Guianas e projetar o Brasil para o Caribe, a Europa e o Pacífico, a segurança energética e a conectividade assumem papel de destaque. Diante da licença pré-operacional concedida à Petrobras para a perfuração exploratória na Margem Equatorial Brasileira, o Estado deve estabelecer um rígido planejamento de absorção de impactos, garantindo a modernização prévia do Porto de Santana e assegurando que a riqueza dos combustíveis fósseis financie fundos voltados à inovação transfronteiriça e ao fomento da bioeconomia. Na seara da comunicação, recomenda-se acelerar as tratativas bilaterais para estabelecer a conexão de cabos submarinos de fibra óptica entre o Amapá e a Guiana Francesa, criando um terceiro ponto de entrada internacional de internet no país para garantir resiliência cibernética e atrair serviços tecnológicos. Por fim, salienta-se que nenhuma dessas ações governamentais deverá avançar sem um modelo de governança participativa, requerendo a adoção permanente de mesas intersetoriais que reúnam governos, setor privado, universidades como o Campus Binacional da Unifap e a Université de Guyane, representações da sociedade civil e lideranças indígenas, garantindo que o desenvolvimento se enraíze territorialmente com sustentabilidade e justiça social.

Esta nota foi preparada no início de 2026 a partir de pesquisas de campo realizadas em todos os estados fronteiriços da Amazônia brasileira e também nos países vizinhos, com o objetivo de contribuir para o debate público sobre desenvolvimento fronteiriço, infraestrutura e bioeconomia no Arco Norte. Não se trata de um estudo exaustivo, mas de uma síntese inicial de reflexões que serão aprofundadas em documentos técnicos e em um livro a ser disponibilizado em www.ipea.gov.br/portal/americadosul. Em um contexto marcado pela crise da governança global, pela fragmentação regional e pela crescente disputa das grandes potências por recursos naturais — energéticos, minerais e biológicos —, a cooperação amazônica e as regiões de fronteira enfrentam novos e complexos desafios. Sozinhos podemos ir mais rápido, mas juntos vamos mais longe. Não há desenvolvimento sem segurança, nem segurança sem desenvolvimento: integrados, estaremos mais protegidos e mais capazes de assegurar uma vida digna, compatível com a floresta em pé, nas fronteiras amazônicas. As políticas públicas precisam, portanto, avançar para uma visão integrada do desenvolvimento fronteiriço, articulando infraestrutura, ciência, inovação, cooperação internacional e valorização dos territórios e de suas populações. O fortalecimento da presença do Estado, em diálogo com atores locais e países vizinhos, é fundamental para transformar fronteiras em espaços de oportunidades, e não de vulnerabilidades. Nesse esforço coletivo, o Arco Norte pode se afirmar como um vetor estratégico de um desenvolvimento amazônico soberano, inclusivo e comprometido com a preservação da sociobiodiversidade.

Apoio:

Execução:

Realização:

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO